

PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XIV • Cr\$ 4.000,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

146

**EUROPA:
A ONDA RACISTA**

Os novos tempos do CÓLERA

**GARIMPOS:
A GUERRA
PELO OURO**

PERU: UMA ALTERNATIVA À DROGA

Instale no seu Estado uma fábrica de argamassa armada com a tecnologia Riocop.



E mostre que um bom governo não se faz por obras do acaso.

A revolucionária tecnologia da argamassa armada, que alia cimento, areia e tela de aço, está a seu alcance.

Procure a Riocop e veja como é fácil instalar na sua cidade uma fábrica que faz

escolas, creches, centros comunitários, postos de saúde, obras de saneamento e muito mais com qualidade, baixo custo e rapidez na execução.

Riocop. Eleja nossa tecnologia.

RIOCOP

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-4551

Assine

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

NOSSOS PREÇOS

Assinatura anual: Cr\$ 48.000,00

Assinatura 2 anos: Cr\$ 96.000,00

Assinatura 3 anos: Cr\$ 144.000,00

As assinaturas feitas por Reembolso Postal sofrerão acréscimo de **25%** sobre os valores acima discriminados.

Validade: até a edição nº 147

BRINDE ESPECIAL

Traga 3 amigos
como assinantes e **ganhe** 1 assinatura
anual de Cadernos.

Assinatura: ☐ 1 ano ☐ 2 anos ☐ 3 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Cidade.....
Estado..... CEP..... Tel.....
Profissão.....

Assinatura: ☐ 1 ano ☐ 2 anos ☐ 3 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro.....Cidade.....
Estado.....CEP.....Tel.....
Profissão.....

Assinatura: ☐ 1 ano ☐ 2 anos ☐ 3 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro.....Cidade.....
Estado.....CEP.....Tel.....
Profissão.....

CUPOM DO REMETENTE

Assinatura: ☐ 1 ano ☐ 2 anos ☐ 3 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro.....Cidade.....
Estado.....CEP.....Tel.....
Profissão.....

Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s).

- () Cheque(s) nominal(is) em anexo
(000) Vale Postal – Ag. Lapa
() Pagarei por Reembolso Postal
() Autorizo débito no meu CREDICARD referente
ao meu pedido no valor de Cr\$
() Autorizo débito no meu CREDICARD dos pedidos
para meus amigos totalizando Cr\$

Cartão Nº

Data:...../...../..... Assinatura do comprador

Preencha os cupons em letra de forma conforme sua opção de pagamento e envie para a Ed. tora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Fax: (021) 252-8435 • Tel.: (021) 252-7440

LIVROS POR

CORRESPONDÊNCIA



MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO
O Estado de São Paulo

Este *Manual* é mais do que um guia destinado a jornalistas. Se você escreve com regularidade, está se preparando para exames de redação ou apenas quer conhecer melhor o português, não deixe de consultá-lo.

371 p.
E-234 Cr\$ 10.000,00



ESCRITOS INDIGNADOS
Democracia e neoliberalismo no Brasil
Herbert de Souza (Betinho)

O livro do sociólogo e analista político Herbert de Souza (Betinho) passa em revista os principais problemas brasileiros de hoje, com a coragem e a emoção que marcam todo seu pensamento e sua atuação na sociedade.

144 p.
E-232 Cr\$ 7.000,00



O ENIGMA DA AMAZÔNIA
Desafio ao Futuro
Miranda Neto

Para o autor, que é economista, com pós-graduação em economia rural no Brasil e Estados Unidos, o desenvolvimento da Amazônia deve adaptar as técnicas modernas às condições ambientais, com a preocupação de servir ao país e não apenas aos grandes interesses econômicos.

144 p. E-235 Cr\$ 10.500,00



SUBDESENVOLVIMENTO
Por que somos tão pobres
Rudolf H. Strahm

Rudolf H. Strahm, economista suíço com participação em vários organismos internacionais, procura desvendar os complexos mecanismos do subdesenvolvimento, que ele relaciona com a crise do endividamento externo.

221 p.
E-230 Cr\$ 8.500,00



ZÉLIA, UMA PAIXÃO
Fernando Sabino

Qual o segredo desta paixão? Eis o mistério que o autor persegue ao longo do livro, de maneira também apaixonante, ao fim surpreendente do leitor, quando desvenda o enigma proposto pela esfinge, para não ser por ela devorado.

272 p.
E-248 Cr\$ 17.000,00



AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA
Eduardo Galeano

(33ª edição) Galeano, neste livro, quebra a cronologia linear de historiografia oficial para desvendar o saque ao continente que persiste desde o descobrimento.

307 p.
E-247 Cr\$ 22.000,00



UMA CHAMA NA AMAZÔNIA
Jean-Pierre Leroy

Reconstituindo a saga dos trabalhadores rurais da região de Santarém, Pará, o autor apresenta um quadro completo da realidade econômica da Amazônia.

394 p.
E-238 Cr\$ 8.000,00



REFAZENDO A FÁBRICA FORDISTA
Elizabeth Bortolola Silva

Partindo da análise comparativa entre uma fábrica Ford no Brasil e na Inglaterra, a autora discute os rumos da economia mundial.

394 p.
E-239 Cr\$ 30.000,00

QUERIDA ILHA
Hélio Dutra — 2ª edição

O apaixonante testemunho de um brasileiro que acompanhou, por dentro, todo o processo da revolução cubana. Hélio Dutra conhece Cuba a fundo, vivendo lá desde o fim da II Guerra Mundial. Alguns tópicos do seu livro: A reforma agrária, As reformas urbanas, A alfabetização, A mulher cubana e a revolução, A saúde em Cuba, etc.

E-240 Cr\$ 17.000,00

O LIVRO DOS ABRAÇOS
Eduardo Galeano

Tratar a memória como coisa viva: assim faz Galeano quando escreve. Sua memória pessoal é a nossa memória coletiva, da América. Este seu novo livro é o testemunho de pequenos episódios, que contam a história de nosso povo e revelam, com amor ou revolta, a dramática realidade de nosso continente.

217 p.
E-229 Cr\$ 12.000,00

BEM TE VI, AMAZÔNIA
Jurema Finamour

Um balanço dramático dos problemas da Amazônia, desde as primeiras picadas ao drama de Chico Mendes. A realidade do latifúndio, as ameaças de internacionalização, a miséria de sua população, as riquezas escondidas na selva, o extermínio de vidas inteiras — eis alguns dos capítulos que compõem esta obra notável de pesquisa e denúncia.

E-241 Cr\$ 10.000,00

O PILÃO DA MADRUGADA
Neiva Moreira

Os repórteres são os narradores cotidiano e do futuro. Este livro é a portagem com um desses repórteres. Aqui, na mais longa entrevista que concedeu, Neiva dá o testemunho que viu e participou.

Ele narra episódios marcantes, e pe te ao leitor conhecer e avaliar fatos apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial".

José Louzeiro
464 p.

E-208 Cr\$ 8.500,00

CHE-PARRA
Latino-América
Piedade Carvalho

"Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia lhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela iluminando nossa consciência e no so coração, acordando no m escuro compartimento de nosso s nossa quase moribunda esperan

NÓS DIZEMOS NÃO
Eduardo Galeano

A esquerda acabou? E a história, bém? Ainda é possível falar de socialismo? Cuba merece, nos de hoje, algum interesse, algum peito? Pode existir dignidade miséria? Para onde vai o mundo? Estas são algumas questões q mantes que o autor de *Veias ab da América Latina* procura des

nesta obra. 88 p.

E-226 Cr\$ 6.000,00

DESENVOLVIDO PARA A MORTE - Repensando o desenvolvimento do Terceiro Mundo
Ted Trainer

O simples desenvolvimento, sem planejamento adequado, leva a rantes desequilíbrios na distribu da renda mundial. O modelo neor al, aplicado a nossos países, ad por privilegiar os interesses das ses altas do Terceiro Mundo, corporações multinacionais e dos ses ricos.

240 p.
E-245 Cr\$ 14.000,00

CANUDOS: A GUERRA SOCIAL
Edmundo Moniz

É a primeira história sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que teve seu ponto culminante ao final do século XIX.

370 p.
E - 170 Cr\$ 12.600,00

CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA
Vários (Sonia Laranjeira Org.)

Os trabalhos reunidos neste livro foram apresentados no 8º Seminário de Estudos Latino-Americanos.

E - 242 Cr\$ 26.000,00

BOREL - O MORRO DOS ESPÍRITOS
Josué Diniz

O morro do Borel, no Rio, passa a ter agora um lugar significativo na literatura brasileira. Depois de morar lá, como favelado, Josué Diniz publica agora esta obra que reúne literatura e reportagem.

176 p.
E - 231 Cr\$ 6.000,00

A ESQUERDA E O GOLPE DE 64
Dênis de Moraes

O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart.

379 p.
E - 202 Cr\$ 15.000,00

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA
Subsídios para a História do Direito Ambiental
Ann Helen Wainer

O autor se propôs a fazer um levantamento histórico da legislação ambiental no Brasil, desde ordenações portuguesas, quando já havia real preocupação com a questão, ressaltando-se principalmente a importância da cultura do pau-brasil, até modernamente, com a atualíssima Lei nº 7347/85, que cuida da ação civil pública por danos ao meio ambiente.

138 p.
E - 243 Cr\$ 18.000,00

DESENVOLVIMENTO E CONVERGÊNCIA
Celso W. Bueno

Os países do Terceiro Mundo jamais chegarão a reproduzir os padrões de produção e de consumo das nações ricas, simplesmente porque esses padrões dependem de transferências de recursos vindos dos próprios países do Terceiro Mundo. O único desenvolvimento viável é o que optimize o uso de recursos naturais e humanos de cada região, do que resultarão sóbrios, equilibrados social e ambientalmente. Celso W. Bueno foi durante 10 anos membro da equipe técnica das Nações Unidas para a área do desenvolvimento.

242 p. E - 214 Cr\$ 10.500,00

UM MUNDO INTOLERÁVEL
O liberalismo em questão
René Dumont

René Dumont, reconhecido universalmente por seus trabalhos sobre o Terceiro Mundo, a ecologia e a paz, faz um balanço das ameaças que pesam sobre a Terra e sugere medidas para impedir uma catástrofe que pode atingir as próprias fontes da vida em nosso planeta.

240 p.
E - 203 Cr\$ 13.000,00

LEONEL BRIZOLA
Uma trajetória Política
Ricardo Osman G. Aguiar

O livro é um relato jornalístico e muito fundamentado da trajetória humana e política de Brizola. Vai desde a sua infância até os últimos lances da disputa presidencial, passando por suas experiências no Governo do Rio Grande do Sul e do Estado do Rio. Na última parte, Ricardo Aguiar relata detalhes até agora não conhecidos da campanha de Brizola à Presidência da República, que ele cobriu como jornalista.

274 p. E - 233 Cr\$ 18.000,00

ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

Preços válidos até: 05.03.92

Nome
Endereço
Bairro Cidade
Estado CEP Tel.
Profissão
Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s).
() Cheque(s) nominal(is) em anexo
() Vale Postal - Ag. Lapa
() Pagarei por Reembolso Postal
() Autorizo débito no meu cartão
No valor de Cr\$
Cartão Nº
Data:...../...../.....
Assinatura do comprador

CÓD.	QUANT.

Preencha o cupom em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 — 1º andar — Rio de Janeiro - RJ — CEP 20241 — Tel.: (021) 252-7440 — FAX (021) 252-8455

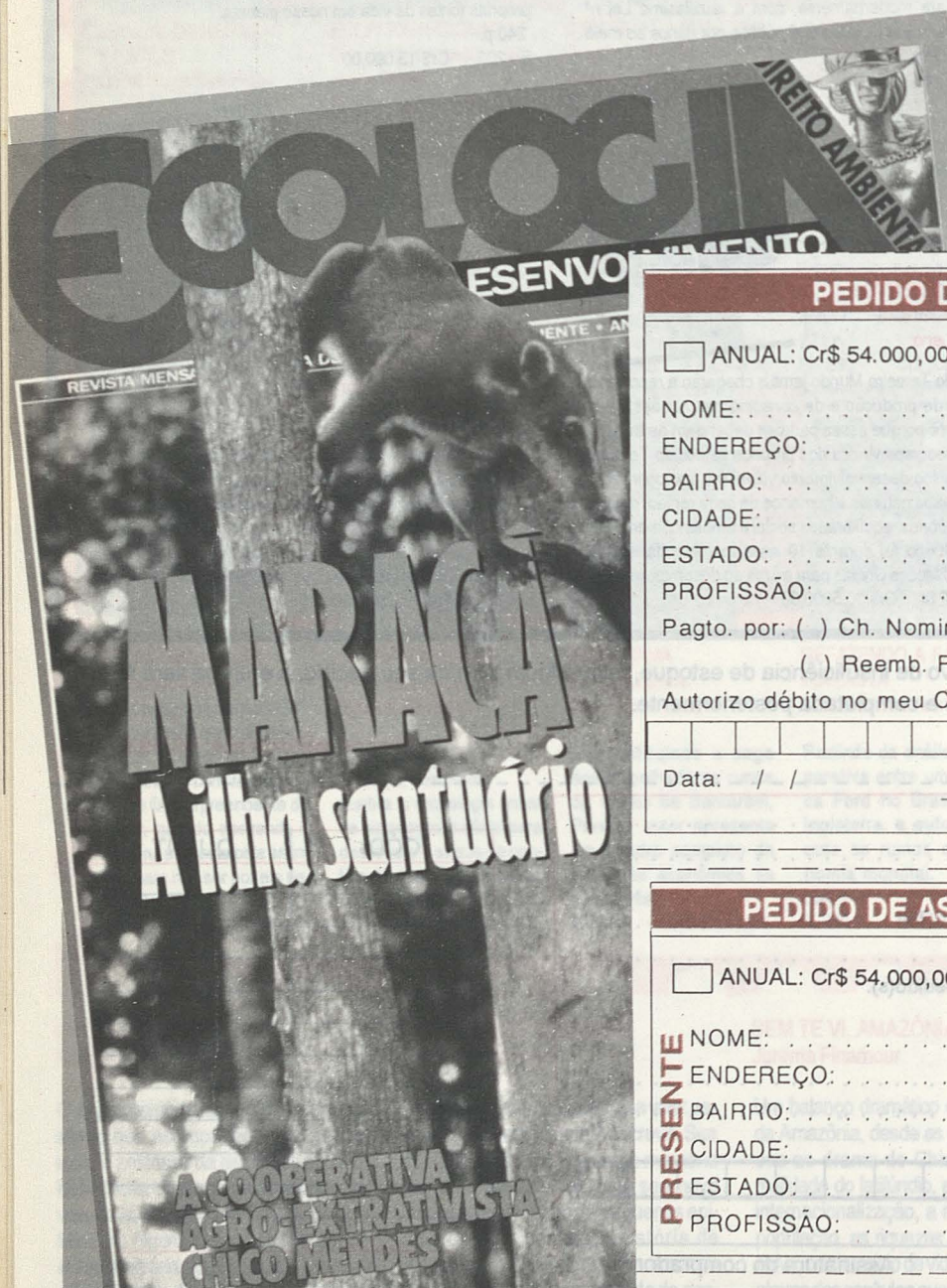
Leia

O Rio de Janeiro vai sediar em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma reunião planetária de debate sobre as questões ecológicas. A revista **Ecologia e Desenvolvimento** se propõe a contribuir para a análise desse encontro histórico e acompanhar os seus desdobramentos. A ecologia já é, hoje, um tema dominante. Acompanhe o seu tempo.

e Assine

Gratis
Dê uma assinatura de presente a um amigo e ganhe 1 livro de brinde.

Validade: até a edição nº 13



PEDIDO DE ASSINATURA

☐ ANUAL: Cr\$ 54.000,00 ☐ 2 ANOS: Cr\$ 108.000,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE: CEP:

ESTADO: TEL:

PROFISSÃO:

Pago. por: () Ch. Nominal () V. Postal - Ag. Lapa

() Reemb. Postal () CREDICARD

Autorizo débito no meu CREDICARD Nº

.....

Data: / /

Comprador

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

☐ ANUAL: Cr\$ 54.000,00 ☐ 2 ANOS: Cr\$ 108.000,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE: CEP:

ESTADO: TEL:

PROFISSÃO:

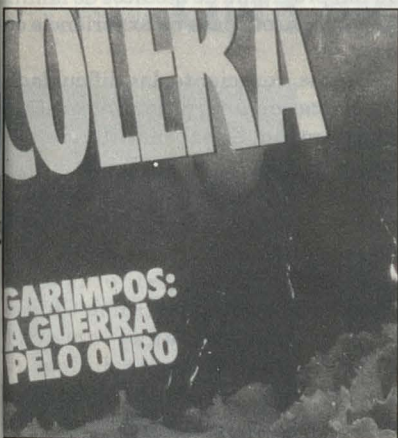
.....

Editora Terceiro Mundo Ltda. • Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Telex: 21 33054 CTMB BR
PEÇA TAMBÉM PELO TELEFONE (021) 252-7440 OU PELO FAX (021) 252-8455

CAPA:

O avanço da doença das mãos sujas

As portas do ano 2000, a América Latina é atingida por uma doença medieval. A população carente sofre de um mal que, embora curável, é agravado pela falta de saneamento e de higiene.



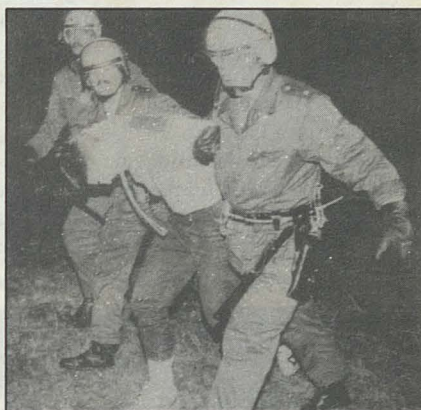
No Brasil, o avanço do cólera tem sido menor do que o esperado, mas a população está em pânico, pois os maiores transmissores são pessoas que têm o *vibrio* e não apresentam sintomas.

Página 10



◀ O social-liberalismo pregado pelo presidente Collor reflete imprecisão e indecisão e uma dificuldade de se chegar ao consenso 21

Na Europa, o ressurgimento de grupos neonazistas e movimentos nacionalistas constitui um campo fértil para a expansão do racismo e da xenofobia 46



◀ Um ano após a Guerra do Golfo, Saddam Hussein continua no poder, enquanto George Bush vê sua popularidade despencar 38

SUMÁRIO

2 PANORAMA 8 CARTAS

MATÉRIA DE CAPA

10 O avanço da doença das mãos sujas

SAÚDE

18 Transplantes, a vida ao alcance de poucos

POLÍTICA

21 Agenda de boas intenções

CULTURA

22 Difundindo o saber, recriando o poder

GARIMPO

24 A perigosa corrida do ouro

EDUCAÇÃO

26 Ciep, uma avaliação pedagógica

AMÉRICA LATINA

30 Cartagena: Fortalecer a integração

32 Peru: Uma alternativa à droga

36 Argentina: O desafio administrativo

ORIENTE MÉDIO

38 A Guerra do Golfo, um ano depois

MEIO AMBIENTE

41 Os verdes e os pseudoverdes

ARMAMENTISMO

44 A paz segundo os Estados Unidos

ESPECIAL

46 Racismo: O ovo da serpente

54 PANORAMA TRICONTINENTAL

PÁGINA ABERTA

60 A arquitetura do pânico

O namoro de Havana com Niterói

Nestes tempos de competição e individualismo, a cidade e a prefeitura de Niterói deram um belo exemplo de solidariedade. Durante todo o mês de janeiro, uma intensa programação cultural aproximou os niteroienses dos cubanos.

Um dos melhores grupos de jazz do mundo, o Irakere – dirigido pelo conhecido pianista Chucho Valdés – abriu a jornada, se apresentando na noite do *revéillon* na praia de Icaraí. As atividades culturais continuaram com espetáculos e oficinas de dança promovidas pelo Balé Nacional de Cuba, além da exibi-

ção de filmes cubanos.

Para quem queria conhecer a culinária cubana, a opção era ir aos dois restaurantes niteroienses que durante o mês viraram verdadeiras sucursais da *Bo-deguita del Me-*



dio e *Floridita*, os dois mais famosos restaurantes de Havana.

Os fundos angariados com tais eventos serão enviados a Cuba para serem empregados na recuperação da rua Brasil, situada na parte histórica da capital cubana, tombada pela Unesco como Patrimônio Histórico da Humanidade.

O "Encontro com Cuba" permitiu também o intercâmbio com músicos cubanos, que participaram de diversas palestras. Também estiveram presentes ao evento um dos principais assessores do presidente Fidel Castro, o comandante Jeronimo Montané, o vice-prefeito de Havana, Néstor Marimón, e a dirigente da Organização das Mulheres Cubanas, Vilma Espín.

A iniciativa foi uma forma de retribuição ao prefeito Jorge Roberto Silveira receber a ajuda do governo cubano a Niterói quando a cidade sofreu uma epidemia de dengue hemorrágica. Após uma visita a Cuba, o prefeito voltou impressionado com a cultura e também com a maneira como a ilha do Caribe resolveu seus problemas de educação e saúde, baseando-se sobretudo no espírito comunitário. Inicialmente, o prefeito lançou um programa de médicos de família em Niterói, com base na experiência cubana.

Depois, consciente das dificuldades econômicas da ilha, promoveu o mês "Encontro com Cuba" em Niterói.

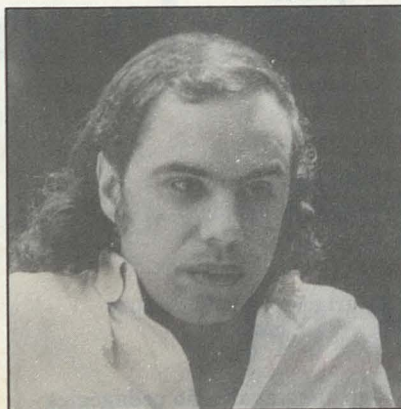


O prefeito Jorge Roberto Silveira aproximou Havana de Niterói. A jornada começou com a apresentação do grupo cubano Irakere no *revéillon* promovido na praia de Icaraí (foto)

Chico Mário agora pode descansar mais tranquilo. Seu trabalho mais ambicioso, a "Suíte Brasil", foi lançado pelo Centro Cultural Banco do Brasil. Concluída um ano antes de seu falecimento (hemofílico, ele foi contaminado e morreu de Aids em março de 88), a obra pretende levar o ouvinte a percorrer várias etapas da história do país em dez movimentos, que vão do descobrimento à campanha pelas eleições diretas para a presidência da República.

Compositor e violonista, Chico era economista e começou como jornalista. Seu primeiro disco foi "Terra", de 1979. Quatro anos depois lançou "Revolta dos palhaços", também produção independente, com parcerias com Aldir Blanc e Tárk de Souza. Seu tercei-

Uma suíte bem brasileira



Chico Mário cantou seu amor ao país

ro disco, "Conversa de cordas, couro, palhetas e metais" ganhou o troféu Chico Mário em homenagem a Gonzaga em 86.

Destaque para o diálogo entre sua viola e violão com a flauta de Nivaldo Ornelas, o piano de Antonio Adolfo e o baixo de Afonso Machado.

Mais dois discos vieram nos anos seguintes: "Pijamas de seda", onde se destaca a faixa "Ressurreição", em homenagem à luta de seu irmão Henrique contra a Aids e "Retratos", gravado em 86.

Chico deixou ainda dois outros trabalhos registrados em fita: "Tempo com um homem homenagem a Charles Chaplin" e "Das do mar", o primeiro deles já pronto para impressão. Ambos deverão ser lançados no ano que vem.

Tensões na selva

A decisão governamental de efetivar sempre adiadas demarcações de terras indígenas promete ser um capítulo movimentado. Só no estado do Amazonas as áreas chegam a quase 70. A Funai se defronta com diversos adversários, como os garimpeiros, a força móvel mais estruturada (por trás, altos interesses e um ágil esquema de transporte por aviões), o tráfico de drogas, fazendeiros e posseiros, e a verborragia escatológica do governador Gilberto Mestrinho, o amigo das motosserras. O governador, segundo denúncia do superintendente da Funai no Alto Amazonas, Odenir Pinto, ameaçou mandar metralhar as equipes da Funai, caso as demarcações resultassem em deslocamento de invasores de terras indígenas. Um barco da Funai chegou a ser impedido de atracar no porto de Benjamim Constant, no final do ano, devido às ameaças da população mobilizada con-

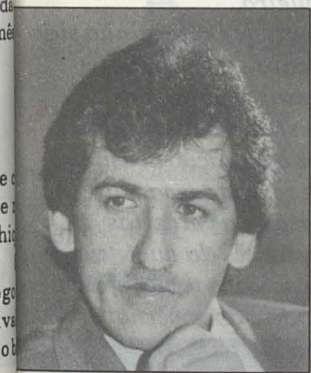


Os índios brasileiros estão cansados de esperar a demarcação das suas terras

tra os indigenistas. O barco se destinava a buscar ajuda médica para os índios da região do Vale do Javari, mas isso não comoveu ninguém. Odenir disse temer que se repitam massacres contra índios, como aconteceu em 1988, a mando do fazendeiro Oscar Castelo Branco: na ocasião, 14 ticunas foram mortos.

Os indígenas, por sua vez, estão perdendo a paciência: em dezembro, os curubos do Alto Javari mataram dois empregados de uma madeireira que invadiram sua área. E há risco de novos confrontos de índios com trabalhadores de madeiras e até de indústrias de palmito que estão invadindo reservas.

Ouro, drogas, contrabando



Jabes Rabelo

Começa a esclarecer-se o assassinato do senador Olavo Pires, que era o candidato mais forte a governador de Rondônia, em 1990, quando foi metralhado ao sair de uma de suas empresas em Porto Velho. A polícia prendeu, em São Paulo, no dia 2 de janeiro, Ruberval Luís Magalhães, considera-

político. Ruberval, o Polaco, teria cumprido, com outros pistoleiros, a sentença de morte decretada contra o senador, o qual teria se desentendido com parceiros de negócios escusos. Drogas, ouro, contrabando estariam por trás das desavenças.

Indicações fornecidas à polícia pelo mecânico César Luís Camargo envolvem nomes já frequentes no noticiário policial, como os irmãos Rabelo (Jabes, deputado que foi cassado, e Abidiel, preso quando transportava meia tonelada de cocaína para São Paulo) e Márcio Martins, o pirata dos garimpos entre Pará e Mato Grosso (veja, a propósito, a reportagem à p. 24).

Jabes está cassado (por causa de uma inocente carteirinha de assessor parlamentar que forneceu a seu

irmão); Abidiel, por sua vez, está preso, mas Márcio Martins continua livre. As informações da polícia indicam que ele se esconde numa fazenda perto da zona de garimpo conhecida como Castelo dos Sonhos, no sul paraense. Com um pequeno exército, melhor armado que a polícia, Márcio Martins é sinônimo de terror na região, onde invade e conquista garimpos, promovendo matanças.

A pirataria nos garimpos, o contrabando de ouro e o tráfico de drogas são atividades que caminham cada vez mais juntas na Amazônia, segundo é possível deduzir desse quadro que surge das confissões do mecânico César Luís Camargo. Ou seja, o panorama é acuatadamente mais complicado do que até agora se imaginava.

Parecis contra a estrada

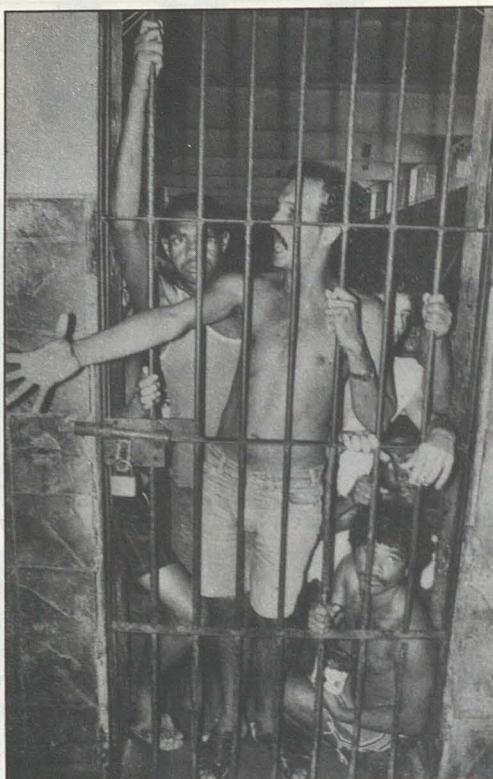
A Funai tem posição contrária à construção da rodovia MT-235, que poderá cortar a reserva dos índios parecis em 40 quilômetros. Os índios estavam divididos sobre o assunto, pois um grupo chegou a fazer gestões em Cuiabá, junto à Assembléia matogrossense e ao governo, para aprovarem o traçado original que passa pela reserva, no norte do estado. A suspeita da Funai é de que tal grupo de índios foi manipulado pelos setores interessados na obra. A rodovia MT-235 poderá causar imensos prejuízos para os parecis.

Pena extra

A presença da Aids nos presídios brasileiros é uma preocupação que tem merecido a atenção dos setores de saúde. O que mais preocupa é a promiscuidade determinada pelo excesso de lotação. Há penitenciárias em que a lotação real é o dobro e até o triplo da capacidade original. Em tais condições, fica difícil efetuar o controle e evitar a propagação do mal.

Os riscos dessa situação estão se comprovando agora no presídio de Porto Alegre, onde se constata que os infectados pelo vírus da imunodeficiência passam já de 15% da população carcerária. A quantidade de doentes tende a ampliar-se com facilidade, devido à intensa promiscuidade de homens que convivem em celas superlotadas. Construído para um máximo de 600 detentos, o presídio já abriga cerca de 1.200. Diante das condições, os próprios funcionários admitem que a Aids pode chegar a afetar a metade dos encarcerados, caso nada se fizer para isolar os doentes e dar novas condições aos presos restantes.

Sabendo-se que há penitenciárias



Presídio Esmeraldino Bandeira (Rio)

no país em situação mais complicada que a de Porto Alegre, seria de grande utilidade um levantamento geral que pudesse definir o quadro de doenças, especialmente a Aids, entre os que cumprem penas em presídios brasileiros.

Perda de substância

Na luta pela atualização tecnológica, que o governo entende deva ser feita com a eliminação de todas as barreiras protecionistas e com a máxima exposição nacional à produção internacional, a informática é um dos alvos preferenciais. O mercado protegido está em desaparecimento, as associações entre empresas nacionais surgidas à sombra dos estímulos com firmas estrangeiras deve aprofundar-se agora em 1992. Já se asso-

ciam Sid/IBM, Digital/Microtec, AT&T/Moddata, fazem acordos NCR/Monydata e Nec/Scopus, entre outras.

O que significará isso de aporte de capital e tecnologia ainda é mistério. O que se continua a temer é que a nova situação possa representar a perda de um potencial próprio de desenvolvimento da informática no Brasil, ante a desarticulação que se promove no setor. Assim pensam os que não demonstram ilusão quanto à transferência

de tecnologia. "Tecnologia de ponta pesquisa-se e inventa-se, não se ganha de graça", assim se resume esta posição dos desconfiados.

Como sinal de que a atividade da informática nacional entra numa fase de interrogações, há o preocupante índice de que, em 1991, cerca de 30% do pessoal das firmas nacionais foram demitidos. Economizou-se salário, perdeu-se cérebro — a única matéria-prima capaz de gerar tecnologia.

Papa de pé atrás

Na visita à Itália e ao Vaticano, em meados de dezembro, o presidente Collor ouviu observações críticas de João Paulo II, segundo fontes da sede da Igreja. O papa reclamou da ausência real de espírito cristão na política econômica de um governo que aprofunda o fosso social no país, aumentando a distância entre a minoria rica e a maioria pobre. Na descrição da Agência Informativa Católica, o governo Collor pratica uma política que desagrade ao episcopado, por agravar a situação das camadas populares. Tratando-se de um papa de linha conservadora, as observações devem ter surpreendido a comitiva brasileira.

A visita de Collor tinha sido precedida, porém, de diversas reportagens de correspondentes italianos sobre a situação brasileira, onde se destacaram a recessão e as mazelas decorrentes da ausência de uma política social efetiva por parte do governo: o agressivo número de menores abandonados (e alvo de esquadrões da morte), tráfico de bebês, fome, etc.. Assim, caiu bem a reclamação papal, que não deixou de expressar uma certa contradição com a política do Vaticano de cortar as asas da Igreja Progressista, a ala inconformada do clero brasileiro.

Congresso busca renovação



Em abril próximo, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) encerra, com três dias de debates, o seu terceiro congresso, iniciado na primeira semana de dezembro.

A singularidade do congresso do partido de Leonel Brizola não está apenas na sua duração de quatro meses, uma vez que o partido pretende levar os debates a todas as suas representações regionais e locais no país, nesse período intermediário entre a abertura e o encerramento.

O que os pedetistas pretendem mesmo é consolidar sua cartilha para os anos 90: os compromissos da social-democracia, herança do trabalhismo que está na raiz do partido, e que se expressam pelas teses básicas da

agremiação, como a educação popular, o emprego, o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O congresso serve também de fórum para debater um plano de afirmação do partido a nível nacional, preocupação que se tornou aguda após a constatação de que a rala presença de

organismos partidários em alguns pontos vitais do país foi, em grande parte, responsável pela inesperada derrota de Brizola nas eleições presidenciais.

Hoje instalado no governo de três estados (Rio de Janeiro, com o próprio Brizola; Rio Grande do Sul, com Alceu Collares; e no Espírito Santo, com Albuíno Azeredo), o PDT tem a terceira bancada do Congresso e exibe ainda administrações destacadas no Rio de Janeiro, com o

prefeito Marcello Alencar, que está remodelando a cidade, e em Curitiba, com Jaime Lerner e suas experiências inovadoras.

Em ano eleitoral como este, o congresso partidário é visto como uma chance de tonificar os músculos da agremiação para o embate que se realizará em outubro.

De olho em 94

O líder petista Lula reuniu-se com o peemedebista Orestes Quércia, preocupados ambos com o pleito de 1994, que pretendem enfrentar com uma legislação mais rigorosa e que impeça

surpresas, como a que Fernando Collor de Mello representou em 1989. Quércia e Lula pretendem atrair para a conversa as lideranças dos demais partidos, desde que sejam agremiações que tenham

recebido um percentual de votos de 3% do eleitorado, no mínimo.

Um dos pontos acentuados por ambos foi a necessidade da fidelidade partidária. Isto pode causar embaraços sérios a Quércia, um candidato já em agressiva campanha de atração de deputados, prefeitos e vereadores para a legenda que preside desde o ano passado, pois pretende fazer bonito nas eleições de outubro próximo e estender o tapete para 1994. Quércia e Lula também reclamaram dos partidos de aluguel e querem rigor contra os negociantes de siglas. Nenhum dos dois se referiu àquele programa de tevê do PSD, em que Quércia brilhou.

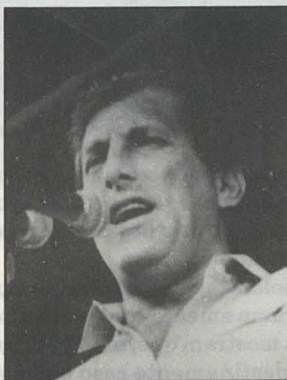
Decisão corajosa

A decisão do governo do Rio Grande do Sul de tornar públicos documentos secretos da Polícia Civil Gaúcha está permitindo comprovar algo que há muito se sabia: a atuação conjunta dos órgãos de segurança do Brasil, Uruguai e Argentina durante as ditaduras militares da década de 70.

A corajosa decisão está provocando uma verdadeira corrida aos arquivos das dez delegacias regionais da Polícia. Entidades de direitos humanos dos três países vão poder vasculhar os documentos que poderão desvendar as circunstâncias em que desapareceram dezenas de militantes. Já foi esclarecido o caso da prisão da uruguaia Wanda Soares, em Rio Grande, pela Polícia Federal brasileira.



Luís Inácio Lula da Silva



Orestes Quércia

Esperando sentado

A onda ambientalista dificilmente ajudará o governo brasileiro a se livrar de parte da dívida externa. O plano oferecido pelo governo, de assumir projetos de preservação ecológica no país, em troca do perdão de parcelas do débito externo, rendeu resultados muito magros até agora. Segundo as contas do Ministério da Economia, pretendia-se alcançar a cifra de 100 milhões de dólares nessas operações, no ano passado, mas os interessados estrangeiros não apareceram. Algumas hipóteses tentam explicar o fenômeno. Uma delas é a de que os credores aguardam que o governo aumente o percentual da troca, hoje em 6%. Percentual maior significaria mais dinheiro aplicado em ecologia. Parece que entre a ariranha azul, que não conhecem, e os juro de que são íntimos, os banqueiros optaram pela tranquilidade de ver, a cada hora, crescer o saldo devedor do país.

O nebuloso passado

Arqueologia é ainda uma das coisas mais atrasadas no país, o que não deve causar estranheza. O atraso científico é uma das características dos países subdesenvolvidos e a arqueologia, particularmente, sempre teve o aspecto de uma atividade sem qualquer utilidade prática na azáfama de sobrevivência que é a vida no Terceiro Mundo. Assim é que a arqueologia, de modo geral, é praticada pelo Primeiro Mundo nas entranhas do Terceiro, onde está muita informação sobre o longínquo passado, quando o mundo era igualmente primitivo.

No Brasil, a pesquisa arqueológica recebeu duas boas notícias recentes. A primeira foi a tese

lançada pela pesquisadora norte-americana Anna Roosevelt, que andou em pesquisas pelo interior do Pará. Sua conclusão, após trabalhos na região de Taperinha, é de que tudo começou na Bacia do Amazonas, em termos de civilização ameríndia, só depois se espraiando para áreas como os Andes e o México. Os esqueletos que ela achou eram de pessoas altas e fortes, diferentes dos índios que chegaram à atualidade. Será que o Eldorado foi mais que uma lenda?

Já em Sergipe, a equipe das professoras Suely Amâncio e Nívea Leite descobriu 60 esqueletos pré-históricos na localidade de Cabeça de Nego. Um deles era de uma gestante: seu esqueleto

apresentava na altura do ventre o esqueleto do feto. Mas a equipe trabalhou contra o relógio, pois as pesquisas precisavam ser feitas como salvamento, uma vez que a área será atingida pelo represamento das águas da Hidrelétrica de Xingó, no São Francisco, na divisa de Alagoas e Sergipe.

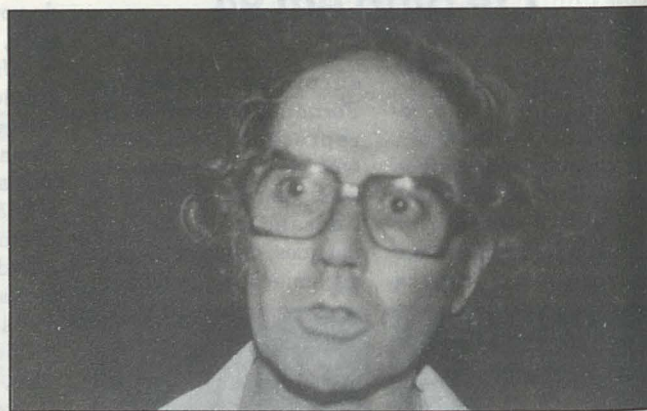
Segundo os levantamentos já realizados, aquele trecho do rio São Francisco era ativamente povoado desde a pré-história, pois já se listaram 24 locais de concentração de peças de pedras e de cerâmica, indicativos de que eram locais de moradia de grupos humanos. Há outros dez locais com pinturas rupestres que ainda necessitam de estudos.

Conselhos do Nobel

Em sua passagem pelo país, em dezembro, o argentino Pérez Esquivel considerou que existe uma cultura da violência já sedimentada na maioria dos países, determinando o aumento de atos antissociais, por parte dos indivíduos, e de agressões de grupos contra outros.

Os conceitos de Esquivel, que foi o Nobel da Paz de 1980, receberam os estímulos do local onde falava, o Pará, uma das áreas mais conflituadas no país no que toca à questão da terra. Área de confrontos entre sem-terra e fazendeiros, que são muitas vezes grileiros, o estado tornou-se paradigma da violência no campo. Periodicamente, pistoleiros eliminam trabalhadores e lideranças rurais a mando de fazendeiros. Raros casos acabam judicialmente esclarecidos, embora todos saibam quem mandou matar.

Ao se referir ao problema da terra (poucos proprietários de terras excessivas, demasiados proprietários de terras minúsculas, imenso número de proprietários de terra nenhuma), Esquivel reafirmou sua opinião da urgência da reforma agrária em países como os latino-americanos. Destacou que muitos dos aspectos da pobreza de nossos países decorrem do mau aproveitamento dos recursos determinados pela irracio-



Pérez Esquivel analisa a institucionalização da violência

nal apropriação de terras. Mas alertou que reformar o campo não é apenas dar terras aos despossuídos, mas dar-lhes condições de produzir nessas terras e de comercializar adequadamente tal produção.

A violência que Esquivel sempre denunciou foi responsável por uma ameaça contra ele. Documentos secretos do Dops gaúcho mostram que, em 1977, havia uma ordem de prendê-lo clandestinamente caso entrasse no Brasil. Esquivel era considerado "subversivo argentino de alta periculosidade".

COISAS DE VALOR

Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.

O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.

MERCANTIL 

O Banco que dá valor a você.

Noite dos cristais



Os horrores da noite dos cristais estão completando 53 anos. Aconteceu em 9 de novembro de 1938 na Alemanha, quando grupos nazistas mataram quase mil judeus e destruíram 195 sinagogas. O nome veio dos cacos das vitrines das lojas dos judeus depredadas. Este é o exemplo mais trágico do que acontece à humanidade quando não orientada pela razão. Era o prelúdio do Holocausto. É necessário dar destaque à triste comemoração, para garantir que o racismo contra qualquer povo nunca mais ocorra.

Antônio Satúrnio
Advogado e Promotor
de Justiça
São Paulo - SP

Crime organizado

As elites brasileiras assistem atônitas à escalada do narcotráfico e da indústria do sequestro. O crime organizado constitui uma forma perversa pela qual uma parcela dos excluídos apropria-se da renda das elites. A hedionda distribuição de renda no país não corre o risco de ser contestada por meio de revolução socialista, mas por um mecanismo igualmente violento: a inexorável submersão das elites num oceano de barbárie formado pela expansão crescente do

crime organizado. O aumento da repressão policial não conterá o processo, podendo mesmo torná-lo ainda mais violento. A única solução é a revisão estrutural dos mecanismos de exclusão social.

Marcelo Affonso Monteiro
Coordenador de Estudos e Pesquisas dos Ambientes e Condições de Trabalho do Ministério do Trabalho

Privatizações

A coerência de ideais nacionalistas não nos permite ser favoráveis ao modo pelo qual estão sendo feitas as privatizações. A Usiminas vale 4,5 bilhões de dólares e foi arrematada em leilão por 1,4



bilhão, amalhando para os cofres públicos um prejuízo de 3,1 bilhões, que daria para construir 3 mil Ciacs. Foram admitidos inúmeros meios de pagamentos (as moedas pobres) que subtraíram ainda mais o valor da compra. E por que não inserir na lista das privatizáveis a Vale do Rio Doce? Porque ela produz muito e barato as matérias-primas importantes para o Primeiro Mundo, colocando-se bem alinhada na divisão internacional do trabalho, onde o Terceiro Mundo só entra com suas riquezas naturais e a mão-de-obra barata.

Luiz A. L. Barbosa
Economista

Esterilização

Com relação à matéria "Esterilização, uma arma política", publicada no número 141 desta conceituada revista, gostaríamos de fazer alguns esclarecimentos. A Benfam é uma instituição brasileira sem fins lucrativos, formada por um grupo de médicos e dedica-se somente à defesa do planejamento familiar como direito humano básico. Nunca deu prioridade à esterilização, que considera aplicável por estrita indicação médica quando a gravidez põe em risco a vida da mulher ou da criança. A Benfam recebe doações locais e internacionais, como a da IPPF (International Planned Parenthood Federation), a maior organização mundial voluntária dedicada a promover educação em planejamento familiar. A receita da Benfam custeia o trabalho de cerca de 300 funcionários, todos brasileiros, e proporciona dois milhões de atendimento por ano, entre planejamento familiar e prevenção de câncer e Aids.

Carmen Gomes
Secretária Executiva
da Benfam
Rio de Janeiro - RJ

Pena de morte

Matar não é antinatural: todos os animais matam. E Deus elimina milhões de vidas através de terremotos e furacões. Os seres humanos mais evoluídos têm o direito de matar os piores. A Bíblia dá a entender que a pena de morte era aceita por Jesus e todos os povos daqueles tempos. A pena de morte deve ser aplicada em bandidos irreversíveis. Eliminar um superbandido não é maldade: é limpeza.

Carlos Ducatti
Porto Alegre - RS

Reforma agrária

Um decreto de 22 de novembro de 1991 criou o Grupo Executivo da Reforma Agrária. O atual grupo de trabalho pode significar uma nova intermediação entre o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e a Presidência da República e o esvaziamento do Incra. Pode-se questionar a ausência de um ministério como se pode questionar a presença do Gabinete Militar da Presidência. Há relativamente pouco tempo o



reforma agrária era olhada como questão militar, mais do que um importante problema social brasileiro. A forma de se atenuar o crescimento da marginalidade social. Queremos chamar a atenção para o seguinte: da conceituação da expressão "terras aptas ao assentamento de trabalhadores rurais" estará ou não incluída desapropriação dentro da competência do grupo de trabalho. No Brasil, dentro de uma programação que seja básica, não sabemos ficar sem valorizar também a desapropriação por interesse social. A formação de grupos e órgãos superpostos pode prejudicar a reforma agrária e sua efetivação.

José de Jesus Moraes Rêgo
Ex-diretor da Sudene e ex-chefe de gabinete do Mirad
Brasília - DF

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretores: Beatriz Bissio e Henrique Menezes

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106 - 20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)242-1957/222-1370 Redação, 232-1759 / 232-3372 Administração

Tel: (021)507-2203 Publicidade e Marketing (021)252-7440 Assinaturas

Fax: 55 21 252-8455 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex: Caderno

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Diretor: Neiva Moreira

Diretor Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Claudia Guimarães,

Procópio Mineiro

Consultores Especiais: Darcy Ribeiro

(Brasil), Henry Pease García (Peru),

Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan

Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa (Brasil),

Roberto Bordini (México), Carlos Pinto

Santos (Portugal), Cristina

Canoura (Uruguai)

SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho

(São Paulo), Clóvis Sena e Memélia

Moreira (Brasília), José Carlos Gondim

(Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel

(Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte)

REVISÃO: Cléa Márcia Soares, Valdenir

Peixoto. DEPTO. DE ARTE: Tell Vilhena

(editor), Carlos Gomes (capa e projeto

gráfico), Silvia H. Pompeu, Sylvio Paixão,

Felipe Ortiz. FOTOS: France Press, André

Louzeiro, Hélio Santos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:

Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana

Iooty, Roberto de Oliveira, Alba Caldas,

Silvia Arruda e Betânia Gonçalves

BANCO DE DADOS E EDITORAÇÃO

ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia),

Andréa Corrêa

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes.

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

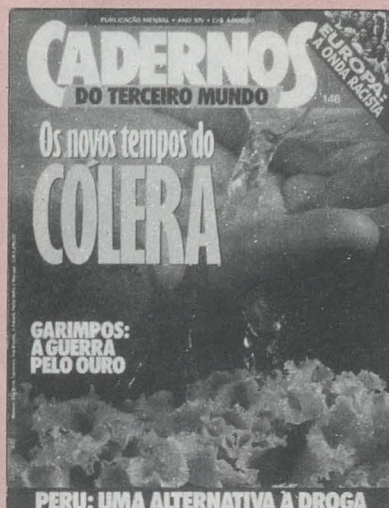
utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Irake), IPS (Inter Press Service), ALASEI

(México), SALPRESS (El Salvador),

Capa: Carlos Gomes (Criação) e Fernando Torres (Foto)



SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina),

e o pool de agências dos Países

Não-Alinhados. Mantém também

intercâmbio editorial com as revistas:

Africa News (Estados Unidos), Nueva

(Equador), Novembro (Angola), Tempo

(Moçambique), Altercom

(let-México-Chile), Third World Network

(Malásia), Israel and Palestine Political

Report (Paris) e Against the Current

(EUA). Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro 10/1º andar

Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650

Telex: 42720 GTM-TE-P

INTERCÂMBIO

• Maria das Graças Gomes dos Santos

Av. N. S. de Copacabana, 702 - B/5º Copacabana

22.050 Rio de Janeiro - RJ

• José Antônio Vieira da Cunha
Pça do Trabalhador 01 Insp. TCM
76200 Iporá - GO

• Walmar Cavalcanti

Rua Sergipe, 102 ap. 5

Higienópolis

01243 São Paulo - SP

• Orlando Oliveira

Rua do Senado 311/603

20231 Rio de Janeiro - RJ

• José Ferreira Neto

Av. José Sobreira Bacy, 324

63200 Missão Velha - CE

• Guilherme Fernandes Garcia

Rua Matipó, 262 apto. 102

30.350 Belo Horizonte - MG

• Marcos Antônio Gomes da Silva

Rua Mal. Castelo Branco, 680

48.600 Paulo Afonso - BA

• João de Deus

P.O. Box 370

Sumbe - Angola

• Luciano Evaristo Antônio

P.O. Box 370

Sumbe - Angola

• Waldick Henda de Azevedo

Enatel. UEE - CTT

C/Eduardo L. de Azevedo

Benguela - R. P. de Angola

• Mutombo Jean-Jacques

Cx. Postal 6654

Luanda - R. P. Angola

• Oliveira José Martins

C. Postal 520

Luanda - Angola

• Silvia Rossetto

R. Comandante Costa, 1395

78000 - Cuiabá - MT

• Francisca Marilena C. da Bezerra

Rua Major Verissimo 561

Ellery

60230 Fortaleza - CE

• José Silva dos Santos

R. Tangará 210

Cazeb

48.600 Feira de Santana - BA

• Carlos André Macedo Cavalcanti

Rua Pereira Simões, 1204

Bairro Novo

53130 Olinda - PE

• Alessandro D Brandão Hudson

Rua José Pedro dias, 732

35430 Ponte Nova - MG

• José Luiz Arenchi

Rua 24, nº 20

Jardim Novo I

13840 Mogi-Guaçu - SP

• Francisco Fagundes de Lima Neto

Av. Joiville, 2910

Conj. Santa Catarina

59045 Natal - RN

ASSINATURAS: REPRESENTANTES NOS DIFERENTES ESTADOS

Alagoas - José Macedo: Rua Santa Terezinha, 158 - Centro - Arapiraca - AL - CEP:

7300 Ceará - Alexandre Carlos Ferreira: Av. dos Expedicionários, 5405/204 bloco 7 -

Aeroporto - Fortaleza - CE - ☎ 245-1679 Paraná - Joel Antonio Flores: Rua Senador

Galgado Filho, 441 - União da Vitória - PR - CEP: 84600 Bahia - Alfredo José Barreto:

Estrada Monsenhor Costa, 340 - Xique-Xique - BA - CEP: 47400 Santa Catarina -

Augusto José de Almeida: Rua Rui Barbosa, 34/ Fundos - Agronômica - Florianópolis -

CEP: 88025 - ☎ 281453 Minas Gerais - Sinval Bambirra: Rua Rio Novo, 315 - Lagoinha

Belo Horizonte - MG - ☎ 442-4553 / 226-2564 - Cassio Avelino Soares: Rua Daniel Costa,

55 - Jardim São Luiz - Montes Claros - CEP: 39400 - MG - ☎ 221-1641 Vitória - Gody

Representações Ltda - Shopping Vitória - Ilha do Príncipe - ES - CEP: 29020 ☎(027)

29-9247 Pará - Luiz Carlos Costa Ferreira: Passagem Gaspar Dutra, 102 - Souza -

Belém - PA São Paulo - SARTI Representações Ltda.: Rua São Bento, 500/6º andar -

São Bento - Centro - São Paulo - SP - ☎(011)367094 Sergipe - Assine Representações:

Rua Propriá, 48/202 - Centro - Aracaju - SE - CEP: 49010 - ☎211-3749 Amapá -

Raimundo de Oliveira: Rua Leopoldo Machado, 4164 - Beirôl - Macapá - AP - CEP 68900

O avanço da doença das mãos sujas

Echavartzen 92



Doença antiga, propagada pela falta de saneamento, mas curável, mata em poucas horas se não houver atendimento. A população reage com pânico e os transmissores são portadores que, em 90% dos casos, nada sentem

Márcia Schmidt

O ano de 1992 começa com estatísticas que assinalam cerca de 1.000 casos de cólera no Brasil, com um índice de mortalidade em torno de 5% e com a concentração da doença na Amazônia (75% no Amazonas, 8% no Amapá, 4% no Pará, 3% em Rondônia). A doença desceu dos países andinos limítrofes, principalmente do Peru, pelo novelo de rios compartilhados pelo Brasil com seus vizinhos a montante.

O ministro da Saúde, Alcení Guerra, em meio às refregas das concorrências contestadas em sua área de ação, encontra nos números do mal no país, até agora, um instante de desafogo, pois considera uma vitória as magras estatísticas registradas até o momento, quando se previa que hoje os doentes se contariam às centenas de milhares.

No entanto, a contradição não deixa de ressaltar: as portas do terceiro milênio, a América Latina depara-se com uma doença medieval. Com a mesma surpresa com que o mundo acompanha os avanços da Engenharia Genética que possibilita o controle da reprodução humana, troca de genes entre espécies diferentes e até a cura de doenças genéticas antes do nascimento, a humanidade defronta-se com uma moléstia conhecida, perfeitamente curável, que estava erradicada no Brasil desde 1895 (ver quadro 1).

Se curável, por que o cólera chegou a níveis epidêmicos na América Latina e endêmicos, desde os anos 70, em alguns países da África e da Ásia? A doença atinge países que apresentam contrastes sociais profundos, onde uma minoria apresenta indicadores de saúde semelhantes aos do Primeiro Mundo, mas a imensa maioria vive em condições subumanas.

A volta do cólera ao Brasil indica que a infra-estrutura sanitária do país, pelo menos em certas regiões, não melhorou e até piorou, nos últimos cem anos. O cólera entrou em abril, e, já em maio, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertava para o fato de que o Brasil não teria condições de evitar uma epidemia, devido não só às deficiências de saneamento básico, mas também ao alto poder de contaminação do vibrião El Tor, bactéria responsável pela atual epidemia na América do Sul. De fato, 66,6% da população brasileira não dispõem de água encanada, esgoto ou coleta de lixo em suas casas.

Na década de 70, a doença foi controlada sem dificuldades no continente europeu. Lá, as condições de saneamento estão próximas do ideal e atinge praticamente toda a população.

Mal da miséria – O cólera não é somente uma doença da miséria, mas um problema que atinge a todos, porque é impossível evitar a interação entre as classes sociais.

Diante da doença, a população brasileira reage com pânico ou descrença. O pânico gera a discriminação, como a que atingiu a família do soldado Mauro Nei Maciel Martins, primeiro caso registrado no Rio de Janeiro. Ele serve no 2º Batalhão Especial de Fronteiras, em Boa Vista, Roraima, e já chegou ao Rio com sintomas. Ficou



A falta de higiene faz o cólera viajar pelo mundo

O mal atravessa continentes

Há muitos séculos, o cólera é endêmico na parte oriental da Índia e em Bangladesh. Dessas zonas, a doença propagou-se pelo mundo, através dos meios de transporte, causando epidemias e pandemias. Antes do século XX, ocorreram cinco pandemias de cólera, todas ocasionadas pelo biotipo clássico do *vibrio cholerae*.

A primeira, de 1817 a 1823, estendeu-se do vale do Rio Ganges a outras regiões da Ásia e da África. A segunda foi de 1826 a 1837; a terceira de 1846 a 1862; a quarta de 1864 a 1875; e a quinta, de 1887 a 1896. A disseminação acompanhou as rotas do comércio internacional, atingindo a Ásia, África, Europa e América.

A sexta pandemia é do início do século atual, entre 1902 e 1923, com epidemias severas na Ásia e surtos limitados na África e Europa, sem atingir o continente americano.

Hoje, se processa a sétima pandemia, deflagrada em 1936, quando o biotipo El Tor espalhou-se através dos movimentos migratórios a partir de um foco endêmico na Indonésia, propagando-se a quase toda a Ásia, à Europa Oriental, ao norte da África e à Península Ibérica. Alcançou Bangladesh em 1963, a Índia em 1964 e o Irã e o Iraque em 1965-66. Em 1970, a epidemia fez sua aparição na África Ocidental, onde se tornou endêmica. Atingiu a Itália em 1973 e, com pequenos surtos, os Estados Unidos e o Japão, em 1977-78.

O Brasil já sofreu duas epide-

mias. A primeira, em 1855, causou 102 mil mortes em um ano, o mesmo número de perdas sofridas pelo país em cinco anos de guerra contra o Paraguai.

A segunda aportou em 1893, vinda em navio português que atracou em Belém, no Pará. Durante a viagem, 36 pessoas tinham morrido no barco. O governador paraense foi prestigiar a chegada do navio, infectou-se e morreu.

Do Pará, o vibrião deslocou-se para a Bahia e Rio de Janeiro (9,2 mil mortes), sempre levado por pessoas infectadas que viajavam por mar. Depois alcançou Amazonas e Maranhão (13 mil mortos), Alagoas (19 mil), Sergipe (21 mil), Rio Grande do Norte, Paraíba (28 mil) e Pernambuco (38 mil). Também foram atingidos Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (4 mil mortes).

Em 1862, surgiram surtos menores no Ceará e Piauí. Em 1867, de novo alguns casos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, daí passando para o sul de Mato Grosso, atingindo as tropas brasileiras que lutavam na Guerra do Paraguai. Naquele mesmo ano de 1867, um surto atingiu os soldados que participaram do episódio conhecido como *A retirada da Laguna*: "As tropas comandadas pelo coronel Carlos de Moraes Camisão foram

dizimadas", lembra o professor Ernesto Hofer, sanitarista e microbiologista da UFRJ. Até aquele ano, o cólera matou 200 mil pessoas.

O segundo surto do mal começa em 1893, quando fluem para São Paulo imigrantes europeus, principalmente espanhóis e italianos. Em 1894 e 1895, a doença chega ao Vale do Paraíba: "Os imigrantes foram distribuídos para trabalhar no Vale. Naquela época, o sanitarista Adolf Lutz fez o diagnóstico laboratorial da doença pela primeira vez no Brasil", explica. Daquela região norte paulista, a doença desceu o curso do Paraíba, chegando ao Rio de Janeiro. Os últimos casos registrados no país aconteceram em Campos, no trecho final do Paraíba, em 1895.

O país ganhou experiência em tratar a doença, após sofrê-la por meio século. Mas as pesquisas e a vigilância sanitária afrouxaram após 1925, devido à diminuição da imigração e à declaração do fim da sexta pandemia.

hospedado na casa da irmã, na favela Vila Joaniza, na Ilha do Governador. Embora o vibrião tenha sido encontrado na caixa de esgoto localizada em frente a casa, não contaminou as praias do Galeão e São Bento, na Ilha do Governador, onde deságua o valão da Vila Joaniza. Mesmo assim, a comunidade chegou a ameaçar linchar o soldado, caso ele voltasse à favela, após o atendimento efetuado no Hospital Central do Exército. Sua irmã, apontada como a "mulher do cólera", foi despedida do emprego e seu sobrinho, de nove anos, chegou a ser impedido de prestar os exames escolares. O estigma lembra os tempos da lepra.

A peixaria da favela passou a vender apenas seis quilos de peixe diários, contra os 80 de antes. Três quartos

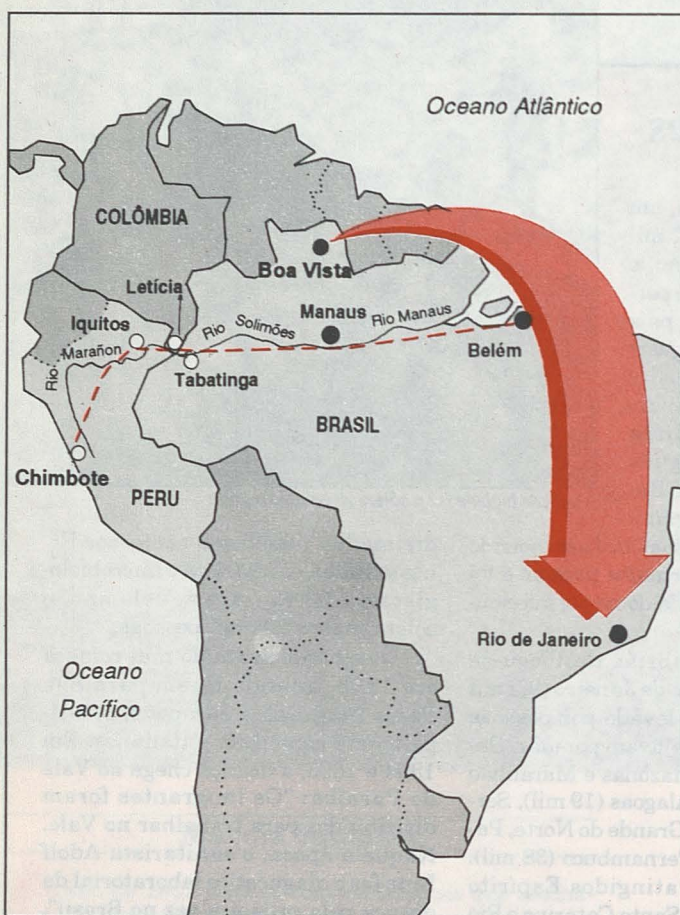
da população. A transmissão do mal é polêmica, não existe vacina eficaz, 90% das pessoas não manifestam moléstia, mas podem transmitir o vibrião, pelas fezes – são os portadores assintomáticos – e alguns indivíduos são mais propensos a desenvolver a doença que outros.

Sem tratamento adequado, o cólera mata em poucas horas, devido à severa desidratação – o doente perde até 20 litros de água em um dia. Mas o tratamento é fácil, rápido e barato.

No Brasil, a doença caminha para uma epidemia e pode ficar endêmica nos próximos anos. Diante deste quadro, prevenir é a melhor medida. A prevenção é difícil, não só porque é impossível construir infra-estrutura de saneamento básico em poucos meses, mas também pela dificuldade de identificação dos portadores sem sintomas e pela falta de educação da população.

O *vibrio cholerae* fez as primeiras vítimas em Chimbote, no Peru, em fevereiro de 1991. Da costa peruana o vibrião "subiu" a cordilheira e alcançou Iquitos, na selva peruana e às margens do rio Marañon, segmento inicial do Amazonas. De Iquitos, a doença propagou-se para Letícia, na Colômbia, e de lá para as cidades brasileiras de Tabatinga, Atalaia do Norte e Benjamin Constant, no mês de abril de 1991. Nos variados transportes fluviais, o vibrião seguiu o curso do rio Solimões até Manaus, onde chegou a 20 de outubro, depois de passar pelas cidades de Fonte Boa, Tefé e Coari. Apenas 4% da população de Manaus são servidos por rede de esgoto.

Em novembro e dezembro, a doença chegou aos Estados do Pará, Mato Grosso e Rio de Janeiro. A expectativa, agora, é que o cólera chegue aos estados do Nordeste, onde o padrão de saneamento é dos mais baixos do país.



Os caminhos da epidemia do Peru até o Brasil

da população do Rio e da Baixada Fluminense têm medo de contrair o cólera. Em contrapartida, muitos moradores da favela, como José Eugênio da Costa, 43 anos, não temem a doença e não vêm tomando nenhuma precaução. Famílias inteiras foram banhar-se nas praias do Galeão e São Bento, interditadas ao banho antes da liberação do resultado dos exames que pesquisavam a presença da bactéria na água. Um vendedor de cerveja retirou a placa de interdição, para evitar queda em suas vendas.

Tanto o pânico como a descrença são produto da falta de informação sobre a doença e, de uma forma geral, ausência de educação sanitária e organização comunitária

A bactéria na intimidade – O pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Carlos André Salles, estuda o cólera há 20 anos, e trabalhou durante dez na caracterização da espécie *vibrio cholerae*, que possui grande número de "raças". Por eletroforese – técnica que promove a separação de proteínas com cargas elétricas diferentes – foi possível identificar-se, com precisão, quais as "raças" que causam cólera e quais as inofensivas. "Fizemos uma espécie de árvore genealógica do vibrião, separando as ovelhas negras do resto do rebanho".

As "raças" clássicas El Tor e Louisiana podem causar cólera. O vibrião clássico, isolado por Kock no Egito, foi responsável por todas as epidemias até a sexta (ver quadro). O El Tor foi descoberto em 1905, numa península do Sinai chamada El Tor, que significa fortaleza. O vibrião Louisiana causou um surto em Louisiana, nos Estados Unidos, em 1978.

A bactéria entra no corpo pela boca e fixa-se nas células duodenais, durante as duas primeiras horas de infecção. Multiplica-se, em seguida, durante cinco horas forra as vilosidades do intestino delgado. A população dobra a cada 20 minutos. Então, a bactéria é bruscamente destruída, sem que se saiba ainda por que, e libera a toxina responsável pela diarreia apresentada pelos doentes.

A toxina colérica foi isolada em 1966 e é composta de duas subunidades: A e B. A subunidade B fixa-se em

ceptores específicos nas membranas das células intestinais, e injeta a subunidade A para dentro da célula, que modifica o funcionamento celular normal, ocasionando um aumento da excreção de água. As fezes típicas da doença são compostas de água rica em sais de sódio, potássio e bicarbonato, com fragmentos de revestimento do intestino e uma enorme quantidade de vibriões.

A diarreia é indolor, mas pela sua abundância causa uma desidratação severa, particularmente perigosa para as crianças.

A diarreia e o vômito resumem a sintomatologia colérica. Os pacientes não têm febre, lesão celular nem sequelas digestivas. Os sintomas resultam da acentuação de um fenômeno fisiológico. O período de incubação, entre o momento em que o germe é contraído e o aparecimento dos sintomas, vai de algumas horas a cinco dias. O tratamento consiste de reidratação oral, com uma solução de sal. Nos casos graves, deve ser administrado antibiótico por via oral, o que permite reduzir a duração da hospitalização.

Polêmica sobre transmissão – Com relação à transmissão da doença, existem duas correntes: a tradicional dá ênfase ao contágio por ingestão de água contaminada, enquanto a mais recente, embasada na experiência da África e da Ásia, assinala a importância do contato humano, via transmissão fecal-oral, como principal forma de contágio. Mas, ambas concordam que a existência de água de boa qualidade, seja para beber ou para higiene, é fundamental na prevenção da doença.

O presidente da Comissão Nacional de Prevenção ao Cólera, do Ministério da Saúde, Baldur Schubert, é adepto da corrente tradicional: a epidemia no Peru teria se espalhado devido à contaminação, por fezes e vômitos, dos doentes, dos pequenos mananciais que eram utilizados para captação de água. Ele explicou que a bactéria chegou de Lima por avião e chegou a Iquitos, onde houve contaminação do ambiente. As pessoas começaram a adoecer e, à medida que adoeciam, contaminavam mais o ambiente. De Iquitos, a doença desceu o rio Solimões. O mesmo processo teria se dado ao longo de todo o rio até Manaus e depois Belém.

Segundo Schubert, na Amazônia, a população sem saneamento básico bebe água empoeirada na época da vazante, de julho a novembro. Isto aumenta o risco de cólera. No período das cheias, ela coleta água da chuva. Se as diarreias já eram frequentes na região, devido à contaminação destas águas por *Salmonella*, *Giardia* e *Shigella*, depois do cólera ficou ainda mais comum.



Alceni Guerra acha que a doença avançou pouco

Mas não foi este o modo de transmissão que se observou na última pandemia, em Gana, na África. Carlos André Salles, que foi diretor do Laboratório de Referência para Cólera da OMS, afirma que a água não desempenhou papel relevante na transmissão da doença. Ele baseia suas afirmações no fato de que, mesmo nas águas mais poluídas, em locais saturados do mal, como Bangladesh, jamais se encontrou mais de 500 vibriões por mililitro de água. A dose mínima para um indivíduo adoecer está entre mil e um milhão de vibriões por mililitro. Então, seria preciso beber um copo de água de esgoto para ingerir a dose mínima considerada necessária para causar cólera. E isto parece pouco provável. Já a quantidade de vibriões nas fezes coléricas pode atingir um bilhão por mililitro. Uma única gota pode conter de 25 a 50 milhões de vibriões, quantidade 50 vezes maior do que a dose mínima infectante.

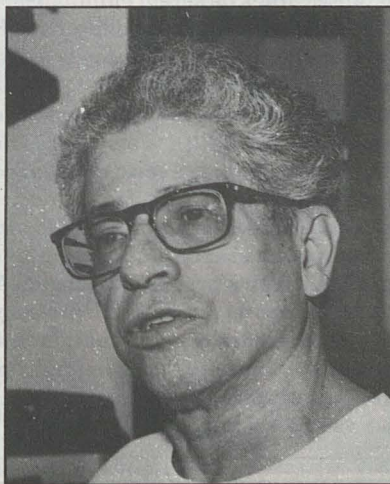
“As oportunidades de contaminação pela mão suja do doente a uma mão sadia, que depois é levada à boca, ou diretamente pela mão suja nos alimentos ingeridos por outra pessoa, são grandes, pois parte destes bilhões de vibriões fica nas mãos do doente, quando ele vai ao banheiro e não as lava muito bem”, diz Salles. A água é o maior fator de diluição de vibriões e o doente, o maior concentrador. “Por isto, ele é mais importante na transmissão.”

Perigo dos banheiros públicos – Em um artigo sobre cólera, a revista francesa de divulgação científica *Science et vie*, no seu número de abril de 91, também assinala o contato entre as pessoas como o principal responsável pela propagação da doença.

“Em tempo de cólera, uma latrina suja é pior que nenhuma”, alerta Salles. As latrinas, especialmente as dos banheiros públicos, são mais um fator de contaminação, para quem as usa pouco depois de um doente. As fezes coléricas não têm cor nem cheiro, e passam despercebidas. Seria preciso desinfetar as latrinas com água sanitária, após cada utilização. As torneiras das pias dos banheiros públicos também podem transmitir a bactéria. O problema é ainda mais grave quando os banheiros são construídos perto dos mercados públicos. “Seria melhor as pessoas defecarem no mato, ou no chão, em tempo de cólera”, aconselha.

O presidente da CNPC discorda de Salles. Schubert afirma que o vibrião sobrevive pouco tempo na mão, na borda de privadas ou nas torneiras.

Sempre é necessário vigiar fontes, mananciais, e captações, especialmente de água alcalina. Em Portugal, ocorreu um surto devido à ingestão de água mineral contaminada, provavelmente proveniente de uma fonte alcalina. Mas, rios e so-



Carlos Salles diz que a água não é transmissor importante



No Peru, improvisaram-se hospitais em barracas para tratar os doentes

bretudo os rios caudalosos da região amazônica, que diluem rapidamente as fezes neles jogadas, provavelmente não apresentam concentração de vibrião suficiente para causar a doença na população que utiliza tais águas.

As valas negras, formadas por águas de esgoto que escoam *in natura*, comuns nas favelas brasileiras, podem ser uma fonte de transmissão da doença. "Crianças que brincam na água contaminada podem tocar a boca ou os alimentos e adquirir o mal", diz Salles.

A população da Amazônia é muito móvel. Pescadores, índios, seringueiros e traficantes estão sempre circulando. O cólera se espalha através da mobilidade das pessoas. Em geral, os grupos sociais menos abastados são os que mais se deslocam. "Os trabalhadores vinculados ao circuito da produção de cocaína podem ter espalhado a doença", afirma o sanitarista Luciano Toledo.

No rastro da coca - Antes de cruzar a fronteira da

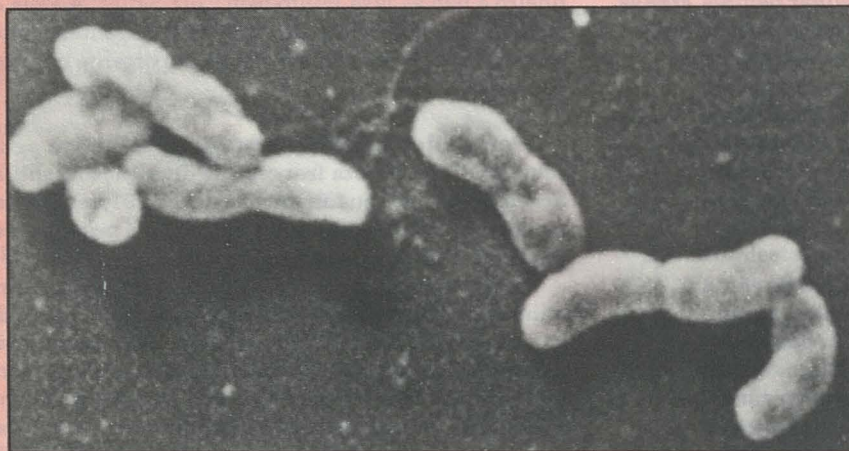
Amazônia brasileira, a doença seguiu de Chimbote para as cidades de Santa Lucia, Tingo Maria e Juanju no Peru, onde há cerca de 100 mil hectares de cultivo da folha de coca. A cidade de Iquitos, atingida logo a seguir, é considerada área de armazenamento da pasta de coca antes do envio para a Colômbia, onde é distribuída para todo o continente e para os Estados Unidos.

"Também os garimpeiros podem espalhar o cólera." Segundo dados do Centro de Tecnologia Mineral, existem hoje na Amazônia cerca de um milhão de garimpeiros, que vivem em 14 grandes regiões auríferas. A comunidade envolvida indiretamente com a atividade atinge dez milhões de pessoas.

O cólera é uma doença que se beneficia da densidade populacional. Ao contrário do Peru e do Equador, a densidade populacional da Amazônia brasileira é muito baixa. Isso dificulta a disseminação do mal. Mas, enquanto a doença não for controlada no Peru, que é um foco de disseminação permanente, os casos brasileiros não vão diminuir, apesar das medidas preventivas tomadas pelo Ministério da Saúde no Alto Solimões.

"É como se estivéssemos engasgando gelo", exemplifica o Diretor da Divisão de Ecologia Humana e Saúde Ambiental, do Ministério da Saúde, Nestor da Costa Borba.

Em busca da vacina ideal



O vibrio cholerae fotografado por Nazaré Meirelles e Helena Barbosa, da Fundação Oswaldo Cruz

São muitos os problemas técnicos a serem superados para a fabricação de uma vacina realmente eficaz.

A obtenção apenas da subunidade B da toxina oferece dificuldades técnicas: "As subunidades A e B parecem ser sintetizadas em locais distintos da célula, sendo reunidas poucos instantes antes de serem eliminadas. Não está provado que as subunidades sejam sintetizadas por genes diferentes. Para obter somente a parte B, você teria que trabalhar com a parte do gene que sintetiza B, mas não sintetiza A", descreve Carlos André Salles.

Ele também explica que a própria natureza da doença, que ocorre dentro do lúmen do intestino e não nos tecidos, dificulta a obtenção da imunidade pretendida por uma vacina. Como a imunidade é contra o transportador e não contra a parte que produz o efeito patogênico, para se impedir a doença seria preciso que existissem, no lúmen do intestino, grandes quantidades de anticorpos contra A, no momento em que a toxina está sendo produzida. Mas o espaço de tempo entre a ingestão do vibrião e a primeira produção da toxina é de 24 horas.

"Será que o organismo teria tempo de reconhecer a presença da toxina, antes de começar a sintetizar anticorpos contra ela em quantidade suficiente e lançar tais anticorpos no intestino, a tempo de impedir que a toxina produzida pelo microbóio comece a fazer efeito?", pergunta.

Por enquanto, a melhor vacina é a higiene.

O maior risco é o portador assintomático

Existem portadores que não estão doentes, mas podem eliminar o vibrião pelas fezes, durante sete a 10 dias. Aí está o maior risco de dispersão da doença. Cerca de 90% das pessoas que possuem o vibrião se enquadram nessa situação: não apresentam sintomas ou sofrem apenas uma forma leve da doença.

É impossível controlar o fluxo de pessoas que atravessam a fronteira ou que vêm de cidades brasileiras onde já existem casos registrados, porque muitos podem ser portadores "sem sintomas", lamenta o especialista Nestor Borba. "Por isso, é importante a análise de águas servidas de navios e aviões provenientes de regiões com a doença."

Por observações estatísticas, verificou-se que o vibrião El Tor difere do clássico por ser menos mortal, embora mais perigoso em termos epidemiológicos: ele aumenta o número de portadores assintomáticos. Como ele provoca infecções assintomáticas ou leves na maioria dos casos, torna-se difícil distinguir a doença de outras diarreias agudas.

Níveis de resistência - Por que alguns indivíduos, quando infectados, manifestam a doença e outros não? Segundo Carlos André Salles, o desenvolvimento da moléstia depende da quantidade de vibriões ingerida, da higidez do aparelho digestivo, do número e da distribui-

Pessoas que têm o vibrião mas não apresentam sintomas são os maiores transmissores da doença

ção de receptores específicos para a toxina colérica nas células do intestino delgado e de fatores imunológicos. "Numa pessoa sadia, são necessários de 100 mil a um milhão de vibriões para causar a doença. Em pessoas que se submeteram à operação para remover úlcera ou que tomam anti-ácidos, a dose é muito menor, porque o ácido clorídrico do estômago funciona como defesa, matando os micróbios que chegam lá. Vibrião não

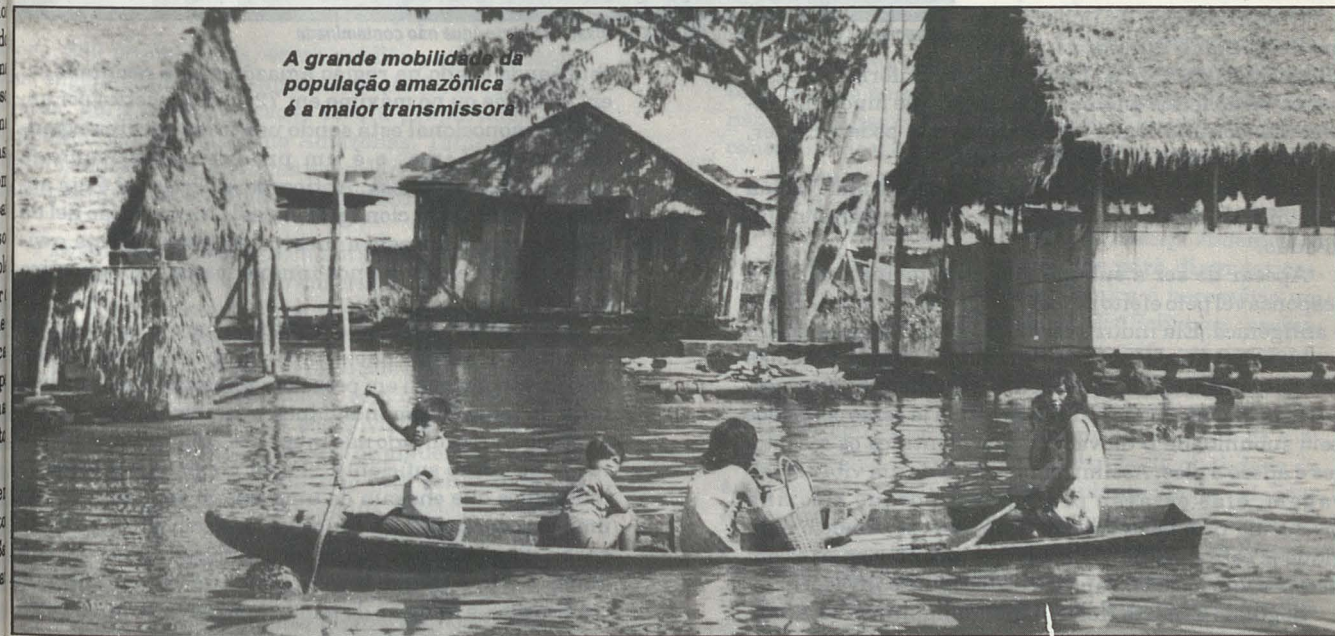
tolera meio ácido."

Para Salles, alguns indivíduos têm predisposição genética para adquirir a doença. "A ação da toxina colérica depende da existência de receptores específicos nas células do intestino delgado, e o número e a distribuição dos receptores devem estar sob controle genético. As pessoas com mais receptores seriam mais susceptíveis a desenvolver cólera."

Ele realizou experimentos em frangos e concluiu que a sensibilidade para adquirir a doença, introduzida artificialmente nos animais, depende do seu estágio de desenvolvimento e diminui com a idade. Depois de seis semanas, o frango fica pouco sensível. Na medida em que ele cresce, os receptores vão ocupar um espaço menor no intestino. "Provavelmente há um fator genético ligado à distribuição dos receptores."

Os fatores imunológicos também são importantes

A grande mobilidade da população amazônica é a maior transmissora



para explicar por que algumas pessoas não pegam cólera. Nas regiões onde ele é endêmico, os adultos têm certa resistência natural ao vibrião, porque apresentam grandes quantidades de anticorpos. Nestas regiões, há incidência de cólera maior em crianças do que em adultos, pois elas ainda não tiveram tempo de se expor ao antígeno e formar anticorpos. A doença imuniza, por um ou dois anos, e raramente uma pessoa contrai cólera duas vezes na mesma epidemia.

A única vacina contra o mal atualmente disponível é a clássica, composta de vibrião inativado pelo calor. Administrada por via cutânea, difere muito pouco da elaborada um século atrás por Ferrant. No Brasil, é fabricada pelo Instituto Butantã, em São Paulo, e pelo Bio-Manguinhos, departamento da Fiocruz, no Rio.

A vacina clássica tem apenas 50% a 60% de eficiência e protege a pessoa por um período de seis meses, sem reduzir as taxas de infecção assintomática. A OMS não aconselha a vacinação em massa em caso de epidemia, porque ela dá um falso sentimento de segurança.

As novas vacinas, ainda sendo testadas, são tentativas de melhorar a imunogenicidade da vacina clássica e estão todas em fase experimental. Recentemente, foi publicado o resultado dos testes de vacinação realizados em Bangladesh desde 1985, em 63 mil pessoas com mais de cinco anos. Obteve-se performance superior à da vacina clássica: 68% de proteção durante três anos. O produto é do laboratório francês Merrieux, com participação de grupos norteamericanos e suecos, e será testado no Brasil, através de um convênio estabelecido pelo Ministério da Saúde.

O coordenador do Laboratório de Referência Nacional para o Diagnóstico de Cólera, Ernesto Hofer, informou que os testes serão feitos em uma população que ainda não tenha tido contato com o vibrião, mas que pode vir a ter, provavelmente, a de Fortaleza (CE).

"Não há risco para a população, porque é uma vacina com vibrião morto, incapaz de introduzir a doença no indivíduo."

Apesar de ser a subunidade A da toxina colérica a responsável pelo efeito patogênico, é a subunidade B que é antigênica. Ela induz a formação de anticorpos contra o vibrião e contra a toxina no indivíduo. Todas as vacinas são feitas utilizando apenas a subunidade B. Nas pessoas vacinadas, os receptores da célula já estão ocupados pela subunidade B da vacina, que identifica os receptores e adere a eles. Assim, na presença de um vibrião selvagem, elas estarão protegidas, porque a toxina produzida pela bactéria não pode fixar-se. Como o indivíduo já está sensibilizado, apresenta anticorpos (os anticorpos vibriocidas) capazes de destruir o invasor.

Segundo Ernesto Hofer, o Bio-Manguinhos vai acom-

panhar os testes de Fortaleza. "Vamos analisar a evolução da imunogenicidade deste produto, antes, durante e após a vacinação através do acompanhamento da titulação de anticorpos específicos formados contra a toxina e contra o vibrião, na população-alvo."

Os testes prolongar-se-ão até fevereiro. Os passos serão os seguintes: "Escolhida a população-alvo, faremos uma avaliação do nível de anticorpos vibriocidas e antitoxinas circulantes no sangue destas pessoas. Então será aplicada a vacinação. Depois de dois meses, verificaremos se houve ou não um aumento no título dos anticorpos e se este aumento é significativo", informa o microbiologista.

A questão do tempo - Em toda a América Latina e em quase todo o mundo, ainda se utiliza o diagnóstico clássico, que é um processo bacteriológico de isolamento e caracterização do microorganismo. Este método que



Camponeses peruanos fazem fila para se abastecerem de água não contaminada

está sendo usado na região amazônica e o resultado sai em 48 horas ou no máximo em 72. O diagnóstico por anticorpo monoclonal está sendo usado em caráter experimental em Lima, e é um produto sofisticado da biotecnologia japonesa. Anticorpo monoclonal é um anticorpo obtido pela clonagem, ou seja, reprodução fiel da célula que produz este anticorpo. O teste detecta o vibrião nas fezes em menos tempo do que o diagnóstico clássico.

Para Hofer, a questão do tempo para a obtenção do resultado do exame não é importante. "Só se faz o diagnóstico laboratorial em pessoas saudáveis que têm uma história de contato com indivíduos coléricos. E, neste caso, a rapidez do resultado não interessa. Quarenta e oito horas é um prazo suficiente." Fazer o exame em todos os indivíduos que chegam de uma região endêmica ou em uma população inteira é inútil e inviável. "O importante para o diagnóstico do cólera é a avaliação clínica dos sintomas e não o exame laboratorial." Já para o início do tratamento, a questão do tempo é decisiva, pois a doença

pode matar em poucas horas.

O grande benefício do Programa de Combate ao Cólera, do Ministério da Saúde, está sendo a diminuição da mortalidade infantil por diarreia. "A cada 30 minutos, morre uma criança por diarreia no Brasil. Mas, hoje, qualquer diarreia está tendo uma atenção especial", diz o diretor da Divisão de Ecologia Humana e Saúde Ambiental, do Ministério da Saúde, Nestor Borba.

O Secretário Nacional de Vigilância Sanitária, Baldu Schubert, também concorda que a diminuição da mortalidade infantil vai ser mais importante em termos de saúde pública que o próprio controle do cólera. Em Manaus, o número de óbitos de menores de um ano é de 74 por mil. Cinquenta por cento destas crianças morrem de gastroenterite. Já a mortalidade por cólera é pequena, pelo menos até agora.

Para Schubert, todos os estados brasileiros estão preparados para combater a doença. De fevereiro para cá, o Ministério da Saúde enviou, para treinamento no

rios, mas o nosso plano inicial é de 11 mil", diz Schubert.

O engenheiro civil e hidrólogo Helder Costa sugere a implantação de valas de oxidação para o tratamento de esgoto. "A matéria orgânica é oxidada por um processo de aeração natural e ocupa uma área pequena. É uma solução barata e não contamina o ambiente." No Rio de Janeiro, o Instituto Vital Brazil está produzindo pastilhas de cloro que serão distribuídas para a população que não tem água encanada. As pastilhas serão colocadas na água armazenada nas casas. O cloro mata o vibrião colérico em meia hora.

A Cedae, companhia de águas e esgotos do Rio, também aumentou a quantidade de cloro na sua área de abastecimento. Também a Comissão Estadual de Prevenção ao Cólera, do Rio de Janeiro, realizou um vídeo e uma cartilha sobre a doença. Entidades não-governamentais, como a Fundação Rio-Parnaíba, do Piauí, presidida pelo biólogo Francisco Soares, que atua na proteção dos mananciais e recursos hídricos, também

está desenvolvendo trabalho de educação ambiental contra o cólera. Uma medida preventiva, que já está sendo adotada nas unidades de tratamento do cólera nos hospitais de referência para a doença, é o tratamento das fezes e vômitos dos pacientes com substâncias ácidas, antes de serem lançadas no esgoto da rede pública.

A limitação da importação de alimentos parece inútil. Produtos de proveniência da África e da Ásia, onde o mal endêmico existe há décadas, não induziu nenhuma epidemia nos países importadores. "Os enlatados não oferecem perigo, pois os alimentos são fervidos a 100°C e o vibrião morre a 60°C", esclarece Nestor Borba. Os turistas e outros viajantes não têm, a princípio, nenhum risco de contrair a doença, se respeitarem algumas precauções ele-

mentares, como beber água engarrafada, comer somente alimentos bem cozidos, evitar legumes e frutas crus, não ingerir peixe ou frutos do mar pescados em águas contaminadas, e lavar cuidadosamente as mãos.

A Organização Panamericana de Saúde (OPAS) incluiu o Brasil entre os países do continente americano em que o cólera pode tornar-se uma doença endêmica, a partir de 1993. "Sou conservador para diagnósticos. Para uma doença tornar-se endêmica é necessário um número de casos muito grande", diz Schubert, assinalando o pequeno número de casos no país, até o momento. Com ou sem risco de endemia, a prevenção é sempre o melhor remédio. Para a corrente que afirma que a ingestão de água contaminada é a principal fonte de contágio, a melhor prevenção é o controle da qualidade da água para consumo, seja pela implantação de estações de tratamento ou utilização de pastilhas de cloro. Já para os que acreditam que a contaminação se dá pela via fecal-oral, a prevenção ideal é mesmo fazer higiene cuidadosa das mãos após o uso do sanitário e antes da alimentação.

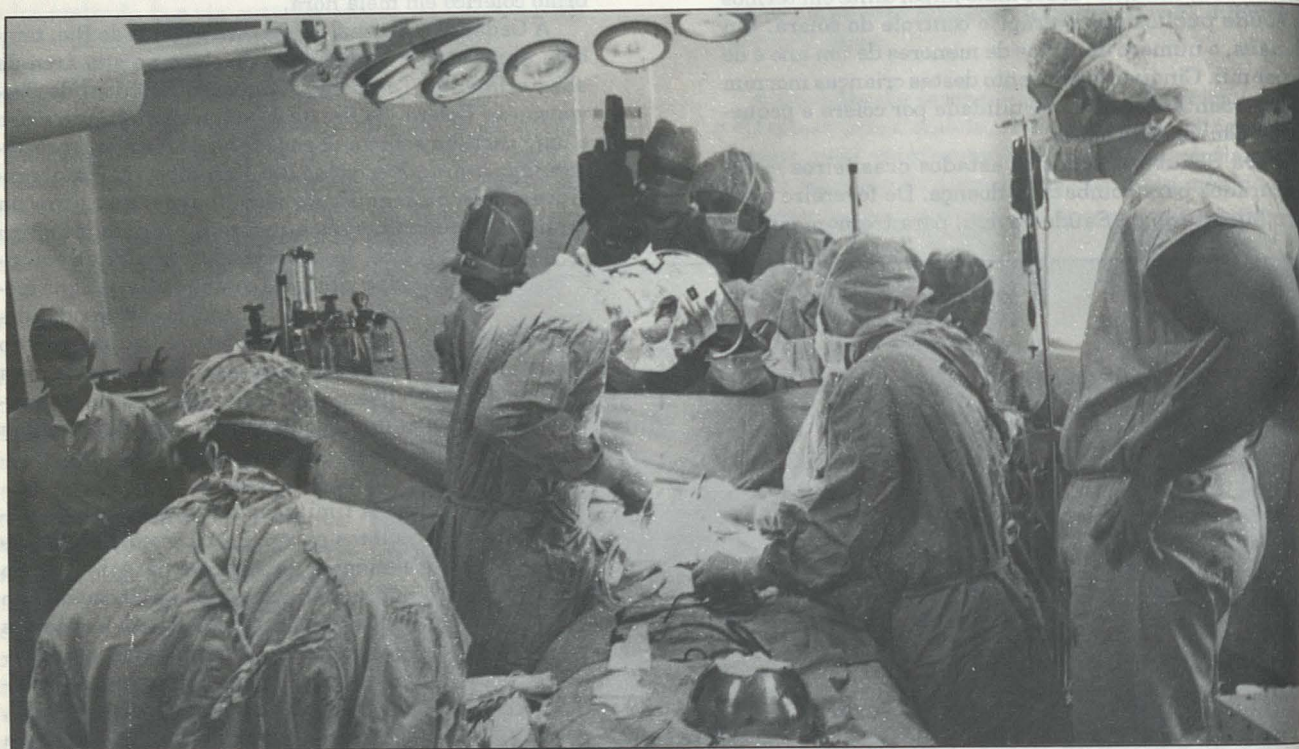


As valas negras que percorrem as favelas são lugares ideais para a propagação do vibrião

Peru, 250 profissionais, entre médicos, epidemiologistas, engenheiros de saneamento, educadores e laboratoristas. Mais de mil pessoas foram preparadas para trabalhar com a doença no Amazonas. Também foram desencadeadas campanhas de esclarecimento da população, através da televisão ou por cartilhas.

Prevenção - Logo após a notícia da ocorrência dos primeiros casos no Peru, foram criadas a Comissão Nacional de Prevenção ao Cólera e as Comissões Estaduais. O controle dos aviões é feito sistematicamente desde fevereiro, em vôos procedentes de locais onde existe a epidemia. São preenchidas fichas com dados pessoais e castelino dos passageiros, que são enviadas para as secretarias estaduais de saúde, no caso de alguém apresentar sintomas da doença. Tal controle está sendo feito nos aeroportos que transitam entre Manaus e Belém e nos aeroportos interestaduais. O Ministério da Saúde também con-

Transplantes, a vida ao alcance de poucos



As modernas técnicas da medicina envolvem questões éticas e estão longe de beneficiar a maioria da população

A. Barreto

Até hoje, continua sem julgamento pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) e pela justiça civil o mais rumoroso caso ligado à ética dos transplantes já ocorrido no país. No dia primeiro de abril de 1987, a equipe de transplantes do hospital-escola de Taubaté, composta pelos médicos Pe-

dro Henrique Torrencilhas, Rui Noronha Sacramento e José Carlos Natrielli, foi acusada por Roosevelt de Sá Kalume, na época chefe do Departamento de Medicina da Universidade de Taubaté, de praticar eutanásia e de vender órgãos de suas vítimas para outros hospitais.

Segundo o chefe do departamento, a equipe apressava a morte dos pacientes e depois retirava seus órgãos — sobretudo os rins — e os encaminhava para o Hospital das Clínicas de São Paulo. Os envolvidos negam tudo e dizem que a acusação é marcada pela irresponsabilidade e pela ignorância. Como ninguém até hoje foi ouvido em juízo sobre o caso, é muito difícil saber quem tem razão. O CRM chegou a divulgar nota dizendo que o processo sobre venda de órgãos não tinha procedência.

O caso, no mínimo, serviu para levantar algumas questões sobre a ética

e a viabilidade dos transplantes, e quanto técnica que possa ajudar a saúde da maioria da população.

Conceito de morte — “A saúde é um direito de todos e dever do Estado. Assim começa a seção 2 — da Saúde — do primeiro capítulo, que trata da ordem social na Constituição do Brasil. No entanto, o quadro geral sobre a realidade da saúde brasileira é, no mínimo, controverso. E um dos setores que mais provoca discussões é, justamente, o dos transplantes de órgãos.

Contestado por algumas religiões, no entanto, o único meio de garantir sobrevivência de muitos doentes graves. Os transplantes passaram por muitas fases, desde que entraram no dicionário da medicina. Como o país não dispõe de uma política de saúde que incentive e os regule, colocando-os ao alcance da maioria dos que deles necessitam.

sitam, os transplantes continuam a ser uma realidade apenas para poucos favorecidos.

O aparecimento dos transplantes serviu para modificar o próprio conceito de morte. Nossa cultura costuma aceitar a morte como um fenômeno cardíaco, pois vivenciamos o amor, o ódio, o prazer e as demais sensações através do coração. Segundo Cristina Von Zuben, professora de Ética do Departamento de Medicina Legal da Universidade de Campinas (Unicamp), o coração é responsável "pela sensação física mais imediata, palpável por todo o corpo. O coração acelera diante do ser amado e dispara nas relações de medo e ódio".

No entanto, a medicina atual tende a aceitar como o término legal da vida a morte encefálica, ou seja, a pessoa deixa de viver a partir do momento em que o cérebro cessa as suas funções vitais, mesmo que o coração e os demais órgãos continuem funcionando através de aparelhos. Essa questão tem sido a causa de muita polêmica entre leigos e cientistas no Brasil.

A denúncia sobre eutanásia e venda de órgãos em Taubaté, segundo os médicos que atuam nesta área, significou a paralisação de todo um processo que vinha sendo implementado, e teria sido um verdadeiro retrocesso. Mesmo assim, os transplantes continuaram a ser feitos no país e hoje já se considera que o Brasil se iguala, em termos de técnicas utilizadas, aos países do Primeiro Mundo.

Apesar disto, um número cada vez maior de pessoas continua a consumir horas e dinheiro nas salas de hemodiálise — a troca de sangue para pacientes com problemas de rins. O que se gasta nesta operação seria, segundo os médicos, suficiente para realizar vários transplantes. Um número também cada vez mais crescente de pacientes

continua nas filas, à espera do doador de um coração, de um fígado, de um pedaço de pele ou de um complemento ósseo. Onde está o erro?

Segundo Arnaldo Ferreira dos Santos, médico sanitário e presidente do Sindicato dos Médicos do Vale do Paraíba, "os transplantes são

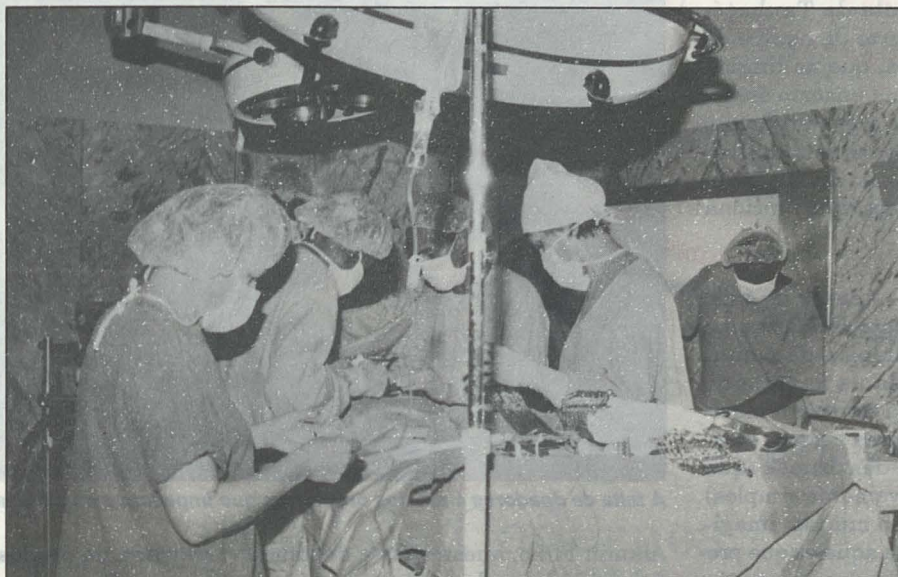
gislação específica sobre o assunto, que ainda não foi promulgada.

Aproximadamente 80 casos, em cada milhão de pacientes, necessitam de transplante de rins, operação que era realizada em Taubaté. São dados de Rui Noronha Sacramento, professor de urologia da Faculdade de Medicina da

Universidade de Taubaté e um dos envolvidos nas denúncias de irregularidades nos transplantes. Segundo Noronha, "nessa linha de raciocínio, seria necessário que se fizesse, no Brasil, uma média de 8 mil transplantes de rins por ano. Mas, não se chega a realizar 500".

Técnicas avançadas e progressos na legislação, por um lado, e falta de equipes treina-

das e de incentivo para a prática numa escala maior, por outro, colocam os transplantes numa posição de ambiguidade. Como resultado final dessa situação, acaba-se deixando a técnica fora do alcance de muitos dos que dela necessitariam. Tudo isto, sem falar nos altos preços que uma intervenção desta natureza tem no mercado médico.



Médicos acham que o governo deveria estimular as técnicas modernas

necessários e o que falta é uma maior massificação do processo. O ideal seria que as instituições oficiais estivessem aparelhadas, para que não houvesse discriminação".

Leis e custos — A Constituição trouxe muitos avanços, ao legalizar os transplantes, mas se aguarda uma le-

A sorte de Eliphas Levi

No número 148 da avenida Jorge Tibiriçá, em Pindamonhangaba, mora alguém que deve sua vida a um transplante.

Eliphas Levi Alves Beraldo, 55 anos, aposentado da Força Aérea Brasileira, leva hoje uma vida normal, graças a um rim que recebeu de seu irmão. A operação foi feita há quatro anos. Durante os cinco anos que a precederam, Eliphas vivia em tratamento, "prostrado", como ele diz.

Hoje, ele trabalha como "passoqueiro", faz passoca e vende na cidade. Também se fantasia de Papai Noel nas festas natalinas. E come de tudo. Muito bem humorado, declara que o transplante "foi a única saída", algo a que teve de recorrer. Graças a ele, Eliphas pode "acabar de criar os filhos e mandar uma para a escola de medicina. Lá, ela vai bem e já começa a se interessar por esta técnica dos transplantes, que pode ser o único meio de tanta gente continuar vivo".

Atualmente, uma troca de rins sai, para um particular, em torno de 30 mil dólares (mais de 30 milhões de cruzeiros, agora em janeiro). Mas, não são sequer os custos o impecilho maior para que os transplantes se popularizem. O pior é a falta de doadores.

"Não existem doadores", sentença Roderico Prata Rocha, ortopedista do hospital-escola de Taubaté. Roderico, que faz parte da equipe de transplante de ossos, que na linguagem técnica se chama enxerto ósseo, afirma que faz, junto com sua equipe, uma média de quatro a cinco operações deste tipo por semana. Ele mantém um banco de ossos, que funciona há quatro anos.

Fraternidade - Apesar de todo este panorama e do fato de sua equipe trabalhar com tecnologia de ponta, Roderico Rocha reclama da falta de doadores. "Se, para restituir o movimento ou a visão de uma pessoa, através do transplante de córneas (que são operações relativamente simples) as dificuldades já são muitas, imagine o que acontece com aqueles que precisam de um coração ou de um outro órgão vital para continuar vivendo", questiona ele.

O ideal nesse sentido, segundo alguns profissionais, seria a criação de leis que viessem a estimular a doação em vida. Para Geraldo José Rodrigues



A falta de doadores é um dos problemas que impedem a massificação dos transplantes

Alkmin Filho, anestesista e deputado federal, relator do capítulo da Constituição brasileira sobre Saúde e responsável pela inclusão nesta dos projetos de lei que regem os transplantes, o enfoque deve ser outro.

Alkmin diz que, segundo pesquisas recentes, 65% das famílias permitem a

retirada de órgãos de seus parentes mortos. Segundo ele, "o que ocorre é que, na visão do próprio professor Euríclides Zerbini, um dos nomes mais conhecidos na área dos transplantes, a grande dificuldade quanto à doação está na própria categoria médica, pois, na maioria dos casos de doação de órgãos, se faz necessário configurar a morte encefálica, sobretudo nos casos de mortes violentas. Nestas situações, os médicos deveriam comunicar a possibilidade às equipes de transplantes, o mais rápido possível, o que nem sempre acontece".

Por isto, a posição de Geraldo Alkmin Filho é de total discordância com qualquer tipo de lei que traga alguma espécie de benefício material aos doadores. Na sua opinião, "a doação de órgãos é um ato de fraternidade e amor ao próximo", afirma. E conclui: "Nós retiramos, dos projetos de leis que regem a matéria, quaisquer tipos de estímulos materiais aos doadores, respaldados em uma ampla discussão envolvendo toda a sociedade, desde a Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos até os próprios receptores dos mesmos." Enquanto isto, os projetos de leis sobre o assunto ainda estão tramitando no Senado, antes de irem à sanção do presidente da República.



A doação de órgãos é um ato fraternal e não deve ser recompensada financeiramente

Agenda de boas intenções

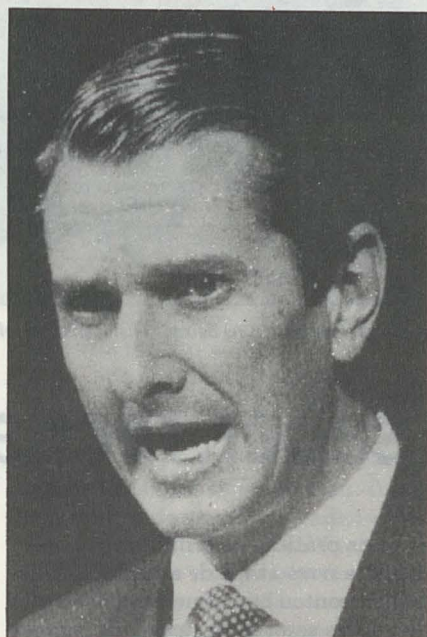
Collor prega consenso em torno de doutrina de escassa clareza

Procópio Mineiro

O social-liberalismo está fazendo sua estréia na praça, através da série de artigos em que o presidente Fernando Collor exibiu uma face de doutrinador político. Seu objetivo é a chamada modernidade, a qual ele identifica com uma série de posicionamentos que vêm sendo a base de ação dos chamados neoliberais, inspirados na *Reaganomics* e no *Tatcherismo*, dominantes na década passada. As políticas de redução da presença estatal na economia e no financiamento social ainda têm seus efeitos sob avaliação, em vários aspectos com análises já negativas. Este neoliberalismo, contudo, ainda espalha suas ondas pelo mundo, com profundas repercussões em países em desenvolvimento, principalmente naqueles em estágio econômico mais avançado, como é o caso, na América Latina, de Brasil, México, Argentina e Peru. Privatizações de empresas estatais, algumas de áreas estratégicas, e a abertura dos mercados nacionais à produção do Primeiro Mundo, abalando as estruturas da indústria local – esta a descrição sumária que se poderia fazer do processo em andamento.

No Brasil, essa rearrumação/desarrumação poderá vir a ser conhecida como Social-Liberalismo, a nova linha lançada pelo presidente. Talvez ficasse melhor como Liberalismo Social, para evitar a subliminar idéia de que possa ser lido também, por força daquele hífen, como Liberal-Socialismo. Por conta de seus conceitos social-liberais, Collor pretende dar um aproveitamento político imediato à doutrina, vestindo-a com um partido político, o Partido do Social-Liberalismo Brasileiro.

O que será? – O liberalismo sofre, ao longo de sua existência como conceito, as consequências das aplicações práticas que lhe foram dadas. Ser um homem liberal, um político liberal, tra-



Para aceitar o mercado e lutar pela primazia do social sobre o individual, mantendo a liberdade como eixo da sociedade, não é preciso inventar novos termos

duz um conceito que envolve o respeito à liberdade e aos direitos humanos. Ser um economista liberal, contudo, traduz uma vinculação com uma fase do capitalismo, cuja lembrança do sentido primitivo da palavra poderia ser resumida pela idéia de que “cada um pode fazer o que lhe for melhor”. Economicamente, portanto, trata-se do vale-tudo, do “chora menos, quem pode mais”, exatamente o contrário da idéia do liberalismo no sentido político.

O social-liberalismo de Collor exhibe as incertezas provocadas pelo trânsito fácil entre os dois conceitos, ora enfoca-

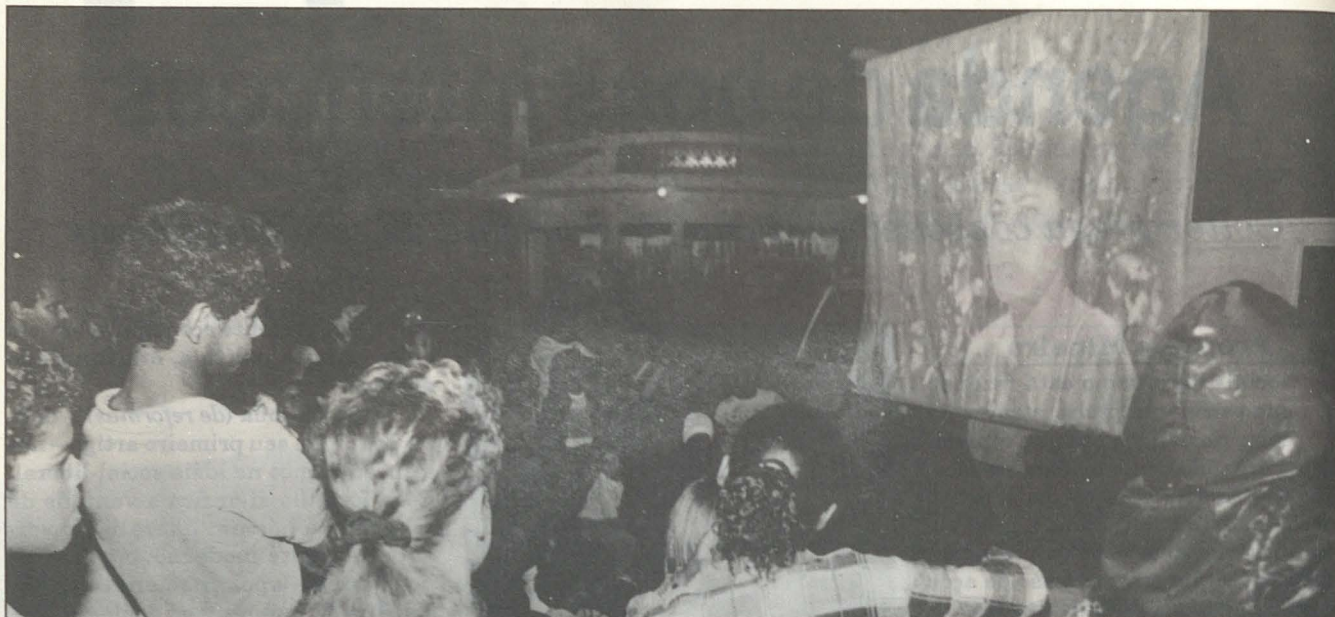
do em sua vertente econômica, ora em sua vertente política, ora fundindo ambos.

“Essa filosofia (*de reformas*) – define Collor em seu primeiro artigo – nós a encontramos na idéia social-liberal. Essa fórmula significa a vontade de criar entre nós um liberalismo verdadeiramente moderno, com raízes populares e apelo nacional.(...) Social-liberalismo: uma ideologia com paixão da liberdade não exclui – pelo contrário, pressupõe – a busca da justiça através de esforço permanente de dar a todos efetiva igualdade de oportunidades e de uma expansão constante do horizonte social dos direitos humanos. Um liberalismo de promoção social e não de exclusão classista.(...) Recusa a insinuação de que o crescimento econômico cuidará deles (*dos problemas sociais*) automaticamente”.

Urubu ou meu louro? – A todo momento, tem-se a impressão de se estar expressando idéias através de conceitos inadequados. A quase pungente preocupação social que ressalta dos escritos de Collor demonstra o empenho de salvar o termo liberalismo, dando-lhe conotações que lhe são estranhas.

Para aceitar o mercado e lutar pela primazia do social e do coletivo sobre o individual, mantendo a liberdade como eixo da sociedade, não se precisa inventar termos novos ou forçar reconceituações: o socialismo democrático já o fez há um século, com nome e conceitos apropriados, e comprovou seus compromissos no exercício governamental em diversas nações, particularmente no Primeiro Mundo.

O social-liberalismo de Collor se parece, assim, como na anedota, com um filhote de jacaré com cobra d'água. A imprecisão, a indecisão, o ar de oportunismo não contribui para o debate. Quando não se sabe exatamente de que se trata, como fazer para chegar ao consenso político?



A população do bairro Shangrilá, em Belford Roxo, município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, vê refletida sua realidade na TV Maxambomba

Difundindo o saber, recriando o poder

Rosângela Trolles

O país tem hoje cerca de 80 milhões de telespectadores, dos quais 18% são analfabetos e 45% não frequentaram o mínimo de quatro anos básicos da escola. A maior parte é carente e conta com a TV como o meio básico de diversão e informação. No entanto, uma programação de conteúdo social e crítico significativo não encontra espaço na televisão, por não ter apelo comercial.

Nos anos 70, com o aparecimento do equipamento de vídeo portátil, foi possível desenvolver experiências diversas das impostas pelos modelos de produção das redes de TV. Na década de 80, com a mobilização popular, a anistia e o fim do AI-5, reorganizou-se o movimento operário e fortaleceram-se as associações populares. A facilidade com que o vídeo-teipe se adaptava às condições mais diversas de trabalho fez com que fosse altamente usado no movimento popular e apareceu uma produção de vídeo independente ágil e criativa. Diversificaram-se as fontes de informa-

ção e as práticas de comunicação.

Esta nova etapa do audiovisual eletrônico contou inicialmente com o apoio de alguns setores da Igreja, de centros de educação popular e de sindicatos de trabalhadores. Várias organizações não governamentais iniciaram-se neste trabalho, entre elas a Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional, a Fase. A Fase acompanha os grupos sociais envolvidos, sua estrutura

O vídeo popular luta para preencher um espaço de participação e crítica que não existe na TV comercial

ra cobre 12 estados e seus programas são desenvolvidos por 18 equipes que atuam em quatro frentes: movimento sindical e de bairro na área urbana e frentes de assalariados e de pequenos produtores na área rural. Com equipa-

mentos VHS (Video Home Sistem) os núcleos desenvolvem dois tipos de audiovisual. Um é o modelo clássico onde se obtém um programa fechado, fruto de um roteiro pré-elaborado. Outro é a aplicação desse recurso no processo de formação e luta de determinado grupo. Sem ter o objetivo inicial de criar um produto, o vídeo faz algo que o cinema jamais poderia fazer por questões técnicas, oferecendo uma resposta instantânea, divulgando imediatamente eventos importantes para o grupo.

A Fase faz co-produção com outras ONGs. Esta colaboração marcou o início das produções do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), com a realização de três programas sobre os presidenciais em 89, com a participação do Cecip (Centro de Criação de Imagem Popular). O Ibase, que há 10 anos trabalhava com slides e fitas cassetes, substituiu seu material pelo vídeo. Suas produções circulam em diversas tevês estrangeiras, como as da Espanha e Itália.

Tevês locais — Uma experiência in-



As tevês piratas contestam na prática os privilégios das concessões de canais de televisões feitas aos poderosos grupos econômicos

sultam do trabalho sindical. A TVB (TV dos Bancários) surgiu em 87, um ano após o lançamento da TV dos Trabalhadores (TVT). O objetivo de ambas é o registro histórico das lutas dos trabalhadores, a formação sindical e a elaboração de telejornais para serem exibidos nas ruas.

Atualmente existem duas TVTs: uma unidade em São Bernardo do Campo, SP, totalmente controlada pelos trabalhadores, e outra em São Paulo, integrada à Rede de Comunicação dos Trabalhadores, entidade civil autofinanciada, responsável pelo programa político eleitoral para o candidato Lula à presidência da República.

Ainda como instrumento de transformação e com um perfil de irreverência, surgiram recentemente experiências com tevês piratas. Totalmente livres de grupos articulados, tevês como a TV Cubo em São Paulo ou a 3 Antena do Rio serviram para alertar sobre a importância da democratização das transmissões e das concessões de canais de tevê. Indo ao ar sem autorização, as piratas questionam na prática a concessão dos canais no Brasil, que sempre acabam nas mãos de poderosos

grupos econômicos.

Com o objetivo de articular os grupos que produzem vídeo independente, criou-se em 84 a ABVP (Associação Brasileira de Vídeo Popular). Financiada pela cooperação internacional, a associação apóia movimentos sociais, fazendo oficinas para capacitar seu pessoal, distribuindo 300 títulos de vídeos e informando quem desejar participar deste intercâmbio.

Unindo-se a esta possibilidade de participação, surge o Iser, que já produz há vários anos programas em comunidades locais e estabeleceu um circuito de exibição em favelas e presídios, além de um convênio com a UERJ, no Rio, para a divulgação de seu trabalho em centros culturais do exterior. Este centro agora oferece-se como produtor independente. Dispondo de equipamento Betacam completo, é possível encomendar trabalho de alto nível, com qualidade técnica para ser veiculado em emissoras comerciais.

Todo esse quadro, porém, não passa de um frágil movimento no sentido de um discurso mais honesto e democrático. A circulação da informação hoje não é apenas um direito, mas uma estratégia política para a construção de uma sociedade melhor organizada. Para isso, a participação e o interesse dos diversos segmentos sociais é a maior força para a modificação desta realidade de dominação ideológica da comunicação, na qual estamos imersos.

TV à moda brasileira

No início da década de 50, começaram a surgir as primeiras emissoras de TV brasileiras. Após a inauguração da TV Tupi no Rio e em São Paulo, surgiram várias outras emissoras, todas ligadas a grupos particulares e empresas privadas. Tal natureza foi determinante para o modelo de comunicação desenvolvido neste veículo, que passou a se apoiar e a sobreviver a partir da publicidade das grandes empresas.

A partir de 1964 começa o que poderíamos chamar de indústria da comunicação televisiva, com a inauguração da TV Globo. Com o auxílio de um jornal influente, uma rádio de grande popularidade no Rio de Janeiro e de um contrato com o grupo Time-Life, a emissora rapidamente se impôs, chegando a uma arancada decisiva em 67.

Em 1969, os programas foram concentrados no Rio e a Globo firmou-se como uma rede. A rede, organização empresarial monopolística, possibilitou uma concentração técnica e burocrática da produção e diminuiu os riscos para os elevados investimentos, apresentando vantagem especial para os investidores publicitários. Desta forma, a televisão necessitou se apoiar num discurso que conquistasse o espectador, atingindo a maior gama de público possível. O êxito de cada programa passou a ser aferido pelo índice de audiência: quanto maior o público, maior o sucesso. Assim surgiu a necessidade de padronizar o conteúdo do veículo segundo um índice máximo de aprovação e influência aguda para a ampliação das faixas de consumo.



A solidão, a doença, a miséria e a violência são as companheiras mais constantes na vida do garimpeiro na Amazônia

A perigosa corrida do ouro

Quem chega primeiro toma conta do garimpo

Cícero Henrique de O. Souza

O ciclo do ouro amazônico caracteriza-se pela aventura, por uma pesada infra-estrutura de transportes e frequentemente pela violência. Sob o aspecto administrativo, não há cálculos precisos para o contrabando do metal precioso, mas admite-se que pelo menos 50% dos impostos devidos não são pagos. Frotas de aviões, balsas, motores potentes para sucção, mergulhadores, e muitos milhares de homens que tudo arriscam na febre de enriquecer. Calcula-se esse exército garimpeiro em torno de 500 mil homens, a maioria disposta a tudo.

"Disputa por garimpo é igual a galinha que corre atrás de barata: o dono do ouro é quem chega primeiro." O desabafo do delegado de Alta Floresta, Jair

Viana da Silva, reflete bem a verdadeira guerra pelo ouro, que se trava no norte de Mato Grosso e sul do Pará. Lá a disputa já deixou dezenas de mortos, assassinados friamente por pistoleiros. Estes, muitas vezes, não contentes apenas com a eliminação da vítima, chegam a degolá-la e castrá-la. Somente na chacina de abril passado, no Trairão, a 750 quilômetros de Cuiabá e vizinho do município de Alta Floresta, morreram pelo menos 15 trabalhadores.

O delegado desta última cidade, Jair Viana, ficou encarregado do inquérito que apura o crime, pois o delegado de Guarantã, por falta de estradas, não tem acesso à área. Jair Viana conhece bem a questão, pois já trabalhou em Peixoto de Azevedo, outro município matogrossense que vive exclusivamente do ouro. Embora atuando no caso, ele

não consegue identificar, com firmeza, quem é, ou quais são os verdadeiros donos do garimpo.

O delegado conhece, no entanto, quem é Márcio Martins, espécie de mito macabro da região. Inicialmente, Márcio fincou suas bases no sul do Pará, no garimpo Castelo dos Sonhos. Mas, vem dando mostras de que pretende ampliar seus domínios. Para tanto, não hesita em formar pequenos "exércitos", grupos paramilitares armados até os dentes com armas sofisticadas, como metralhadoras, pistolas e carabinas importadas. Tais grupos chegam a ter até 80 homens, conforme a avaliação que Márcio faz do adversário.

Na tomada do garimpo Trairão, Márcio Martins mobilizou 50 homens, todos uniformizados com uma jaqueta preta, onde se lia a inscrição "Seguran-

ça" em cor alaranjada. Na cabeça, usavam uma fita branca. O grupo, que levava um médico de campanha, para atendimento a feridos, foi todo transportado por aviões e até um helicóptero foi visto participando do ataque.

José Carlos de Lima, o Carlão, que vive em Alta Floresta, cidade com aproximadamente 70 mil habitantes, era o último "dono" do garimpo. Carlão diz que comprou a área na cabeceira do rio Trairão, afluente do Teles Pires, no início de 1991, dividindo-o em pequenos lotes de 20 a 30 metros cada um, arrendados para garimpeiros e proprietários de dragas, recebendo, em contrapartida, uma percentagem da produção. Ele mesmo possui duas dragas em operação. Até o ataque, era o garimpo mais tranquilo da região.

"Eu controlava, inclusive, a entrada de bebidas alcoólicas", garante Carlão, que escapou da morte por se encontrar ausente do local, na hora do ataque. Perdeu, porém, o cunhado, Edson Parano da Rocha.

Há oito anos envolvido com atividades de garimpo, Carlos se disse assustado com o aparato militar exibido pelos pistoleiros e com a violência praticada contra os trabalhadores da área. "Já vi muita invasão, mas não daquele jeito", espanta-se. "Mas, não abro mão de coisa minha e vou voltar."

Tanta disposição para enfrentar o perigo tem uma explicação: cada draga instalada no Trairão extrai, em média, quilo e meio de ouro por dia. E é ouro puro encontrado em pepitas, quase à flor da terra. Tal abundância do metal e a facilidade de extraí-lo foi o motivo do ataque pirata de abril. Garimpeiros que escaparam da chacina pedem mais segurança e sugerem até a presença do Exército, pois temem ser mortos. Eles calculam que os homens de Márcio Martins roubaram, apenas no dia do ataque, cerca de 15 quilos de ouro, o que, na época, equivalia a 53 milhões.

Uma das versões do ataque implica os irmãos conhecidos como Tucos, que teriam vendido a área a Carlão, embora continuassem com dragas no garimpo. Talvez com o intuito de reaver a área, contrataram Márcio Martins, um goiano de apenas 26 anos, mas extremamente violento, e tiveram a ajuda de outros homens, que, como eles, têm prisão preventiva decretada pelo juiz da comarca de Peixoto de Azevedo, à qual está subordinada Guarantã.

Governo legaliza Trairão

Desde o início do segundo semestre de 1991, o governo de Mato Grosso tenta organizar o garimpo, em Guarantã do Norte, atuando com representantes da Empresa de Mineração - Metamat, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Polícia Militar e Polícia Federal no Trairão, a 180 quilômetros da sede do município.

Segundo o presidente da Metamat, Edísio Rocha, é uma determinação do governo estadual regularizar a situação naquela área, onde se confrontaram grupos interessados em controlar a extração de ouro. "A região é muito rica e sua exploração interessa a todos",

constata o presidente da Metamat.

O Trairão é um dos garimpos mais promissores do Centro-Oeste. De cada par de máquinas, estavam sendo extraídos três quilos de ouro, diariamente, antes da paralisação pelos conflitos. Havia, então, 20 pares de máquinas, o que equivalia a 60 quilos de ouro por dia, ou 1,8 tonelada por mês. O Trairão fica perto do rio Nhandu, afluente da margem direita do Teles Pires. Chega-se ao local após 25 minutos de voo, ou através de viagem de barco e uma caminhada de seis a oito quilômetros pela mata. O ouro é encontrado em aluvião, isto é, em depósitos de cascalho nas margens do rio e córregos.

A regularização dos garimpos interessa muito às prefeituras dos municípios onde se encontram, pois, hoje, 70% dos impostos arrecadados com a atividade ficam para o município. A normatização pode auxiliar no combate à evasão de impostos, a qual chega a 50%, no cálculo das autoridades. Guarantã arrecada 20 milhões de cruzeiros por mês com a atividade mineradora, mas o prefeito José Humberto Macedo acredita que deveria estar recolhendo até perto de 60 milhões, caso a regularização da extração impedisse a evasão fiscal.



Venda ilegal prejudica prefeituras

O massacre na beira do rio

Final da tarde, naquele 17 de abril, uma sexta-feira. O dia começava a escurer e os garimpeiros terminavam mais uma jornada de trabalho nas dragas do garimpo Trairão, município de Guarantã do Norte, perto da divisa de Mato Grosso com o Pará, onde o ouro é farto e fácil de extrair, quase à flor da terra.

De repente, surgem do meio da mata cerca de 50 homens fortemente armados, com metralhadoras, espingardas de grossos calibre, pistolas e revólveres, todos apoiados por um helicóptero. Os pistoleiros já chegam atirando, atingindo sobretudo os que estavam nas dragas. Em pouco tempo, o grupo paramilitar assumiu o controle do garimpo, numa operação de guerra de fazer inveja a um exército regular.

Quantos morreram? Ninguém sabe ao certo. Homem muito perigoso, assassino frio e calculista, Márcio Martins, hoje um rico dono de fazendas, de postos de gasolina e de uma frota de aviões, gosta de comandar pessoalmente os ataques a garimpos e executar suas vítimas. Em todos os ataques, afirma, de forma categórica: "Vou ser o todo-poderoso desta região."

Ciep, uma avaliação pedagógica

Pesquisa compara desempenho educativo do Ciep com o da escola tradicional

Paulo Marinho

Objeto de críticas simplistas e frequentemente destituídas de fundamentação, os Centros Integrados de Educação Pública – Cieps – e sua implementação vêm sendo acompanhados com rigor pela comunidade acadêmica. Entre os diversos trabalhos surgidos na universidade sobre o assunto, o desdobramento da tese de doutorado da pesquisadora Ana Cristina Leonardos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, acrescenta valiosas informações à permanente avaliação do programa educacional desenvolvido no Rio de Janeiro.

Doutora em Educação pela Universidade de Stanford, na Califórnia, com tese favorável à filosofia emancipatória contida na proposta educacional do projeto (veja Cadernos do Terceiro Mundo, nº 137), Leonardos foi em frente e, agora, divulga os dados preliminares de avaliação, que confrontou o aproveitamento de alunos matriculados em uma escola pública tradicional e aqueles que frequentaram um Ciep representativo, no mesmo período.

Após concluir, em sua tese de doutorado, que a proposta pedagógica dos Cieps é compromissada com uma educação libertadora capacitadora e transformadora, Ana Leonardos e a equipe de mes-

trandos da UFRJ utilizaram-se do método sócio-antropológico de avaliação para aferir o rendimento de alunos matriculados em duas escolas que atendem uma mesma comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Pensamento crítico – “A análise dos dados colhidos no segundo semestre do ano passado, através da convivência com alunos, pais e professores, levantamento sócio-econômico e aplicação de testes não padronizados, confirmou que a metodologia usada nos Cieps é correta e está produzindo resultados compatíveis com o objetivo do sistema educacional do estado, que é o de estimular o desenvolvimento do pensamento crítico”, informa a pesquisadora.

Considerando capacidade crítica como a aptidão de entender, refletir e defender um ponto de vista (e não apenas

escrever e reconhecer as palavras), a pesquisadora optou por aferir esta habilidade, investigando as competências em fala, leitura e escrita: “Escolhemos estas três aptidões de comunicação e expressão, com a apresentação ou discussão de idéias, interpretação e redação argumentativa, porque elas estão usualmente presentes em todas as outras disciplinas. Dessa forma, emprestamos ao componente curricular alfabetização um sentido mais amplo, escolhendo, como alvo da pesquisa, exatamente alunos que estavam concluindo um ciclo (1ª a 4ª série), que tem por principal tarefa alfabetizar o indivíduo.”

Fala – Os dados levantados junto às duas turmas, de 40 alunos cada, demonstraram diferenças significativas entre grupos que fazem parte da mesma comunidade. Instadas a falar de temas polêmicos e presentes no seu dia a



Os alunos dos Cieps brincam, estudam, discutem e participam intensamente da vida na escola

EDUCAÇÃO

dia, os alunos do Ciep, na avaliação oral, revelaram melhor capacidade de expressão, falando de si próprios e de suas experiências com maior frequência, naturalidade e facilidade (ver quadro I).

"Enquanto, na escola tradicional, uma aluna chegou a pedir licença para contar a história do motorista de táxi que teve medo de entrar no bairro – o que deixa entrever conformismo, uma forte noção de gueto e mesmo vergonha de seu espaço social – os alunos do Ciep, sobre o mesmo assunto, argumentaram que quem está do lado de fora tem uma visão errada e distorcida da comunidade"

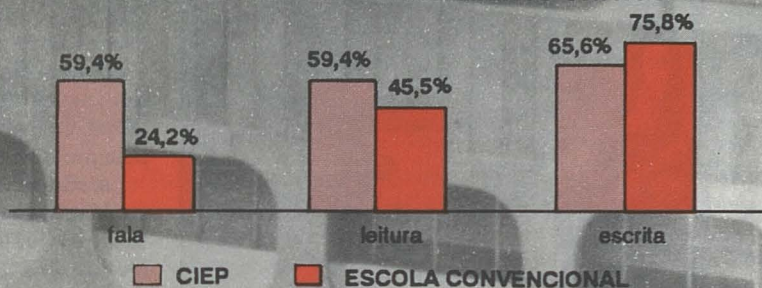
de" – exemplifica Leonardos.

A pesquisa apontou ainda diferenças marcantes na frequência de temas escolhidos pelos alunos de uma e outra escola, para discussão oral. Entre os onze assuntos propostos, cada estudante podia escolher três, por ordem de preferência pessoal. Enquanto no Centro Integrado a violência surgiu como o mais frequente (ver quadro 2), na escola tradicional o tópico sequer aparece entre os mais citados. "Como o critério de avaliação de capacidade crítica passa, necessariamente, pelo conteúdo ideológico, depreende-se que a escola pública, nos moldes tradicionais, não trabalha a

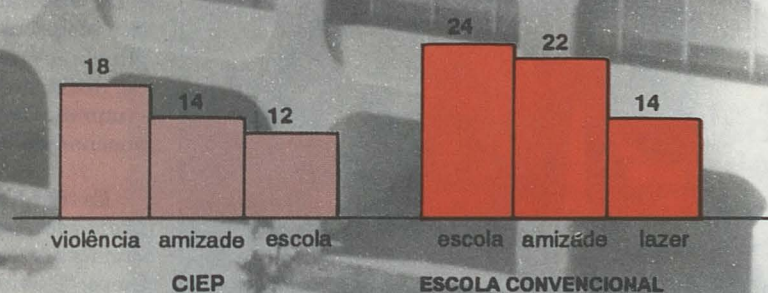
realidade, já que alunos procedentes de uma mesma comunidade apresentaram visões diferentes do mundo que as envolve."

Participação – Leonardos lembra o educador norte-americano Henry Giroux, para quem não é possível desenvolver-se o pensamento crítico, na sua forma mais complexa, apenas trabalhando aspectos cognitivos, como a lógica. Seguidor do pedagogo Paulo Freire, Giroux, que trabalha a teoria da resistência na mesma linha do educador brasileiro, defende ser imprescindível considerar o aspecto ideológico na pas-

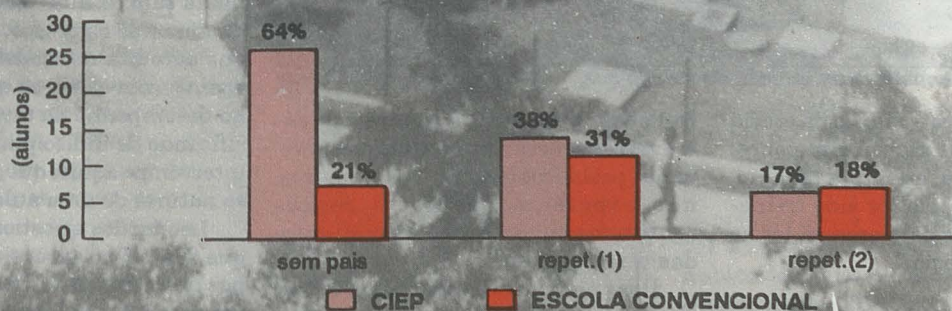
RESULTADO DOS CONJUNTOS DE TESTES SEGUNDO DOMÍNIO DA CAPACIDADE DE PENSAMENTO CRÍTICO



FREQÜÊNCIA DE TEMAS ORAIS SELECIONADOS POR ALUNOS



DADOS ADICIONAIS CIEP x ESCOLAS CONVENCIONAIS



sagem do conhecimento, já que, para alcançar uma visão crítica do mundo, o indivíduo deve ter sua própria fala.

Com participação intensa nos testes aplicados, os alunos do Ciep, que, na competência *fala*, interrompiam, discutiam e opinavam a todo instante, demonstraram o mesmo procedimento nos outros testes desenvolvidos. "En-

orientadora da pesquisa, a professora da UFRJ revela que a leitura do quadro *Resultados dos conjuntos de testes, segundo domínio da capacidade de pensamento crítico* apresenta diferença significativa apenas na aptidão *fala*. Nos testes de leitura, onde os alunos interpretaram textos publicados no *Jornal do Brasil*, para

apreensão das três aptidões, no Centro Integrado de Educação Pública, revela um desenvolvimento homogêneo, não encontrado na escola tradicional: "Muito embora o programa não explique como os professores devam desenvolver a capacidade crítica, no Ciep estudado – cujos alunos procediam dos lares mais carentes do universo pesquisado – nenhum aspecto do aprendizado está sendo enfatizado em detrimento de outro", constata a pesquisadora.

Dificuldades – Empenhada em aprofundar a análise dos discursos (oral e escrito) empregados pelos alunos, Leonardos pretende utilizar os subsídios ali colhidos para aperfeiçoar os processos de avaliação, em escolas que visam ao desenvolvimento da capacidade crítica entre alunos de baixa renda. Além disso – acrescenta – os conceitos daí advindos poderão vir a ser usados para orientar os professores de Cieps que, em muitos casos, carecem de um instrumento capaz de nortear a busca do pensamento crítico, proposto pelo programa.

A educadora entende que esta lacuna dá margem a situações, como a relatada ao jornal *Folha de São Paulo* (edição de 8/9/91) por duas professoras, que lecionaram seis meses em Cieps e pediram transferência para escolas tradicionais, em virtude de estresse. As professoras, que lecionaram para a 4ª série, disseram que "os alunos de Cieps têm um problema seriíssimo de indisciplina..." e uma delas, Marisa Mendonça, declarou nunca ter recebido "um aluno de Ciep que tivesse melhor conhecimento do que os meus".

Estranheza – Para Ana Cristina Leonardos, fica claro que as duas profissionais não entenderam a proposta dos Cieps: "É evidente que um aluno oriundo de Ciep, onde é instado a participar e opinar a todo instante, estranha e causa estranheza, quando ingressa numa sala de aula disciplinada por regulamentos rigorosos. Uma professora que acredita no modelo tradicional de ensino, com crianças quietas e caladas no desempenho de tarefas, acaba classificando de indisciplinado o aluno que interrompe aquilo que, para ela, é o curso natural de uma aula."

Leonardos questiona o julgamento que deprecia o aproveitamento dos alunos procedentes de Cieps, "já que a professora não define o que vem a ser



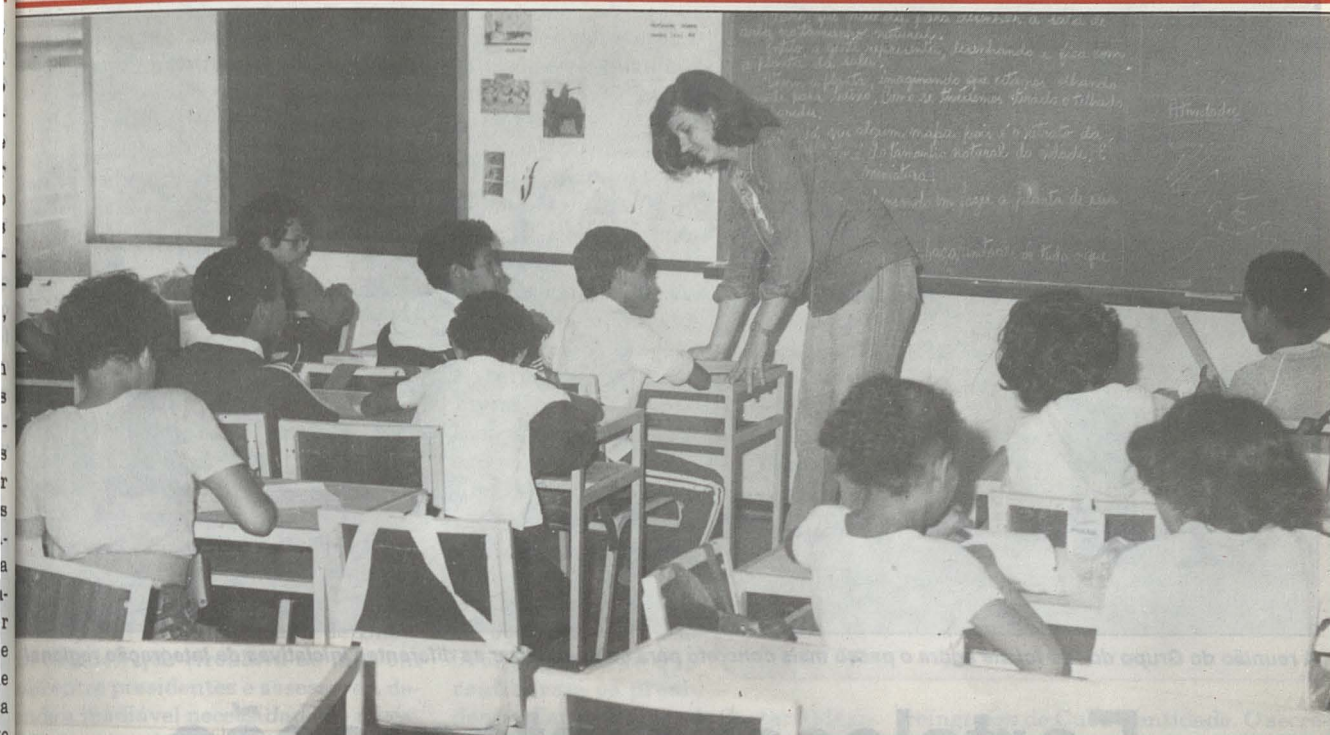
A escola tradicional considera indisciplinado o aluno que, no Ciep, expressa criatividade

quanto isso – explica – alunos da escola pública tradicional participam pouco, não têm voz ativa e, na tarefa redação, por exemplo, parecem ter sido treinados exclusivamente para escrevê-las no mais absoluto silêncio."

Diferenças – Coordenadora e

responder perguntas, e na tarefa de escreverredaçõesargumentativassobre temas polêmicos (*escrita*), os números não espelham desníveis representativos no rendimento dos alunos das duas escolas.

Das performances aferidas nos dois grupos, no entanto, constata-se que a



A maioria dos alunos dos Cieps vêm de famílias desestruturadas, mas o índice de repetência é o mesmo da escola tradicional

conhecimento". Interroga, ainda, por que ninguém se preocupa em investigar e divulgar o que acontece com um aluno que sai de uma escola tradicional e ingressa num Ciep

Para comparar o domínio ou não da capacidade de pensamento crítico entre alunos de Ciep e escola tradicional, a pesquisadora Ana Cristina Leonardos escolheu o método sócio-antropológico de avaliação – que, antes da aplicação de testes, analisa os históricos escolares e o nível sócio-econômico dos pesquisados. Na aplicação de testes, formularam-se perguntas subjetivas, porque a utilização de questões padronizadas, como acontece no vestibular, relativiza a avaliação, pois compara o desempenho de um aluno com outro e o melhor desempenho pode ter alcançado o primeiro lugar com uma nota baixa.

Usando critérios que visavam a comparar os estudantes, com relação aos objetivos do programa educacional do estado e do município do Rio de Janeiro, a pesquisa privilegiou, nas competências *escrita, fala e leitura*, a capacidade de entender, refletir e defender um ponto de vista sobre um assunto. Considerando ainda que uma escola emancipatória e transformadora visa a preparar o aluno para competir com a sociedade letrada, optou-se por

atrelar as questões a temas conhecidos e dominados pelos alunos – dando mais importância ao conteúdo das respostas do que às regras de sintaxe ou grafia.



Ana Cristina Leonardos

Como o objetivo da pesquisa foi comparar o desempenho, em relação ao máximo que os estudantes podiam alcançar, os critérios para desenvolvimento e correção dos testes foram rigorosos: o domínio das competências foi condicionado à obtenção de conceito B, nas três apresentações orais e nas três redações argumentativas. Na competência *leitura*, exigiu-se o acerto em pelo menos nove das doze questões de interpretação dos três textos (75% do teste). Entre os dados adicionais colhidos na pesquisa sócio-econômica, constatou-se que o nível de repetência entre as duas escolas não apresenta diferença considerável. Trazendo dados, segundo os quais os alunos do Ciep procedem em sua maioria de famílias desestruturadas, a pesquisa (ver quadro 3) revela que 38% dos alunos no Centro Integrado repetiram uma série, contra 31% dos matriculados na escola tradicional, que não passaram de ano pelo menos uma vez. No grupo dos que repetiram duas vezes, a diferença entre as duas escolas praticamente inexistente. Aplicada em turmas da 4ª série, nas quais pelo menos 50% dos alunos frequentaram a mesma escola desde a 1ª série, a pesquisa revelou ainda que 53% dos estudantes avaliados na escola tradicional habitavam nas melhores moradias, contra apenas 26% do Ciep.



A reunião do Grupo do Rio foi até agora o passo mais concreto para compatibilizar as diferentes iniciativas de integração regional

Fortalecer a integração

Treze presidentes da América Latina e Caribe discutem como compatibilizar projetos sub-regionais, dando novo impulso ao diálogo como instrumento de integração

Aldo Gamboa

Debaixo de um calor arrasador, e tendo ao fundo as corroídas muralhas da antiga cidade de Cartagena, o presidente colombiano César Gaviria soltou a "bomba" no microfone: "Com a democracia, só temos trazido sacrifícios e penúrias para nossos povos". A frase, longe de ser uma manifestação de saudade dos golpes militares de outrora, mostrava a cruel face das atuais democracias latino-americanas, e inaugurava uma nova maneira de abordar os problemas comuns a toda a região.

De fato, esta mesma reunião, se tivesse sido realizada há uma década atrás, mostraria uma enorme variedade de uniformes militares. Por isso mesmo, Gaviria se encarregou de enfatizar que, embora todos os presidentes presentes à reunião tivessem sido eleitos, "a democratização da América Latina coincidiu com a mais profunda

crise econômica desde os anos 30".

Apesar dessa crise, tudo parece indicar que a reunião do Grupo do Rio na cidade colombiana de Cartagena significou o passo mais concreto realizado até o momento para compatibilizar as diferentes iniciativas de integração regional (Pacto Andino, Mercosul, Grupo dos Três) e se constituir em uma espécie de interlocutor obrigatório para toda a América Latina em suas negociações internacionais.

Mais integração – Os assuntos a tratar não eram simples. A crise econômica e programas de ajuste, propostas comuns para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio-92), a ação conjunta contra o narcotráfico e a harmonização dos projetos sub-regionais de integração ocupavam espaço fundamental na agenda.

Um dos mais importantes documentos analisados pelos 13 presidentes foi redigido por equipes da Comissão Eco-

nômica para América Latina (Cepal). O estudo é categórico em afirmar que, se não se estabelecer um regime comercial e internacional na América Latina que responda aos princípios da multilateralidade e não-discriminação, os esforços para modernização produtiva terão sido em vão. Porém, o mesmo documento sugere que o projeto conhecido como Iniciativa para as Américas abre possibilidades para um regime comercial mundial "aberto e transparente".

A análise da situação econômica geral da América Latina e das condições de intercâmbio de suas exportações colocou sobre a mesa o problema principal, um dos motivos para a reunião: a cúpula: a necessidade de aprofundar as iniciativas existentes sobre integração comercial e econômica.

Para isso, os presidentes tomaram como base os acordos do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), do Grupo dos Três (Venezuela, Colômbia e México) e, principalmente, do Pacto de

lino (Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia). O processo de integração desse grupo de países está mais avançado, pois já este ano deve começar a funcionar uma zona de livre comércio abrangendo o território dos cinco países.

No estudo das possibilidades de maior integração regional, a questão da dívida externa não foi deixada de lado, pois o endividamento total dos países presentes à reunião de cúpula totaliza quase 400 bilhões de dólares. Nas reuniões de trabalho e nos discursos oficiais houve consenso em que as mudanças nas regras do mercado financeiro internacional, com a alta das taxas de juros, afetaram seriamente o desenvolvimento regional.

Outro importante ponto da agenda foi a análise da situação energética da América Latina. Um documento da Organização Latino-Americana de Energia (Olade), que circulava de mão em mão entre presidentes e assessores, defende a inadiável necessidade de investir, só nesta década, 300 bilhões de dólares em fontes de energia, incluindo pesquisas sobre alternativas energéticas, como base para o desenvolvimento industrial.

Ao mesmo tempo, a reunião de cúpula serviu para ocasionais encontros bilaterais. Em um desses encontros, Brasil e Colômbia – os dois maiores produtores de café – decidiram tomar posições comuns, em busca de critérios mínimos para negociar seus excedentes de grãos. Nos últimos três anos, o preço internacional do café caiu quase 50%. Em Cartagena, só não se assinou um acordo entre os dois países porque não houve consenso sobre as quantidades de grão que não seriam vendidas para recuperar os preços.

Cuba na agenda – O tema que tomou mais tempo nas discussões, e que gerou mais opiniões divergentes, não estava incluído na minuta original: o caso de Cuba. Nas reuniões preparatórias da conferência de cúpula de chefes de estado, os chanceleres latino-americanos já tinham chegado à conclusão de que essa era a única questão na qual seria difícil um consenso, como efetivamente ocorreu.

Porém, a aproximação de Cuba à América Latina parece ser uma realidade definitiva. Ao fazer referência às “mudanças democráticas” exigidas de Cuba, Rodrigo Pardo, vice-

chanceler colombiano, afirmou que “qualquer mudança em Cuba deverá obedecer à livre determinação do seu povo, dentro de um processo de evolução política da sociedade cubana”.

Por sua vez, o responsável pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Rezek, acrescentou que a reintegração política de Cuba à América Latina “deveria se dar através do diálogo, nunca com isolamento, pressões ou hostilidades”.

Já em fins de outubro, na reunião que realizaram os presidentes Carlos Salinas de Gortari (México), Carlos Andrés Pérez (Venezuela) e Cesar Gaviria (Colômbia), na ilha mexicana de Cozumel, as famosas “exigências” de redemocratização cubana cederam lugar à apresentação de posições comuns no Grupo dos Três. O G-3 é favorável a uma distensão nas relações entre Cuba e Estados Unidos, se oferecendo inclusive como mediador. Na prática, o grupo se transformou na ponte para um diálogo frutífero entre Cuba e América Latina.

Fortalecer a OEA – Muitas idéias foram debatidas sobre as formas possíveis de fortalecer a Organização de Estados Americanos, e propiciar o



Vários países defenderam na reunião o respeito à autodeterminação de Cuba (acima, Fidel Castro)

O Grupo do Rio

Argentina: Carlos Menem

Bolívia: Paz Zamora

Brasil: Fernando Collor de Mello

Chile: Patricio Aylwin

Colômbia: Cesar Gaviria

Costa Rica: Rafael Calderón

Equador: Rodrigo Borja

Jamaica: Michael Manley

México: Carlos Salinas de Gortari

Paraguai: Andrés Rodríguez

Peru: Luis Alberto Fujimori

Uruguai: Luis Alberto Lacalle

Venezuela: Carlos Andrés Pérez

* Costa Rica, representando no momento a América Central e a Jamaica, o Caribe

reingresso de Cuba à entidade. O secretário geral da OEA, o brasileiro Baena Soares, viajou a Cartagena para relatar a participação da organização no caso do Haiti, como exemplo do papel de primeiro plano que deve desempenhar no continente.

Sobre a volta de Cuba à OEA (de onde foi expulsa em 1962), os presidentes do Grupo dos Três aproveitaram a reunião de outubro em Cozumel para transmitir pessoalmente a Fidel Castro a condição do reingresso: a assinatura do Tratado de Tlatelolco, que proíbe a proliferação de armas nucleares no continente. Fidel Castro deixou claro que seu país não tem objeções a firmar o tratado, com a condição de que todos os países latino-americanos o assinem.

Outro reingresso analisado durante a reunião de Cartagena foi o do Panamá ao Grupo do Rio. O país centro-americano foi expulso desse organismo devido às acusações de fraude nas eleições gerais de 1989. Depois da invasão dos Estados Unidos, no Natal de 1989, da detenção do general Manuel Antonio Noriega e da instalação pelos norte-americanos de Guillermo Endara no governo, diplomatas latino-americanos consideraram que o Panamá poderia ser reintegrado ao Grupo do Rio. Porém, tudo indica que esse processo deverá esperar, antes de se chegar a um consenso.

Uma alternativa à droga

Os camponeses peruanos aceitam um plano do governo para acabar com as plantações de coca que não se baseia em argumentos moralistas nem na repressão, mas no direito de propriedade

Micaela Ramada

O combate às drogas é um dos problemas mais complexos deste fim de século. Os Estados Unidos, principal mercado consumidor, lidera essa guerra não-declarada. Os camponeses pobres do Peru e Bolívia, o elo mais fraco (e miserável) dessa cadeia, são as principais vítimas da repressão e também os que menos culpa têm nesse conflito.

Com uma visão pragmática e propostas simples, o governo do Peru está enfrentando o problema da substituição das plantações de folha de coca através de um plano discutido com os camponeses. A chave, para Fujimori e sua equipe, é permitir que o plantador de coca possa cultivar outros produtos com incentivos do Estado e assessoria sobre mercados, oportunidades e preços. Tudo de acordo com a rigorosa filosofia de livre mercado, que norteia a equipe do presidente peruano.

O economista Hernán de Sotro pertence à equipe de assessores de Fujimori



Fujimori: nova abordagem para um velho problema da sociedade peruana

ri e acompanhou o presidente em delicadas negociações com as autoridades norte-americanas sobre a forma de como deveria se realizar a repressão ao narcotráfico e o tratamento a ser dispensado aos camponeses que plantam coca. De Sotro faz parte do Instituto Libertad y Democracia¹, um grupo independente, privado, sem fins lucrativos, que não tem filiação partidária aberta, mas assessorou diversos presidentes, de Fernando Belaúnde (1984) a Alan García (1988/89), sobretudo em projetos que tinham como objetivo agilizar a administração do Estado.

Fujimori também deixou sob sua responsabilidade negociar no exterior vários dos mecanismos para reintegrar o Peru no sistema internacional, depois do período de isolamento que o país viveu durante a gestão de Alan García.

Durante um seminário de empresários latino-americanos, De Sotro explicou a filosofia que orienta o governo Fujimori em relação a dois problemas

chaves do Peru: a relação do Estado com os camponeses plantadores de coca e as precárias condições de vida dos bairros pobres da periferia de Lima. Em ambos os casos, a proposta é a mesma: regularizar os títulos de posse da terra, para que os novos proprietários possam ser incorporados às regras do jogo da economia formal.

A seguir publicamos (com exclusividade para **cader nos do terceiro mundo**) os aspectos centrais da intervenção de De Sotro.²

A questão da posse da terra — Meu país, que antes era essencialmente rural, hoje em dia urbano. Dois terços dos peruanos vivem em cidades, como resultado das grandes migrações. Mas nas cidades do Peru somente 25% das propriedades estão registradas. Apenas um quarto dos peruanos pode defender sua propriedade urbana nos tribunais de justiça ou diante da polícia.

O interessante é que, ao passear por áreas que nós chamamos *pueblos jóvenes* — no Brasil se chamam favelas, na Argentina *villas miserias*, na Colômbia e Venezuela são conhecidas como *ranchos* e os mexicanos as designam de *poracaidistas* ("para-quedistas") — percebemos que existem dois tipos de cinturões de miséria nas cidades peruanas: um pobre e outro que está fazendo algum progresso.

A que se deve isso? Obtivemos a resposta em uma área da capital onde à direita da estrada há barracos de papelão, de madeira, crianças sem-nuas andando nas valas negras e, à esquerda, está a população Mariscal Castilla, que tem edifícios de três andares, automóveis e até áreas verdes.

Os dois bairros são resultado de uma migração ocorrida há mais de 30 anos em Lima. Portanto, a diferen-

não se deve à origem da população. O segredo está na atitude assumida pelo presidente da associação de moradores de Mariscal Castilla, que investiu seu tempo não na organização interna, mas em conseguir títulos de posse registrados no estado. E assim, o bairro conseguiu os títulos, que aumentaram 41 vezes o valor da terra.

Através de uma pesquisa mais ampla, vimos que em 38 anos de invasões de terrenos ocupados, nas áreas onde a propriedade privada é reconhecida pelas autoridades, o valor da casa é, em média, nove vezes mais caro do que quando não havia títulos registrados.

Mas apenas um de cada quatro peruanos residentes nas áreas urbanas tem sua escritura de posse. E a possibilidade de que as pessoas respeitem a terra e invistam nela, de que usem bem seu meio ambiente, está muito condicionada pela existência ou não de propriedade privada. Para demonstrar a importância da propriedade, damos como exemplo o fato de que nos Estados Unidos 50% dos créditos concedidos têm como garantia a casa.

Se uma propriedade não está titulada nem registrada, falta o primeiro instrumento necessário para quem mora nela conseguir créditos e financiar o desenvolvimento. Por outro lado, a economia informal necessariamente significa receitas reduzidas e marginalidade. E esse é o caldo de cultura para o Sendero Luminoso se desenvolver. A origem da violência.

Discriminação através da lei – O instrumento de discriminação em nosso país não é o preconceito, mas a lei. A lei está feita de tal forma que somente pode ser cumprida por uma parte muito pequena da população. Por isso, começamos vários programas de simplificação administrativa (através de denúncias das vítimas da má administração) e reformas estruturais, principalmente no que se refere à questão da propriedade.

E mais: para se obter a escritura definitiva de uma terra no Peru, é preciso cumprir 177 leis, das quais somente três são indispensáveis. Esses trâmites exigem, no mínimo, seis anos e nove meses. Mas a média é de 20 anos.

Então, com respaldo do presidente Fujimori, estabelecemos um sistema, aprovado por lei, que se chama Registro Predial, cujo objetivo é essencialmente livrar o proprietário de cumprir uma legislação da época da colônia espanhola que tem muito pouco sentido atualmente. Começamos a outorgar registros com provas da propriedade que são consuetudinárias.

Toda a América Latina tem direitos consuetudinários, mas são só os anglosaxões e os europeus que têm sistemas legais que reconhecem o direito dos po-

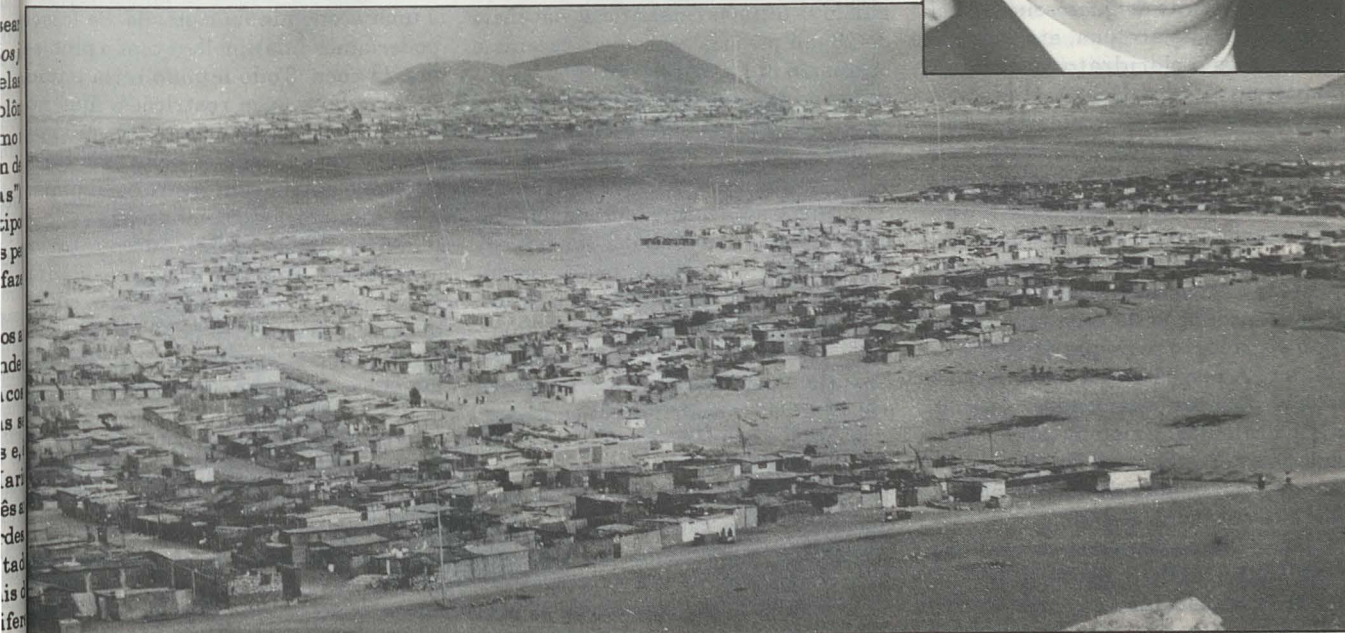
vos. O Peru tem um sistema legal que reconhece o direito segundo o que pensa o Parlamento ou segundo o que pensa o presidente do momento.

Assim começamos então a fazer em 1991 no Peru o que os ingleses começaram a fazer há nove séculos: redigir nosso *common law* (leis consuetudinárias), para lograr que o direito esteja conforme o povo e não o contrário. Nos primeiros cinco meses desse trabalho, já registramos 50 mil propriedades, em um processo 120 vezes mais rápido que o espanhol, e cem vezes mais barato. Esperamos dar títulos de propriedade a toda população carente antes de 1994, com um empréstimo do Banco Mundial e da AID, de sete milhões de dólares³.

O caso da coca – Os peruanos têm o falso privilégio de produzir 60 a 70% da folha de coca do mundo, principal-



Para Hernán de Soto (esq.), um dos principais desafios do governo é regularizar a posse da terra, principalmente nos bairros periféricos da capital





Agentes da DEA: um tipo de ajuda questionado

mente nos vales do Alto Huallaga e do rio Apurímac.

Na área rural, 92% das terras não têm registro. A polícia persegue os produtores de coca e por isso eles não cuidam de suas terras: fumigam três vezes mais que o agricultor que sabe que a terra é sua e vai cuidá-la a longo prazo.

E mais, para fazer a pasta básica de coca é necessário utilizar milhões de toneladas métricas de querosene, de ácido sulfúrico, de acetona, etc. Nós não fabricamos o cloridrato de cocaína, plantamos a folha de coca. O processo em geral é feito nas florestas da Colômbia, mas esses produtos químicos costumam ser transportados do Peru, com todos os riscos que implicam para o meio ambiente e para a população.

Qual é a solução para nosso país, que tem o proletariado agrícola da cadeia da produção de coca no mundo? Qual é a solução para que deixemos de plantar? A resposta está nas mãos dos setores públicos organizados. Vejamos alguns cálculos. Existem estudos que dizem que se os Estados Unidos nos derem de 1 a 3 bilhões de dólares nós poderemos substituir a coca.

Isto obviamente nada tem a ver com a realidade. No Peru, não se pode estabelecer um planejamento central, tipo

uma gigantesca fazenda coletiva, um *soviet* ou um *kibutzim*. Além do mais, pensar em planejamento com Sendero Luminoso do lado e organizações de narcotraficantes operando na região, é um sonho.

Enquanto isso, os Estados Unidos acabam de nos dar este ano para combater a coca 30 milhões de dólares, que na prática se limitou a 24 milhões de dólares. Essa é a realidade.

Coca: um novo enfoque - Tendo em vista essa realidade, o presidente Fujimori tem levado à frente uma iniciativa nova, que Washington aprovou em outubro. A idéia é implementar uma política com relação ao narcotráfico

que responda às exigências peruanas. Os peruanos têm que sentir que o narcotráfico e os problemas de contaminação ambiental criados pela droga são perniciosos. Porque quando assumimos o país, somente cerca de três por cento dos peruanos pensavam que a coca era prejudicial para o Peru.

O problema era colocado em termos dos perigos do consumo. No Peru, segundo as últimas estatísticas, não mais de 28 mil pessoas consomem cocaína e outras 28 mil pasta básica. Por isso, o consumo não é um grande problema peruano. É um problema dos Estados Unidos, onde se consomem 80% dos subprodutos derivados da coca.

O que pode ser considerado um problema peruano tremendo é que nós nos convertemos em um dos países produtores básicos de insumos para a droga, como por exemplo o Líbano, Birmânia e Laos. Nesses casos, os narcotraficantes financiam partidos e facções religiosas e as sociedades acabam destruídas.

Então, a primeira medida do presidente Fujimori foi colocar para os peruanos que a razão pela qual se deve combater a coca não é o consumo. Provou-se que o problema peruano é a guerra civil.

O resultado, segundo todas as pes-

quisas, é que hoje em dia 81% dos peruanos querem a erradicação da coca. Houve compreensão em relação ao perigo real que a droga representa porque se formulou um argumento com um vocabulário que o povo entendeu. Então, coincidimos com o interesse dos Estados Unidos no combate à droga, mas por razões diferentes.

Em segundo lugar, em vez de perguntar aos especialistas do governo por que a população cultiva a coca, fomos direto aos produtores. E lhes perguntamos por que não cultivavam vários outros produtos que são muito mais rentáveis que a coca, em certas épocas.

A resposta que nos deram, e que ninguém consultou antes, foi: "Senhores, para podermos exportar café precisamos obter quatro registros. Em segundo lugar, se decidirmos nos registrar, temos que provar que nos três anos anteriores exportamos café". Ou seja, para entrar para Harvard tenho que provar que já estou em Harvard há três anos. No caso do cacau, nos informaram que há seis registros. Não só isso, mas é preciso mostrar contas e transações bancárias dos últimos cinco anos, apesar da maior parte dos camponeses ser analfabeta.

A documentação necessária para cada um destes entraves burocráticos foi empilhada e descobrimos que para poder exportar qualquer produto que não seja a coca é necessário passar por 16 metros e meio de entraves burocráticos do Estado peruano.

Por isso, afirmamos que o Peru não é uma economia de mercado. Se fosse, poderíamos lidar melhor com o problema da coca. Todo mundo teria então propriedade, sem restrições. Mas no Peru, a única economia de mercado livre que existe, a única onde todo cidadão pode entrar sem restrição alguma, é a coca. Por isso é imbatível.

Além disso, existe outro fator a considerar. Temos dito ao presidente Bush que um país como o Peru, cujos generais do exército ganham 300 dólares mensais, não vai ganhar nenhuma guerra contra o narcotráfico.

"Camponês não é criminoso" - A segunda medida que adotamos foi negociar com os Estados Unidos um novo conceito para o camponês: os camponeses produtores de coca não são criminosos. Essa negociação nos tomou dez meses, porque em todos os convênios

com outros países cultivar coca constituiu crime, com exceção do Peru há quatro meses. O importante era que em Washington se entendesse que não podemos ter o camponês assassinado contra.

Pusemos então um grande anúncio no jornal, dizendo: "Camponês plantador de coca, este é o nosso acordo com os Estados Unidos. Você já não é um criminoso. Se quiser substituir o cultivo da coca por outro, faça o favor de preencher este formulário".

Fizemos essa convocação porque sabíamos que todos os cultivadores de coca estavam organizados. São organizações informais, fora da lei, mas que, de fato, governam o Peru. No vale do Alto Huallaga existem 57 minigovernos de comitês de produtores legalmente eleitos e no vale do rio Apurimac existem 125 comitês estabelecidos. Eles representam os produtores de 90% da coca do Peru. De modo que poderiam responder de forma organizada a uma convocatória do governo.

De fato, foi isso que aconteceu. Há pouco tempo, entregamos ao presidente George Bush a relação de todos os camponeses plantadores de coca do Peru dizendo que querem substituir seus cultivos. Os camponeses peruanos não são intermediários nem os empresários do crime. Ganham 97 milhões de dólares por ano pelo cultivo da coca, mas quando esta chega às ruas dos Estados Unidos, se converte em 50 bilhões de dólares.



Plantadores de coca do Alto Huallaga pedem o diálogo e protestam contra a repressão

Há no Peru, aproximadamente, 150 mil camponeses produtores de coca. Os *pushers* e *dealers* (vendedores e traficantes) que oferecem a coca peruana nas ruas dos Estados Unidos são 750 mil. Os pontos de partida da coca peruana para o exterior são mais ou menos 20 portos. Segundo a Drug Enforcement Agency (DEA, a agência do governo dos Estados Unidos que trata da repressão ao narcotráfico), os portos de entrada da droga nos Estados Unidos são cinco mil.

Com base nas nossas propostas, os Estados Unidos (o National Security Council, o Departamento de Estado, a

AID e o Departamento de Justiça) começaram uma revisão completa de sua política de drogas para o Peru, levando em consideração os pontos de vista do campesinato. Ao mesmo tempo, pedimos que daqui por diante os interlocutores norte-americanos não sejam militares ou policiais, mas sim especialistas em desenvolvimento e ecologistas, porque não estamos realizando uma guerra contra os camponeses.

Em resumo, para dar resposta ao grave problema dos setores majoritários e pobres do Peru combinamos a defesa do meio ambiente com o desenvolvimento econômico. E, nesse sentido, o direito de propriedade é fundamental.

O Norte tem razão de não querer que sua população consuma drogas. Mas a proposta tem que levar em consideração os interesses e necessidades dos países produtores. Deve fundamentar-se no que o mercado e o setor privado podem proporcionar. Para essa tarefa que nos impuseram, de combater o narcotráfico e ter um meio ambiente limpo, é muito importante também que o setor mais subdesenvolvido do Peru tenha reconhecido seus direitos políticos e legais.



Na capital, policiais fazem fila para queimar em um forno a cocaína apreendida na selva

¹ O escritor e ex-candidato presidencial Mario Vargas Llosa foi fundador do instituto, mas acabou desligando-se do mesmo para formar seu grupo político, o Movimento Liberdade, hoje transformado em partido.

² A edição do texto é responsabilidade da equipe de redação de *cadernos do terceiro mundo*.

³ Para outorgar mais de 50 mil títulos de propriedades no último ano, o governo do Peru gastou 70 mil dólares. Agora, com o financiamento da AID e do Banco Mundial, os especialistas da equipe de Fujimori estimam que terão recursos suficientes para dar escritura de posse a todo o Peru.

O desafio administrativo

O governo municipal de Buenos Aires busca conciliar a reestruturação do Estado e a satisfação das necessidades básicas da população

Beatriz Bissio

Carlos Alfredo Grosso, atual prefeito de Buenos Aires – nascido na província de Chaco e criado na capital federal – passou três anos em um seminário de jesuítas e cursou duas carreiras simultâneas, Direito (“por aquela velha aspiração

tras, sempre desenvolvendo uma ativa militância estudantil e, mais tarde, política.

Depois de ter sido durante anos professor de Literatura Latino-americana na Universidade de Rosário, quando veio o golpe militar, em 1976, foi expulso de todos os cargos que ocupava na educação. “Um grande amigo

meçou minha carreira como administrador.”

Secretário geral do Partido Justicialista (peronista) – cuja presidência assumiu em dezembro, pelo fato de Eduardo Duhalde ter sido eleito governador da província de Buenos Aires – Grosso tem desenvolvido no governo municipal uma política de acordo com a orientação global do presidente Menem – de estrito perfil neoliberal – mas “temperada” com sua própria visão social de uma administração com compromissos populares.

Os pilares de sua gestão são três: a reforma administrativa, que culminará na descentralização; uma reformulação do organograma de obras da cidade, e a reformulação urbanística e de promoção social. “Nessas três grandes linhas concentramos o programa de governo destes dois primeiros anos”, afirma.

No primeiro item, a reforma administrativa, a idéia foi informatizar o Departamento de Rendas e Cadastro e o de Multas. Assim se conseguiu melhorar a eficiência e passar a permitir os trâmites em 14 lugares diferentes, que formam o embrião de 14 unidades descentralizadas de governos zonais.

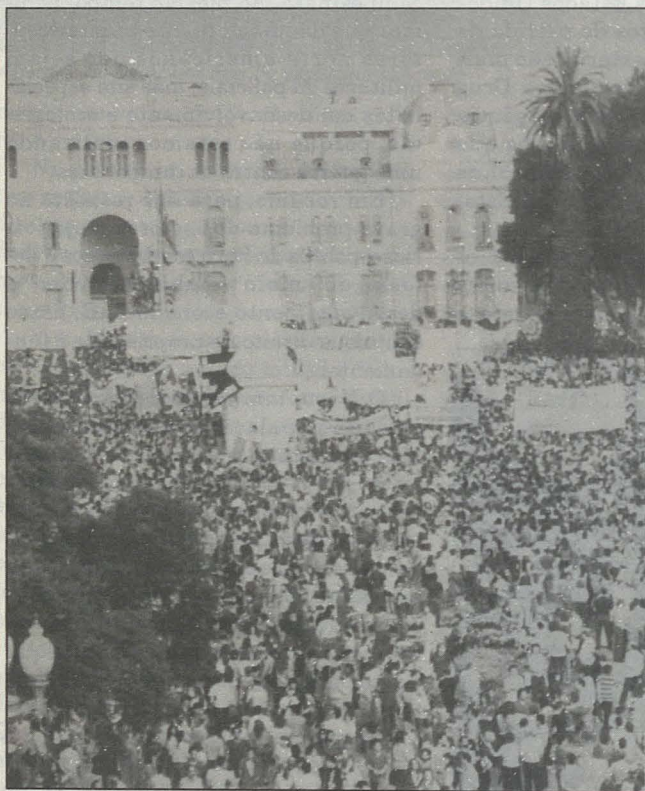
O segundo pilar da administração de Carlos Grosso é a nova organização do organograma de obras da cidade. “Temos, em tudo o que se relaciona à manutenção – das ruas, calçadas, árvores, pra-

ças, iluminação, os sinais luminosos, etc. – um sistema misto. Grandes áreas da cidade foram privatizadas por concessão. Outras ficaram sob administração municipal para evitar o monopólio de um só prestador de serviço, seja público ou privado. Consequentemente, para cada um destes serviços, a cidade está zonificada.”

A coleta de lixo e a iluminação já estavam privatizadas. A nova administração ampliou a reforma ao privatizar tudo relativo ao cuidado das calçadas, áreas verdes e parques públicos. As concessões são por 10 ou 15 anos, mas as concessionárias devem fazer um investimento já no primeiro ano. Durante o primeiro ano, os concessionários privados devem investir 50 milhões de dólares na cidade.

O papel do trabalhador – A onda neoliberal chegou também ao governo municipal de Buenos Aires, mas com características próprias: as empresas estatais ao serem privatizadas passam ao controle de seus funcionários. Em outras palavras, os trabalhadores passam a ser diretores da empresa e proprietários do capital. A experiência, embora ainda pouco difundida, teve boa aceitação dos sindicatos e, em geral, dos servidores públicos.

“A proposta é reconverter os departamentos burocrá-



Estimular a mobilização popular é um dos objetivos da prefeitura

de nossas famílias imigrantes, de dizer ‘meu filho é doutor’) e Letras. A vocação para a literatura foi mais forte; abandonou a carreira de Direito e seguiu a de Le-

me ofereceu um trabalho e parece que me saí bem, porque cheguei a ser gerente geral de uma das *holdings* empresariais mais importantes da Argentina. Aí, co-

cos em empresas públicas de serviço, uma espécie de unidades (entidades) descentralizadas, que chamamos de "Unidade de Gestão e Resultados" (UGR)", afirma Grosso.

Anualmente, as UGRs recebem uma verba para cumprir determinadas metas quantitativas e qualitativas. O resultado mínimo permitido é cumprir as metas com os recursos concedidos. Aquele que gasta menos e cumpre a meta é premiado. E aquele que não cumpre a meta e gasta o dinheiro, é penalizado.

Nesse esquema, a gestão passa a ser de responsabilidade dos trabalhadores, que se conseguirem ser eficientes, melhoram seus salários e suas condições de vida, porque ao gerar mais capital, aumenta a sua cota de participação. A prefeitura se encarrega de realizar cursos de capacitação dos trabalhadores para o gerenciamento das empresas. "O objetivo é que os funcionários públicos tomem consciência do que é uma administração empresarial. Acabar com a idéia de que quem trabalha numa repartição pública do município não tem que se preocupar com a eficiência", afirma o prefeito.

Objetivo do seu governo é que a Unidade de Gestão e Resultados termine se transformando em uma cooperativa de trabalhadores, que se torne a proprietária da empresa.

Liberais ou justicialistas? — Por trás das reformas introduzidas por Grosso e sua equipe há uma filosofia, que não se encaixa nos moldes tradicionais do justicialismo, nem no esquema liberal tão na moda. "Nós acre-

ditamos que é preciso reformar o Estado. Não se trata de um postulado liberal, mas de uma realidade dos dias de hoje. Mas a diferença está em que um liberal acredita, como o anarquista, que o Estado não deve existir. E nós acreditamos que o Estado existe e vai existir sempre, porque alguém tem que ficar encarregado do bem comum.

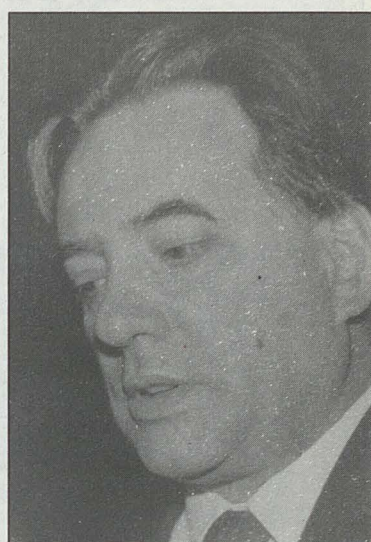
Mas não acreditamos que haja dogmas sobre o Estado. A cada tempo, corresponde um Estado determinado."

Grosso explica assim sua posição: "Nós, justicialistas, acreditamos em 1946 no Estado empresarial: nacionalizamos os serviços. Porque acreditávamos que eram tempos de um nacionalismo auto-suficiente, no qual tínhamos que redesenhar a infra-estrutura de serviços, e porque naquele momento o único capitalista com capital acumulado disposto a investir era o Estado".

E prossegue: "Nesta década de 90, nós, os mesmos peronistas, estamos demolindo aquele Estado. Por quê? Porque o mundo mudou. Vamos para a etapa das regionalidades, na qual o Es-



Carlos Menem (esq.) e Carlos Grosso: projetos coincidentes em vários pontos



tado passa a ser o motor político da integração e não o encarregado de desenvolver tecnologia de ponta. Este é o papel do capital privado industrial da região, que cresceu ao calor destes processos de nacionalismo".

Em sua opinião, o Estado deve voltar a ser o Estado social, responsável pela igualdade de oportunidades básicas. "Cada uma das atividades que nós privatizamos deve servir para liberar fundos à educação, à saúde, à segurança, à justiça. O que não podemos permitir agora, não é que o telefone seja privado ou estatal, mas que haja crianças que tenham aulas de computação em colégios particulares e crianças no colégio público sem acesso a esse conhecimento. Isto é

fundamental. Porque esse abismo na educação vai gerar diferenças sociais insuperáveis".

Para Grosso o mais importante é a reformulação do ensino e da saúde: "Temos 500 escolas de primeiro grau e neste ano o governo federal nos passará 160 escolas de segundo grau. E temos 21 hospitais com 40 centros de saúde na periferia e neste ano vamos receber mais nove hospitais repassados pelo governo federal".

O governo municipal também tem participado na tarefa de manter, reequipar e reconstruir colégios. No caso da saúde pública, a reforma seguiu os mesmos padrões:

"O que fizemos foi privatizar, por concessão também, todos os serviços periféricos: os refeitórios, a vigilância, a manutenção e a limpeza, as lavanderias, etc. Com isto acreditamos que os hospitais melhorarão sua administração e os médicos diretores poderão se dedicar exclusivamente a controlar a medicina", afirma o prefeito.

O legislativo municipal

A Câmara Municipal da capital federal tem 60 membros, dos quais 24 são do principal partido de oposição, a União Cívica Radical (UCR), 17 do Partido Justicialista, 12 do partido liberal de centro-direita, a Ucede. O Partido Social-Democrata (de centro-esquerda) tem três e há quatro partidos de um só vereador: um do Partido Federal, um do Partido dos Aposentados, um da Unidade Socialista e um da Esquerda Unida. "No final nós temos 17 vereadores sobre 60", explica Grosso. Isso exige uma negociação permanente. Nós temos tido grandes problemas de convivência. O difícil é conseguir maioria a cada semana."



Várias mesquitas da cidade sagrada iraquiana de Karbala foram destruídas durante o conflito

A guerra do Golfo, um ano depois

George Bush não conseguiu depor Saddam Hussein e vê sua popularidade despencar. No mundo árabe, a nova ordem surgida depois do conflito não consegue dar solução a nenhum problema

Elias Fajardo

Em 16 de janeiro de 1991, os Estados Unidos e seus aliados deram início a uma guerra rápida e fulminante contra o Iraque de Saddam Hussein. Em agosto de 1990, o exército de Saddam havia invadido o emirado do Kuwait, alegando que o petróleo iraquiano estava sendo "roubado" pelos vizinhos e invocando "direitos históricos" do seu país sobre a rica nação fronteiriça. Respaldados pela ONU, os norte-americanos montaram uma enorme operação de guerra, com o objetivo explícito de derrubar Saddam e devolver o emirado à elite que o governava.

O Iraque foi derrotado militarmente

e perdeu 120 mil soldados e pelo menos 15 mil civis que nada tinham a ver com o conflito. E o presidente George Bush, aclamado como herói por ter tomado a decisão de ir à guerra, alcançou níveis de popularidade de mais de 90%.

Um ano depois, Saddam continua firme no poder, respaldado pelo esquema militar que montou e também pelo ódio que seu povo (que sofre na carne as agruras do embargo econômico imposto ao país pelas Nações Unidas) devota aos norte-americanos. Mais de 80 mil crianças de menos de cinco anos morreram no pós-guerra no Iraque e outros milhares são vítimas das mais variadas doenças, da poliomielite até a febre tifóide, devido à falta de energia e água

vê se aproximar a data da eleição para a sua sucessão cada vez mais preocupado. Ele teme que os democratas usem a continuação de Saddam no poder para empanar o brilho da vitória militar no Golfo Pérsico, o que, somado à difícil situação econômica do país, lhe tira da mão os trunfos que poderia usar na sua campanha.

A descrição irônica da situação é dada pelo possível candidato presidencial do Partido Democrata, o governador de Nova Iorque, Mario Cuomo (que foi contra a guerra) e que, com a faca e o queijo nas mãos, declara sorridente: "Bush fez uma guerra que matou milhares de pessoas e no final não atingiu o objetivo, que era o próprio Saddam

nos hospitais e nas casas e, principalmente, à escassez de alimentos provocada pelas sanções da ONU, segundo o iraquiano Nabil Nejim Takriti, que foi ao Cairo recentemente entreger à Liga Árabe um pedido urgente de ajuda alimentar e de remédios.

Bush: baixa popularidade - Enquanto isto, a popularidade de George Bush desabou para 47%, segundo pesquisa feita em dezembro pelo jornal *The Washington Post*. Não tendo mais o fantasma do comunismo nem a oportuna invasão do Kuwait para usar na sua propaganda e com isto tentar mascarar a verdadeira situação de recessão existente nos Estados Unidos, Bush

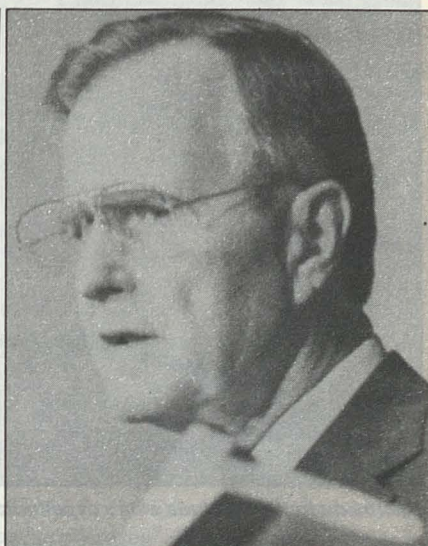
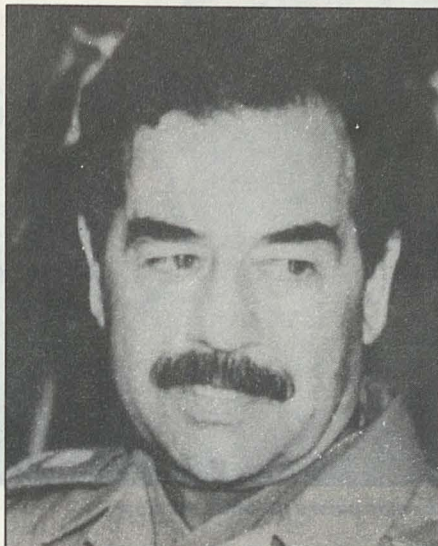
Agora vemos na imprensa fotos do presidente iraquiano passando as tropas em revista".

Porém, Bush garantiu com a guerra a continuidade do fornecimento do petróleo, o combustível que move a sociedade norte-americana. Os Estados Unidos importam 50% do óleo cru que consomem e sua principal fonte de abastecimento são os produtores do Golfo, sobretudo a Arábia Saudita.

Em meados do ano passado, auditores do Pentágono e do Congresso norte-americano revelaram que a guerra não custou um centavo aos cofres do país. Graças sobretudo às contribuições dos aliados de Washington. Os três maiores contribuintes foram, pela ordem, o Japão (9 bilhões de dólares), Arábia Saudita (7,5 bilhões de dólares) e Alemanha (6 bilhões de dólares). A previsão era de que os gastos ficariam em torno de 30 bilhões. O restante deveria ser coberto em sua maior parte pela Arábia Saudita. Mas todos os aliados começam a reclamar que a conta apresentada pelos EUA está muito salgada.

Além disso, o conflito trouxe aos Estados Unidos quase uma hegemonia política mundial, pois a antiga União Soviética, enredada em sua crise interna, não tem condições de continuar a desempenhar um ativo papel na política mundial.

Mas, por outro lado, houve também um desmascaramento, para todos os setores conscientes da opinião pública mundial, da dúbia posição de Washington quando se trata de defender seus interesses econômicos. Os norte-americanos foram capazes de ir à guerra, supostamente para defender



Saddam Hussein sobreviveu à guerra e Bush tenta salvar seu prestígio político

uma resolução da ONU, que mandou Saddam se retirar do Kuwait. Mas compactuam e protegem seus aliados israelenses, que deixaram de cumprir durante décadas decisões semelhantes da própria ONU e nunca desocuparam os territórios árabes que o exército israelense invadiu em 1967 e cuja colonização continua a todo vapor, apesar dos esforços em contrário do secretário de Estado norte-americano James Baker.

Curdos - Um dos fatos mais significativos do pós-guerra foi a eclosão da questão curda. Animados por sinais enganosos de que Saddam Hussein estava enfraquecido e de olho num apoio militar ocidental que afinal não se concretizou, os curdos (um povo de mais de 20 milhões de pessoas que se espalham en-

tre cinco países, entre eles o Iraque, a Turquia e o Irã) foram à luta. A meta que perseguiram era a independência do Curdistão, uma das mais ricas regiões do Iraque, onde fica grande parte das reservas de petróleo.

O resultado foi um massacre em que milhares de curdos foram vitimados pelos iraquianos ou morreram de frio nas montanhas, para onde fugiram em desespero. Contidos pelos turcos, desejosos, eles próprios, de se livrarem da incômoda minoria, eles ficaram entre dois fogos, sem que o Ocidente se mexesse para obter soluções de fundo ao drama que os persegue desde que perderam sua pátria.

Em abril de 1991, o Iraque e as Nações Unidas firmaram um acordo mediante o qual Bagdá autorizou a criação e a administração pela ONU, até 31 de dezembro de 1991, de centros de atendimento aos curdos em território iraquiano para socorrer os refugiados. O prazo se esgotou e a questão continua sem solução, pois as negociações entre os curdos e Saddam Hussein não conseguiram chegar a bom resultado.

Inspeção da ONU - Um outro fato político do pós-guerra foi a conturbada inspeção de especialistas da ONU às armas e ao programa nuclear do Iraque. Jornais do mundo inteiro abriram manchetes para as restrições que os técnicos teriam sofrido em seu trabalho por par-



Milhares de crianças iraquianas morrem de fome e doenças por causa do embargo econômico



Restos de foguetes ainda estão espalhados pelos países do Golfo Pérsico

te do governo de Saddam Hussein (eles chegaram a ficar detidos num estacionamento em Bagdá).

Pelo acordo que pôs fim à guerra, a ONU deveria vistoriar todo o programa iraquiano, mas o governo alegou que os técnicos estavam tentando ir além dessas atribuições. O fato serviu apenas para confirmar o que já se sabia: o programa nuclear iraquiano foi feito com apoio e participação de cientistas, técnicos e firmas do Ocidente, este mesmo Ocidente que tentou derrubar Saddam anos depois, alegando que ele era uma ameaça à estabilidade mundial.

Descobriu-se, por exemplo, que a tecnologia empregada nas fábricas de enriquecimento de urânio que o Iraque está construindo é a mesma desenvolvida na fábrica de Urenco, de propriedade da Alemanha, da Grã-Bretanha e da Holanda. O dado positivo da questão é o alerta que foi dado em relação à venda de armas por parte de firmas ocidentais, que lucraram incentivando conflitos regionais.

O fim dos incêndios - O Kuait, depois da retirada iraquiana, foi entregue de novo à dinastia dos Al-Sabah. A riquíssima família real, cujos recursos sempre estiveram confortavelmente depositados em bancos europeus e cujos membros nada sofreram fisicamente com a guerra, voltou a se instalar no poder e não propiciou uma gota a mais de liberdade ao povo, apesar das promessas de democratização. O Congresso continua fechado, como há décadas, os

palestinos foram duramente perseguidos e os Al-Sabah realizaram um verdadeiro leilão milionário (cujos maiores beneficiados foram firmas ocidentais) para reconstruir o país.

O último dos 650 incêndios nos poços de petróleo que ficaram como saldo da guerra já foi apagado e o feito, comemorado com efusão pelos xeques da aristocracia local. Mas os ambientalistas denunciam que centenas de quilômetros do país continuam cobertos por



O conflito foi o maior desde a Segunda Guerra

vastos lagos de óleo queimado, "como se fosse um tapete de seda negra desenrolado por várias áreas do deserto", afirma Silvia Earle, cientista chefe da norte-americana National Oceanic and Atmospheric Administration. Ainda é preciso limpar este óleo e as inúmeras minas que os exércitos dos vários países envolvidos deixaram nas areias do deserto na fronteira entre o Iraque e o Kuait.

Enquanto isto, imigrantes de vários países que trabalhavam no emirado e que sofreram durante a guerra, devendo se retirar de modo

precário e perdendo tudo o que tinham, começam a voltar. Afinal, o petróleo jorra de novo, as elites kuaitianas não gostam mesmo do trabalho duro e os outros países árabes e asiáticos não conseguem mudar suas estruturas de modo a dar melhores condições de vida a seus povos.

Em Nova Déli, o indiano R. Nayar, engenheiro mecânico que ganhava pelo menos 40 mil dólares por ano no emirado, está radiante. "Meu antigo patrão ofereceu pagar-me mais do que antes", comemora ele.

Há quem seja mais pessimista. Os custos da guerra do Golfo vão além da devastação ambiental, dos milhares de mortos, das cidades e obras de infra-estrutura destruídas. Há o custo invisível da destruição dos sonhos e aspirações de toda uma geração, e a humilhação sofrida pelos povos árabes de mais uma derrota diante do Ocidente.

Tahseen Bashir, ex-embaixador egípcio e confidente do finado presidente Anwar Sadat, assinala que "o vulcão da guerra durou alguns dias e terminou em menos de 100 horas. Mas agora a paisagem inteira está se transformando". Segundo ele, a estabilidade do mundo árabe é hoje mantida não mês a mês, mas dia a dia. E pergunta: "O que acontecerá à Jordânia? O que vai acontecer ao Kuait? Pusemos fim a um sistema internacional no Oriente Médio, mas não estabelecemos ainda um novo, e tudo está sendo feito aos pedaços. Vivemos num mundo árabe fraturado, e em cada fratura surgem novos problemas."

Os verdes e os pseudoverdes

Vandana Shiva*

O movimento ecológico será o novo centro de gravidade da arena política, onde duas novas forças disputarão a hegemonia: os que desejam proteger o meio ambiente e os que usam a retórica verde para destruí-lo

Após a divulgação do relatório Brundtland pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o termo "ecologia" deixou de ser um símbolo de dissidência. Hoje é a bandeira empunhada por todos — desde governos e instituições internacionais, que elaboram uma política de destruição do meio ambiente enquanto falam de proteção da natureza, até as vítimas da destruição ambiental, que resistem e lutam contra essas tendências.

A expressão "desenvolvimento sustentável" ameaça se tornar o novo nome do antigo processo de desenvolvimento que originou a destruição do meio ambiente. O relatório Brundtland — do qual hoje se encontra um exemplar à mesa de todo "ecologista" e "desenvolvimentista" do mundo — tem o título de "Nosso Futuro Comum", que parece sugerir que todos somos igualmente responsáveis e afetados na mesma medida pela crise ambiental, e que temos os mesmos interesses e as mesmas estratégias de proteção do meio ambiente.

O pressuposto da neutralidade política da proteção do meio ambiente lembra a neutralidade política do desenvolvimento econômico. Mas, tal como o "desenvolvimento", a "proteção ao meio ambiente" é, na realidade, um processo político. A questão, obviamente muito política, é quem protege qual ambiente contra quem.

O papel das populações locais — Há duas maneiras de resolver a questão, dependendo do ponto de vista e da posição

política do observador. Em ambos, o povo participa da ação ecológica; em um dos casos, porém, age como vítima ou objeto passivo e, no outro, é o agente criador de resistência e transformação.

O primeiro, que é o ponto de vista dominante, resulta da convergência das perspectivas de tecnocratas, burocratas e governos, banqueiros e instituições financeiras. Nessa perspectiva, os "protetores" do meio ambiente são instituições financeiras e científicas internacionais e governos nacionais.

O "ambiente" a ser protegido é determinado aspecto do ecossistema que tem valor como matéria-prima na indústria ou no comércio exterior.

O povo é apresentado como o agente número um da destruição, e sua "participação" na "proteção ao meio ambiente" implica meramente em aderir aos planos e programas oficiais, formulados por agências internacionais e nacionais, para a utilização dos recursos.

Quanto às populações pobres, geral-

mente participam apenas como vítimas da exclusão e da alienação política em relação ao próprio ambiente que lhes dá os meios de sobrevivência. Os conhecimentos e a sabedoria populares são substituídos pelo *know-how* tecnocrático, enquanto as organizações sociais, criadas por essas populações para a manutenção dos recursos, são substituídas por bancos e burocracias. Esses esquemas tecnológicos e financeiros tendem a atuar contra a capacidade — da natureza e das pessoas — de deter a destruição do meio ambiente.

O segundo ponto de vista da proteção ambiental é o das vítimas da destruição da natu-



A participação popular é essencial na luta para preservar o planeta

reza, que lutam para sobreviver. Encarada por esse ângulo, a crise ambiental resulta dos projetos desenvolvimentistas e empreendimentos comerciais de instituições financeiras internacionais – tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional –, multinacionais, instituições internacionais de pesquisa e governos nacionais.

O ambiente que é destruído não é apenas a aparência cosmética da paisagem: são os processos ecológicos essen-

cialmente deve ocorrer em dois níveis. Implica, em primeiro lugar, participar ecologicamente dos processos naturais, dos quais emerge o conhecimento dos ciclos e da capacidade de renovação da natureza. Em segundo lugar, significa participar dos processos políticos, mediante os quais esse conhecimento ecológico de homens e mulheres, membros de tribos e camponeses, pode se traduzir em ação de proteção ambiental.

Ecologistas versus desenvolvimentistas – Até recentemente, o conflito político na área da proteção ambiental era visto, quase sempre, como um embate entre “desenvolvimentistas” e “ecologistas”. O relatório Brundtland mudou a opinião pública, e hoje todos se dizem ecologistas, inclusive os que violentam e destroem a natureza por dinheiro.

Os programas de proteção do meio ambiente ditados por órgãos internacionais não levam em conta as vantagens dos métodos agrícolas tradicionais



ciais que constituem os sistemas de sustentação da vida e a fonte de subsistência das populações. Esses processos essenciais e sistemas de sustentação de vida são dons da natureza; não podem ser fabricados em bancos ou laboratórios.

Portanto, os verdadeiros agentes da proteção ao meio ambiente não são os cientistas, empresários ou tecnocratas que procuram soluções tecnológicas, nem os bancos internacionais ou agências de desenvolvimento que buscam soluções financeiras. São as pessoas comuns, cuja vida e sustento dependem inexoravelmente dos processos naturais.

Sob esse ponto de vista, a participação das pessoas na proteção am-

Um novo tipo de embate político começa a surgir entre dois tipos de “ecologistas”: os que destroem o ambiente em busca de lucros, enquanto usam a retórica da proteção ambiental, e os que realmente procuram protegê-lo por uma questão de sobrevivência.

Acredito que, nos próximos anos, a proteção ao meio ambiente estará no centro de qualquer atividade política, com toda a confusão resultante do emprego da mesma retórica por duas filosofias divergentes.

A medida que os recursos naturais forem se esgotando, em grande parte devido ao atual modelo de desenvolvimento, e à medida que aumentar a procura de recursos para alimentar o processo de crescimento, novos cami-

inhos serão encontrados para dar continuidade a esse mesmo processo. E isso só será possível eliminando os meios de sobrevivência de muitas populações, em nome da proteção ambiental.

O processo de desenvolvimento prosseguirá inalterado, mudando talvez de nome. Passará a chamar-se “desenvolvimento sustentável”. A lógica de lucro do mercado e a lógica fragmentada e simplista dos tecnocratas encontrarão novas receitas de proteção ambiental, destinadas a proteger o ambiente contra o ser humano e levando a novas ameaças de degradação ambiental.

Fonte de investimentos – Hoje, o “ambiente” constitui importante área de investimento para as instituições financeiras internacionais. O Plano de Ação para a Floresta Tropical, com um orçamento de 8 bilhões de dólares, proposto pelo Banco Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), é um exemplo de “proteção ambiental dirigida de cima para baixo”, à custa das populações e da natureza.

Entre os “sucessos” que esse plano pretende disseminar no mundo inteiro estão os projetos de reflorestamento, financiados pelo Banco Mundial. Esses projetos têm se limitado até agora a transformar terra fértil, que vinha sendo utilizada para a produção de alimentos, em plantações de árvores para produção de polpa de madeira com fins industriais. Isso, ao preço de roubar terra e biomassa das classes pobres e prejudicar o solo e os sistemas de abastecimento de água das grandes regiões.

Em Korategere Taluk, no distrito de Tumkur, e no distrito de Shimoga, na Índia, os camponeses vêm arrancando mudas de eucalipto plantadas pelo governo, a fim de protegerem o meio ambiente, substituindo-as por mudas de espécies locais.

Para essas populações, a proteção ambiental implica, em primeiro lugar, recusar o financiamento do Banco Mundial, o uso de *know-how* estrangeiro e as monoculturas exóticas. Em segundo lugar, significa promover a estabilidade do ecossistema através do conhecimento e mão-de-obra locais e do controle coletivo da seleção de espécies adotadas para o cultivo de florestas.

No Himalaia ocorre conflito semelhante entre métodos impostos “de cima para baixo” e métodos tradicionais.



As grandes hidrelétricas provocam um impacto ambiental ainda não suficientemente estudado

cima para baixo" e métodos propostos "de baixo para cima" na área da proteção ambiental. Lá, os projetos de captação de água do Banco Mundial e os programas de reflorestamento do governo vêm causando crescente ameaça de desertificação.

O movimento Chipko, que inicialmente resistia à derrubada de árvores verdes, vem se dedicando, primeiro, a opor resistência organizada a programas de reflorestamento financiados pelo exterior e baseados em espécies comerciais. Em segundo lugar, a promover a proteção coletiva das florestas e das terras degradadas, a fim de permitir a regeneração natural da vegetação, juntamente com o plantio de espécies locais, método que ajuda, em vez de combater, a regeneração natural.

Estratégia alternativa - Em 1972, ocorreu forte seca no estado indiano de Maharashtra. A estratégia de combate à seca que vinha "de cima" baseava-se no pressuposto de que a natureza era deficiente e as técnicas da população eram atrasadas. Fazia-se necessário proteger o ambiente contra a natureza e contra o primitivismo do povo.

Uma parceria entre o Banco Mundial, o governo da Índia e os "barões do açúcar" recebeu a abertura de poços profundos, de onde a água seria retirada através de máquinas. Uma refinada tecnologia e vultosos insumos financeiros resultaram em uso mais intensivo dos escassos recursos de água para a produção de cana-de-açúcar irrigada. O resultado foi menos água para beber e para o cultivo de alimentos básicos,

além do agravamento da crise da desertificação e da sobrevivência.

Mas uma segunda estratégia surgiu em Maharashtra para combater a seca. Baseava-se na noção de que o meio ambiente e a população deviam ser protegidos contra a exploração excessiva, pela elite, dos recursos de água para cultivos de exportação, como a cana-de-açúcar.

Através dos mecanismos de controle social coletivo, essas iniciativas proibiram o cultivo da cana-de-açúcar, como primeiro passo na direção do controle da desertificação e da conservação da água. Como segundo passo, usaram mão-de-obra coletiva para captar água pluvial em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades locais de água potável e de irrigação.

A estratégia popular baseava-se na organização social e política para a proteção do meio ambiente, não em insumos que exigiam uso intensivo de

capital e de tecnologia. Para os plantadores de cana-de-açúcar, o resultado foi um prejuízo, mas o ecossistema e os lavradores mais pobres saíram ganhando.

Agravamento da crise ecológica - Na proteção ambiental vinda de cima, as soluções tecnológicas e as intervenções do mercado tendem a substituir os processos ecológicos essenciais e o poder do povo. Tanto a participação do povo quanto a recuperação ecológica são substancialmente suprimidas, embora sejam usadas na retórica. O resultado é quase sempre o agrava-

mento da crise ecológica e um aprofundamento ainda maior das desigualdades sócio-econômicas, com novas ameaças à sobrevivência dos grupos menos privilegiados da sociedade.

Embora as estratégias das vítimas sejam as mais autênticas para a proteção do meio ambiente, vêm sendo colocadas cada vez mais fora da lei. Em toda a parte, as medidas tomadas pelo povo para a proteção do meio ambiente estão sendo transformadas em problemas de lei e ordem.

Essa tendência deve ser revertida e a voz dos povos contra a destruição ambiental deve receber espaço autenticamente democrático, para que a "participação do povo" e a "proteção ao meio ambiente" não continuem a constituir mera retórica vazia.

* T.W.N. Vandana Shiva é uma renomada ecologista indiana, autora de *Staying Alive* e muitos outros livros e artigos sobre recursos naturais, meio ambiente e a condição das mulheres no mundo



Os programas de reflorestamento deveriam utilizar espécies nativas

A paz segundo os Estados Unidos

O governo norte-americano anunciou que vai reduzir o seu arsenal de mísseis nucleares, mas pretende apenas se livrar de armas obsoletas, sem nenhum valor militar

K. R. Panikkar*

Em 27 de setembro último, o presidente George Bush declarou que planejava fazer "extensos cortes unilaterais" no arsenal nuclear dos Estados Unidos e convidou o então presidente soviético Mikhail Gorbachev a fazer o mesmo. Dias depois, Gorbachev o atendeu, e sugeriu que Washington fizesse cortes ainda maiores.

A iniciativa do presidente norte-americano deu origem a comentários eufóricos, havendo quem a comparasse a "uma verdadeira reviravolta na história militar mundial". Seriam justificados esses comentários? Estaríamos realmente assistindo ao despertar de uma nova era?

Antes de mais nada, é preciso fazer um breve esclarecimento. Existem três categorias de armas nucleares: armas estratégicas ou de longo alcance (mais de 4.000 milhas náuticas); de alcance intermediário (entre 600 e 4.000 milhas náuticas); e armas nucleares táticas, para emprego no campo de batalha, com um alcance de menos de 600 milhas náuticas.

A partir de 1987, quando o Tratado Nuclear Internacional (INF) foi assinado pelos Estados Unidos e pela ex-União Soviética, todas as armas nucleares de alcance intermediário foram eliminadas em ambos os países.

O Tratado de Redução de Armas Estratégicas (Start), assinado em julho do mesmo ano, previa substancial redução dos arsenais estratégicos

norte-americano e soviético ao longo de um período de sete anos.

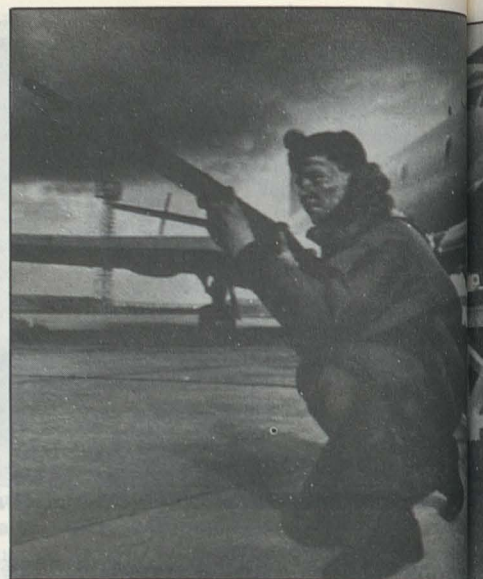
A recente iniciativa de Bush, portanto, tem a ver somente com a terceira categoria – armas nucleares táticas, omitidas nos dois tratados. Existem vários tipos de armas nucleares táticas, inclusive os projéteis nucleares disparados por peças de artilharia e mísseis terra-mar-e-ar, sejam balísticos ou dirigidos.

Muitas das ogivas nucleares incluídas nessa categoria são bombas de queda livre destinadas a serem lançadas por aviões. Além destas, os soviéticos possuem minas nucleares e mísseis antibalísticos (ABM) e antiaéreos (Sam), que transportam ogivas nucleares.

Estimativas aproximadas

Como os governos naturalmente relutam em revelar a quantidade exata de armas que possuem, sobretudo quando se trata de armas nucleares, o mundo dispõe apenas de estimativas, que variam de uma fonte para outra. O *Bulletin of the Atomic Scientists* calcula que, em julho de 1991, existia um total aproximado de 6.650 ogivas nucleares táticas no arsenal dos Estados Unidos e 15.000 no arsenal soviético.

O plano anunciado por Bush prevê a eliminação de projéteis nucleares de artilharia e outras ogivas de pequeno alcance para uso de forças terrestres, bem como armas nucleares táticas para serem utilizadas por forças marítimas (navios de guerra e submarinos) e aéreas (aviões da marinha que decolam de bases terrestres). Ao todo,



Os EUA falam de desarmamento, mas...

são apenas 2.400 ogivas.

Implementado o plano, o exército dos Estados Unidos passará a ser totalmente não-nuclear. Os submarinos estratégicos da marinha norte-americana continuarão a transportar o seu componente de mísseis balísticos de longo alcance, dotados de ogivas nucleares múltiplas, mas todos os outros navios e submarinos serão equipados unicamente com armas convencionais. Quanto à força aérea, conservará inalterado o seu potencial nuclear estratégico e tático.

O plano anunciado por Bush não mencionava bombas nucleares de queda livre, mas a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) já decidiu examinar a possibilidade de eliminar ou reduzir o número dessas armas.

Publicidade ilusória – O plano, portanto, não pretende eliminar todas as armas nucleares táticas, e muito menos inaugurar um mundo novo no qual as armas nucleares sejam proibidas. Note-se ainda que a Grã-Bretanha, a França, a China e Israel também possuem armas nucleares táticas, embora em menor quantidade.

A verdade é que a publicidade em torno do anúncio feito por Bush é ilusória. Além disso, há a questão das motivações e objetivos que o plano não revela. Em primeiro lugar, vejamos a utilidade das armas nucleares táticas.

Essas armas começaram a ser desenvolvidas a partir dos últimos anos da década de 50, no contexto de uma es-



mau aumentando seu poderio bélico

tratégia que os generais do Pentágono chamavam de "reação flexível". Na época, os Estados Unidos tinham decidido complementar sua estratégia de "retaliação maciça" com uma série de alternativas que lhes permitiriam enfrentar uma ameaça soviética ou chinesa de qualquer nível ou dimensão.

O problema é que até mesmo as menores armas nucleares têm tamanha capacidade de destruição, que uma potência nuclear que enfrentasse outra em uma guerra nuclear tática estaria cometendo suicídio. Ambas seriam destruídas.

Segundo aquela escola de pensamento militar, seria mais sensato ameaçar o acervo básico do adversário — sua população e os seus centros industriais — com um ataque nuclear estratégico. Em outras palavras, a única utilidade racional das armas nucleares é evitar uma guerra, desaconselhando-a.

Para os que concordam com esse raciocínio, o plano de Bush é apenas uma tentativa, que já devia ter sido feita há muito tempo, de eliminar um conjunto de armas que hoje já não têm qualquer valor militar.

Em segundo lugar, mesmo para os que discordam desse raciocínio, há o fato de que muitas das armas que Bush promete a Rússia) pretendem eliminar são bastante antigas, algumas delas datadas de 1957. Para os Estados Unidos, o plano é essencialmente uma questão de jogar fora uma pilha de armas antiquadas, enquanto o seu presidente posa para a posteridade com ares de pacifista.

Em terceiro lugar, na incerteza que hoje predomina após a desintegração formal da União Soviética, em 31 de dezembro passado, há a possibilidade muito real de que o governo russo venha a perder o controle sobre o uso das armas nucleares. Isto se aplica especialmente às armas táticas, como as que são transportadas por muitas divisões do exército soviético em quase todas as repúblicas da antiga União.

Há ainda o perigo de que os partidos que disputam o poder nas repúblicas lancem mão dessas armas, usando-as para ganhar prestígio ou transferindo-as a seus clientes fora do país. A situação reinante na ex-União Soviética é tão volátil que até mesmo os mísseis balísticos intercontinentais móveis (ICBMs), como o SS-24, poderiam cair em mãos de alguma facção mais ousada, para uso irracional.

É óbvio que Bush tinha em mente esses riscos quando lançou sua iniciativa e exortou os soviéticos a recolherem os seus ICBMs móveis e guardá-los a sete chaves em seus quartéis.

Aumentar o poderio militar — Finalmente, a verdadeira intenção de Bush é aumentar o poderio militar dos Estados Unidos. Para começar, exortou os soviéticos a concordarem em eliminar, numa base recíproca, todos os ICBMs equipados com ogivas múltiplas, o que tem as seguintes implicações.

O tratado Start já abriu o caminho para que os Estados Unidos tomem vantagem na área de armas nucleares estratégicas. Nos termos do tratado, nenhum dos dois lados pode possuir mais de 6.000 ogivas nucleares. Isso no papel.

Na realidade, as regras usadas para a contagem são tão complexas que os EUA poderão conservar entre 9.480 e 10.395 dessas ogivas, ao passo que os soviéticos ficarão com 7.160 a 8.040 ogivas nucleares.

Nada há de crucial nessa inferioridade, uma vez que o número de ogivas disponíveis ainda deixaria aos russos a capacidade de destruir os Estados Unidos várias vezes.

Mas o importante é que o poderio do que foi o império soviético reside em seus ICBMs terrestres, equipados com ogivas múltiplas, ao passo que o poderio

norte-americano tem por base os seus mísseis balísticos de ogivas múltiplas, lançados a partir de submarinos.

Assim, se os dirigentes das ex-repúblicas soviéticas concordarem em eliminar os seus ICBMs de ogivas múltiplas, sem que haja uma redução simultânea do poderio norte-americano em termos de sistemas transportados por submarinos, os EUA obterão, através do Start, uma nítida superioridade.

Luta pela hegemonia — Em outro trecho de sua declaração, Bush falou de "intensificar esforços" no sentido de tomar "vigorosas providências" para deter a proliferação de mísseis balísticos e nucleares. Em outras palavras, ele deseja impedir que outros países adquiram essas armas — recorrendo à força, se necessário.

O mais irônico de tudo isso é que Bush acrescentou que faria o possível para modernizar as forças estratégicas dos Estados Unidos, levando avante o programa do bombardeiro invisível B-2 e a iniciativa de defesa estratégica (SDI ou "Guerra nas Estrelas"). Bush sabe muito bem que as atuais repúblicas independentes não dispõem dos recursos econômicos, de condições políticas ou da sofisticação tecnológica para empreendimentos semelhantes.

É claro que os Estados Unidos estão dispostos a seguir lutando pelo poder. Há mais de um ano, o então governo soviético não realizava um único teste nuclear. Pôr fim aos testes nucleares é a forma mais direta de pacificar este planeta porque, sem os testes, não será possível desenvolver novas gerações de armas nucleares nem avaliar a confiabilidade das armas existentes.

Mas os Estados Unidos demonstram a sua intenção de continuarem a desenvolver armas nucleares. Essa atitude, combinada às outras propostas mencionadas acima, comprova a determinação dos Estados Unidos de se afirmarem como potência dominante, ao mesmo tempo em que farão o possível para debilitar outros países, especialmente os que ainda não são seus aliados confiáveis.

Pelo visto, estamos realmente no limiar de uma nova era — uma era na qual o predomínio do poderio militar dos Estados Unidos ditará a paz à sua maneira.

*TWN. K. R. Panikkar, oficial militar aposentado, é professor da Universidade Malaia, na Malásia.



Claudia Guimarães

Fermentados no caldo de cultura do nacionalismo exarcebado, racismo, crise econômica e xenofobia, os grupos de extrema-direita se disseminam por toda a Europa, lembrando, em muitos aspectos, o processo que possibilitou a ascensão do nazi-fascismo na década de 30

O ataque de jovens neonazistas a um hospital em Zittau, ex- República Democrática Alemã, em maio passado, conseguiu chamar a atenção dos meios de comunicação, apesar de atos de violência por parte desses grupos já estarem se tornando rotina nos noticiários. Talvez porque, dessa vez, o alvo não eram imigrantes turcos, trabalhadores moçambicanos ou refugiados políticos latino-americanos, mas sim 33 crianças, de passagem pela Alemanha para tratar-se da radiação provocada pelo acidente na usina de Chernobil, em 1986.

Até para os alemães de mentalidade conservadora foi um choque "descobrir" – se é que o fato trazia algum elemento realmente novo – que até indefesas e doentes crianças poderiam fazer parte do amplo es-

pectro de "inimigos" apontados pelos movimentos transnacionalistas e grupos neonazistas como os responsáveis pelos problemas que enfrenta seu país.

Prova do repúdio que despertou o ataque foi a condenação, em novembro passado, de oito dos agressores a mais de 15 meses de prisão, no primeiro caso em que neonazistas foram levados a julgamento na Alemanha Oriental.

O incidente ocorreu na Alemanha, mas reflete um fenômeno que vem se generalizando em toda a Europa, em diferentes graus, desde a queda dos regimes comunistas nos países do Leste e o início da desintegração da União Soviética: o crescimento da extrema-direita.

A princípio de uma forma quase imperceptível

hoje, abertamente, esses grupos vão ganhando mais e mais adeptos. As reuniões de jovens alemães para render homenagem ao Terceiro Reich, que até pouco tempo atrás eram encaradas por muitos como uma piada de mau gosto ou um gesto de insanidade, hoje são levadas a sério por cientistas políticos e sociais. Apesar das diferenças, tais cenas reacendem antigos temores e fazem lembrar – e muito – um passado não tão longínquo.

Novos valores – Sem dúvida, se assiste na Europa a uma profunda reformulação de valores, só comparável, em alguns aspectos, à ocorrida nos anos 30 e que possibilitou a ascensão do nazi-fascismo.

Cada vez mais nítido, esse processo se revela através do surgimento de diferentes fenômenos, que se entrelaçam e se fundem, como rios que desaguam no mesmo estuário: o renascimento do ultranacionalismo, a disseminação do racismo, a crescente xenofobia.

Como resultado desse processo está a visível direitização das sociedades européias, em parte devido também ao vazio ideológico deixado pela falência dos regimes comunistas do Leste e da URSS. Em quase todos os países do continente, esse vazio está sendo preenchido não por organizações liberais ou de centro, mas por partidos tradicionais de direita ou por movimentos ultranacionalistas.

Hoje, ao contrário do que ocorreu em outras épocas, o seu crescimento não está se dando mediante a força, mas através das instituições democráticas. Nos períodos pré-eleitorais, sua retórica têm encontrado eco nas camadas mais baixas da sociedade, conquistando principalmente os corações e mentes dos jovens.

Talvez, o que mais surpreenda é a velocidade vertiginosa com que isso está ocorrendo. Há dois anos, poucos analistas políticos teriam previsto que a balança na Europa penderia de tal forma para a direita.

Naquela época, muitos ainda consideravam que os acontecimentos no Leste europeu e na então União Soviética atingiriam, basicamente, os partidos e movimentos com uma ideologia marxista-leninista.

Mas o que se viu é que também os partidos social-democratas ou os socialistas – que não defendem o controle total da economia pelo Estado ou o sistema de partido único – saíram bastante

chamuscados do incêndio na região oriental do continente.

Uma das vítimas mais notórias do atual rolo compressor da direita foi o Partido Social-Democrata da Suécia. Depois de mais de meio século no poder, o PSD perdeu as eleições para uma coalizão conservadora. Na França, o Partido Socialista se debate em uma profunda crise de identidade, enquanto o presidente François Mitterrand enfrenta no momento o mais baixo índice de popularidade desde que assumiu o governo, em 1981.

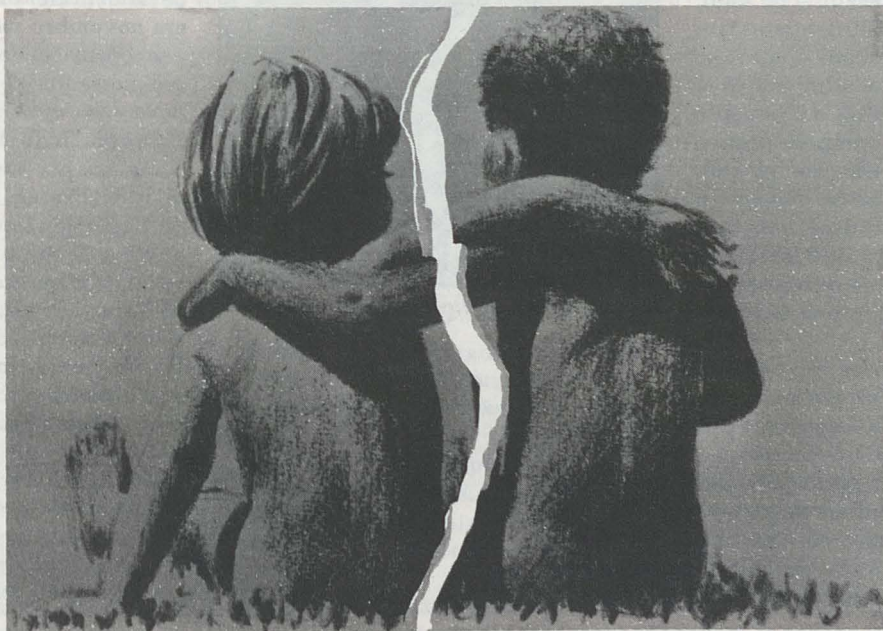
A situação no Leste – Nem a pacata Suíça se livrou da onda de crescimento da direita que varre a Europa. Nas eleições de 20 de outubro passado, o partido Democratas de Extrema-Direita conseguiu eleger representantes para o Parlamento, enquanto que o Partido do Progresso, na Dinamarca, com uma plataforma que defende a expulsão dos estrangeiros, está crescendo rapidamente.

Na Bélgica, a coalizão de socialistas e democratas-cristãos que governava o país perdeu as eleições gerais de novembro passado, enquanto o Partido Vlaams Blok, flamengo de extrema-direita, obteve 12% dos votos, quatro vezes mais que no último pleito, em 1987. (“Nós dizemos em voz alta o que os outros pensam baixo”, dizia um *slogan* do partido, que defende a expulsão de todos os imigrantes, apóia o apartheid e não hesita em render homenagens aos voluntários belgas que foram lutar ao lado de Hitler na II Guerra Mundial.)

Na Áustria, país onde a ideologia do nacional-socialismo defendida por Adolf Hitler deixou profundas marcas, o Partido da Liberdade, de extrema-direita, dirigido por Joerg Haider, conquistou 22,6% do votos nas eleições municipais de novembro passado, ficando em segundo lugar. A plataforma do partido, que já lançou como candidata à sucessão de Kurt Waldheim,

a advogada de 42 anos Heide Schmidt, se baseia na promessa de deter a imigração. Seu lema: “Uma Áustria para os austríacos”.

Nos países do Leste europeu, a situação não é muito diferente. Na Polônia, a extrema-direita eleger 140 de um total de 400 deputados na eleição de 27 de outubro. A Romênia parece caminhar também nesse rumo: segundo pesquisas de opinião, 20% do



eleitorado devem votar na direita nas eleições regionais deste mês. Na Hungria, o primeiro sinal do avanço do ultranacionalismo são as agressões de militantes neonazistas contra estudantes africanos e asiáticos.

O crescimento da extrema-direita é tal que já há quem advirta os partidos tradicionais de direita sobre os riscos que estão correndo de serem também tragados por essa avalanche. Nesse sentido, alertou Simone Veil, ex-ministra da Saúde da França durante o governo de Giscard D'Estaing (1974-78) e primeira presidenta (1979) do Parlamento Europeu, em recente entrevista ao jornal *Le Monde*:

"Estamos assistindo a um crescimento fantástico da direita e isso pode nos levar longe. (...) Mas é preciso que a direita francesa tome muito cuidado, que

ela não se alegre demais por estar sendo levada de repente pelo vento da história, pois esse movimento corre o risco de beneficiar a extrema-direita, cujos valores ele não pretende reconhecer e que arriscará levá-lo muito mais longe do que gostaria."

Na mesma entrevista, a ex-ministra alertava, também, para o perigo de se pretender reescrever alguns aspectos da história moderna, como desejam certos grupos de extrema-direita, segundo os quais nunca ocorreu o assassinato de seis milhões de judeus ou existiram campos de concentração durante a II Guerra Mundial. "Não haverá o risco de um revisionismo não apenas no tocante às câmaras de gás, mas também de um revisionismo geral da História?", perguntou.

Portugal: portas fechadas aos brasileiros

A visita ao Brasil de uma delegação enviada pelo governo português, mês passado, passou praticamente despercebida nos meios de comunicação, apesar da importância da sua missão. Sem alarde, a comissão veio tratar de um tema espinhoso, que anda ferindo os brios nacionais: as restrições à entrada e exercício profissional de brasileiros em Portugal.

O problema foi desatado pelas repetidas denúncias de dentistas brasileiros residentes naquele país, que apesar de ter os diplomas em ordem estão sendo obrigados a trabalhar clandestinamente. O grupo não é tão grande assim — no total, calcula-se que há 600 dentistas trabalhando em Portugal —, mas, ao contrário de outros imigrantes, constituem mão-de-obra altamente qualificada, que compete com os portugueses de formação universitária. Até o momento, eles são a única classe de profissionais brasileiros que se organizou contra as discriminações que vêm sofrendo, sobretudo nos últimos três anos.

O protesto dos dentistas se baseia no fato de que existe um acordo assinado há mais de 20 anos pelos presidentes Marcello Caetano e Garrastazu Médici, garantindo igualdade de deveres e direitos para a comunidade brasileira em Portugal e vice-versa. Na prática, porém, só os portugueses radicados no Brasil têm

usufruído desse acordo, inclusive do direito de eleger e ser eleito.

As medidas mais duras contra a comunidade brasileira têm sido tomadas pelo Parlamento português, que é de maioria centro-direita. No seu último



Cavaco Silva: restrições aos imigrantes

dia de funcionamento, foi aprovada uma lei que, na prática, teria significado a expulsão de todos os dentistas brasileiros. Depois houve um recuo, e ficou decidido que até o dia 28 de fevereiro ficam suspensas todas as condenações e negativas de concessão de vistos de residência ou de equiparação de diplomas.

No momento, está para ser votado

um projeto-lei do Partido Socialista que anistia os brasileiros ilegais, concede visto de residência a todo o imigrante que deu entrada nos papéis até 4 de novembro (data da reabertura do Parlamento), suspende as expulsões em curso e ainda concede o direito de eleger e ser eleito.

Por outro lado, o governo de Cavaco Silva, buscando uma solução definitiva para o problema dos profissionais brasileiros, criou uma comissão para estudar currículos e aspectos técnicos dos cursos universitários. Daí, a recente visita da delegação lusitana, que havia sido precedida da ida de um grupo de parlamentares brasileiros a Lisboa, em novembro passado. Com base nas conclusões dessa comissão, será redigido entre Portugal e Brasil um novo acordo, segundo o chanceler lusitano, João de Deus Pinheiro, "uma adaptação" ao assinado há mais de 20 anos.

Segundo o consulado em Lisboa, haveria 12 mil brasileiros em Portugal. Mas, de acordo com o Serviço de Estrangeiros, a comunidade já chega a 50 mil, só perdendo para os cabo-verdianos, com a diferença de que muitos são profissionais qualificados, principalmente jornalistas, dentistas e publicitários.

Este mês, Portugal assumiu a presidência da Comunidade Econômica Européia, o que torna mais delicada a sua posição em relação ao tema da imigração.



França: refugiados políticos iranianos fazem uma greve de fome em protesto pela expulsão de seus parentes

Xenofobia e racismo – Estudos realizados em países europeus e nos Estados Unidos mostram que a base dos movimentos de extrema-direita são, em sua maioria, homens, jovens, brancos, sem qualificação profissional, muitos deles desempregados e sem perspectivas.

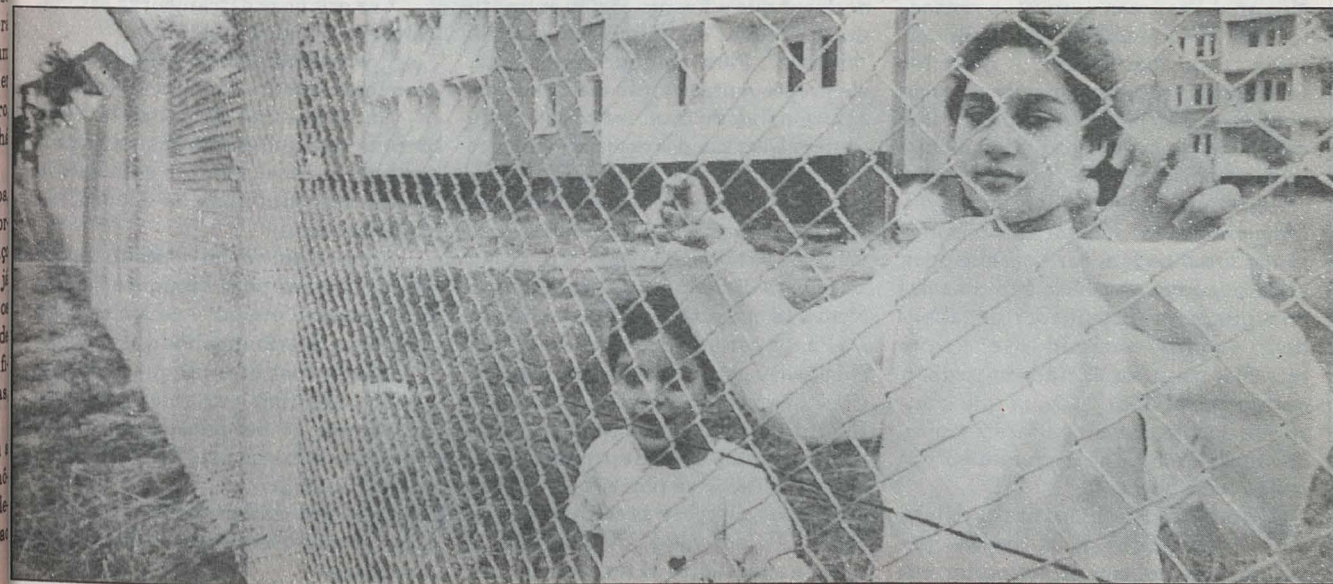
Não é difícil, portanto, para esses grupos ultranacionalistas ou neonazistas canalizar o protesto sem causa, a frustração, a preocupação com a situação econômica para atos racistas e uma pregação anti-estrangeira. Como fez o nazismo nos anos 30 e 40, eles materializam, no inconsciente coletivo, o culpado que o cidadão comum tanto procura para descarregar o seu ódio: no passado, os judeus e comunistas; hoje, os imigrantes.

Em países onde não há imigrantes, a metralhadora giratória dos grupos neonazistas se volta contra as

minorias. Na Polônia e Tcheco e Eslováquia, o alvo são os ciganos. Nesse último país, eles tiveram que ir pessoalmente ao presidente Vaclav Havel pedir proteção contra os ataques que têm sofrido. Também na Espanha, a perseguição aos ciganos já virou um escândalo nacional.

Na verdade, a inflamada retórica dos ultranacionalistas não despertou sentimentos novos, e sim fez vir à tona a xenofobia e o racismo latentes no cidadão europeu. Hoje, suas campanhas podem ser resumidas numa palavra-de-ordem: fora, imigrante, estrangeiro ou qualquer um “extra-comunitário”.

Nesse último caso estariam os cidadãos de “segunda categoria”, que, apesar de pertencer à mesma raça, cultura e nacionalidade, começam a ser considerados párias dentro do seu próprio país.



Alemanha: num subúrbio de Cottbus, foi erguida uma cerca para proteger refugiados ucranianos de ataques da extrema-direita



Jean-Marie Le Pen acena para seus correligionários ao fim de uma manifestação pelo restabelecimento da pena de morte

França: cerco aos imigrantes

A França, junto com a Alemanha, talvez seja onde mais se sinta a disseminação do racismo e da xenofobia na Europa. Em um país onde o orgulho nacional sempre esteve marcado por um aberto ou disfarçado sentimento de superioridade em relação a outros povos, não tem sido difícil para o líder de extrema-direita Jean-Marie Le Pen engordar a sua legião de fanáticos seguidores.

O governo, nas mãos do Partido Socialista, tem refletido essa direitização da sociedade, principalmente no que se refere ao fluxo de imigrantes. Em 15 de outubro, a Assembleia Nacional Francesa aprovou a proposta oficial de intensificar o controle contra a imigração ilegal. A nova lei penaliza os trabalhadores ilegais e as empresas que lhes dão emprego. Daqui para frente, um juiz pode fechar uma empresa por até cinco anos se a considerar culpada de dar emprego a imigrantes sem documentos. Os empregadores podem ser sentenciados até a três anos de prisão e tanto o patrão quanto o trabalhador ilegal podem se ver obrigados a pagar retroativamente ao Estado impostos e outras taxas. Além disso, os que trouxerem ilegalmente e ocultarem trabalhadores sem papéis podem sofrer penas mais duras.

Também desde outubro, existe uma ordem proibindo as pessoas que peçam asilo político de trabalhar enquanto seus papéis estiverem sendo

estudados. Na prática, isso significa que o refugiado que não tiver família ou amigos em condições de mantê-lo na França — por meses ou anos —, não poderá mais entrar com um pedido de asilo.

A primeira ofensiva de políticos tradicionais contra os imigrantes começou com declarações de Jacques Chirac, o prefeito direitista de Paris, quando se queixou em meados do ano passado de estar cansado da "overdose" de estrangeiros, de suas "cores" e "ruído".

O ex-presidente Valéry Giscard D'Estaing foi ainda mais enfático, ao declarar que a França já não enfrenta um problema de imigração, mas de "invasão". Para atenuar o problema, ele propõe, entre outras medidas, que a nacionalidade francesa só seja dada a quem tiver um dos dois progenitores franceses (segundo a legislação em vigor, as crianças nascidas na França de pais estrangeiros são consideradas francesas até os 18 anos).

Mas o discurso mais extremista contra os estrangeiros tem partido de Le Pen, o carismático líder da Frente Nacional e grande inspirador dos partidos de extrema-direita da Europa. Figura sem maior destaque até poucos anos atrás, Le Pen surpreendeu os meios políticos ao obter, no primeiro turno das eleições presidenciais de 1988, 11% dos votos. De lá para cá, o apoio a suas idéias só fez crescer. Pesquisa realizada recentemente mos-

trou que 32% do eleitorado nacional concordam com sua plataforma.

Mas, qual é o programa da Frente Nacional? Se ainda havia qualquer dúvida, elas acabaram após a realização do seu congresso nacional, em novembro, na cidade de Marselha. Naquela ocasião, o líder de extrema-direita deixou claro sua plataforma de governo, caso o partido vencesse as eleições presidenciais ou legislativas:

- * só poderiam ser cidadãos franceses aqueles que pudessem provar o direito de sangue (*jus sanguinis*) e não o direito de viver no território em que moram

- * as crianças estrangeiras estudariam em colégios separados

- * os trabalhadores imigrantes seriam embarcados de volta ao seu país

- * a imposição de testes de Aids para os que quisessem entrar no país (os infectados, mesmo sem ainda apresentar sintomas da doença, seriam barrados)

- * imposição de um depósito de vinte mil dólares para qualquer turista que quisesse visitar o país e de uma taxa para os estrangeiros que desejassem visitar os parentes que vivem na França (segundo parlamentares conservadores, 30 mil pessoas entram na França a cada ano pela Lei de Reagrupação Familiar)

- * em caso de demissões, os primeiros a perder o empregos seriam os estrangeiros

- * as leis seriam retroativas

Na Itália, foi com uma plataforma que defende a separação do norte (rico), da parte sul (pobre), que a Liga Lombarda venceu, em fins de novembro, as eleições em Brescia, a terceira maior cidade industrial do país. Sua proposta de transformar a Itália numa república federativa formada por três estados independentes e autônomos, ao estilo do modelo suíço (cantões), tem ganhado cada vez mais adeptos. Numa perfeita síntese de xenofobia e racismo, os lombardos tentam barrar a entrada na sua rica região não apenas de imigrantes (*vú cumprá*, os negros africanos), mas também dos compatriotas do sul, os *terroni*.

Preservar a riqueza – Por trás do discurso ultranacionalista se escondem, claramente, fortes motivações econômicas. Em países como a França, por exemplo, o nacionalismo exarcebado adquire características muito diferentes das que apresenta numa na-

ção multirracial e pluricultural como a Iugoslávia ou a ex-União Soviética. Nesses casos, não se trata de lutar pela independência ou autonomia de países ou regiões, mas de preservá-las da invasão dos “novos bárbaros”.

Em síntese, a idéia é estabelecer um cordão de isolamento, que proteja dos “invasores” a riqueza acumulada pelo Primeiro Mundo – após séculos de exploração colonial na América Latina, África e Ásia –, riqueza esta que se traduz em empregos, moradias, assistência médica e acesso à educação.

O medo dessa “invasão” – termo utilizado pelo ex-presidente francês Giscard D’Estaing, em um recente artigo – aumenta em virtude da crescente pobreza nos países do Sul e da possibilidade de uma imigração maciça vinda dos ex-países comunistas do Leste e URSS, onde as mudanças não trouxeram a rápida melhoria do padrão de vida esperada pela população.

Nos últimos tempos, os países europeus vêm to-

EUA: a volta da Ku Klux Klan

Os ventos de direita que sopram na Europa não têm passado despercebidos em Washington. Em novembro passado, em um discurso perante o Parlamento holandês, o presidente George Bush fez menção ao problema, ao advertir os 12 líderes da Comunidade Européia (CE) que “o racismo disfarçado de nacionalismo e os conflitos étnicos ameaçam o desenvolvimento do processo democrático na Europa Oriental”.

Os Estados Unidos, porém, também não estão imunes à expansão dos grupos de extrema-direita. Isso ficou claro em novembro passado, nas eleições para governador no estado da Lousiana, no sul, quando concorreram ao cargo pelo Partido Republicano David Duke, ex-grão-mago da organização racista Ku Klux Klan, e o ex-governador Edwin Edwards, do Partido Democrata. Edwards saiu eleito, após fazer um dramático apelo à comunidade negra para

que não se abstivesse, mas a expressiva votação de Duke mostrou que os atos de violência protagonizados pela Ku Klux Klan até

os anos 60 podem acontecer novamente a qualquer momento.

Ao ressurgir das cinzas, a Ku Klux Klan não se limitaria dessa vez ao território norte-americano. Em outubro passado, a imprensa documentou uma reunião da organização – com direito à queima de cruzes e uso do roupão branco, capuz e chapéu pontiagudo – em uma floresta perto de Berlim. A reunião foi liderada por Dennin Mahon, che-

fe da Dragão Imperial dos Cavaleiros Brancos, uma das mais extremistas facções da Ku Klux Klan.

O fato provou serem verdadeiros os alertas de que grupos de extrema-direita alemães estariam promovendo um intenso “intercâmbio” com seus colegas norte-americanos. Muitos dos panfletos e textos distribuídos pelos neonazistas alemães fornecem caixas postais nos Estados Unidos, onde podem ser encontrados vídeos e textos da Ku Klux Klan.



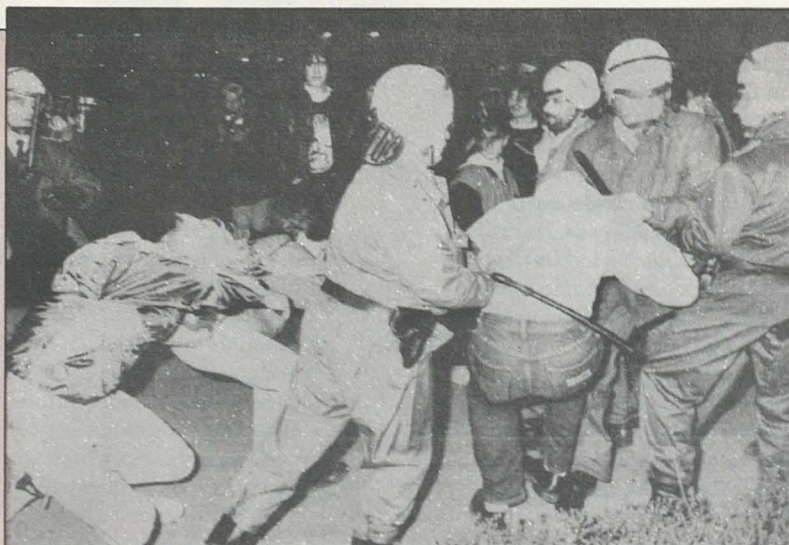
Membros dos Cavaleiros Cristãos da Ku Klux Klan em Washington. No alto, David Duke

Assustadas com o crescimento dos grupos neonazistas entre os jovens, professoras alemãs decidiram organizar uma visita a campos de concentração erguidos pelos nazistas durante a II Guerra Mundial. A idéia era despertar a indignação e horror a uma ideologia, que terminou levando à morte milhões de pessoas. Mas o tiro saiu pela culatra. Enquanto alguns estudantes ficaram chocados, outros se mostraram visivelmente identificados com as provas de crueldade que viram.

Esse episódio revela um dos lados mais dolorosos da atual expansão da ideologia neonazista na Alemanha: hoje ela é assimilada e defendida principalmente por jovens e adolescentes imberbes, membros de uma geração que no futuro governará o país.

Muitos deles são jovens que perderam todos os referenciais – éticos, políticos e morais – com a debacle do regime comunista na ex-Alemanha Oriental. Não é casual, portanto, que a maior expansão dos grupos neonazistas esteja se dando no antigo território da RDA. Além do fator ideológico, existe a dura realidade do desemprego e crise econômica surgidas após a reunificação.

Em toda a ex-Alemanha oriental, esse grupos se fazem sentir. Em Dresden, um dos maiores centros do país, os *skinheads* têm realizado marchas contra a “sociedade multi-racial”. Em Frankfurt an der Oder, pequena cidade na fronteira com a Polônia, 40 estudantes de menos de 18 anos foram condenados em fins de novembro por participar de ataques racistas. Já na cidade de Hoyerswerda, também na ex-Ale-



Frankfurt an der Oder: a polícia intervém numa manifestação de neonazistas

Alemanha: os herdeiros de Hitler

manha Oriental, integrantes do partido Alternativo Alemão realizaram recentemente uma reunião para comemorar a “vitória na salvação da primeira cidade alemã sem estrangeiros”.

Dada a faixa etária dos convertidos à ideologia de extrema-direita, não é de se estranhar que o novo *front* de guerra sejam as escolas secundárias e até primárias. Todos os dias, depois das aulas, os colégios registram atos de violência dos *skinheads* contra os descendentes de estrangeiros. Os conflitos envolvem não só adolescentes, mas inclusive crianças a partir dos 10 anos de idade. O clima de guerra que se criou está levando os estudantes de origem não-alemã a irem armados de paus e pedras para as escolas.

O fato é extremamente grave, principalmente levando em conta que dos 78 milhões de habitantes do país, cinco milhões são estrangeiros e que em algumas cidades, como Berlim, há uma alta porcentagem de estudantes não-alemães.

Apesar da ação policial, os ataques se transformaram em rotina. Só nos primeiros dez meses do ano passado, foram registrados 500 atos violentos, entre agressões de *skinheads* a imigrantes de pele escura,

profanação de cemitérios judeus, incêndios e ataques a alojamentos de asilados políticos ou estrangeiros em geral.

Segundo cálculos de especialistas do Gabinete Federal de Proteção da Constituição, que acompanha a evolução dos grupos extremistas, há no país cerca de cinco mil neonazistas, mas outras estimativas consideram que o número seria muito maior.

O racismo e a xenofobia já se tornaram temas obrigatórios no cenário político. Recentemente, Bjoern Engholm, presidente do Partido Social-Democrata (SPD), da oposição, culpou os co-governantes União Democrata-Cristã (CDU) e União Social-Cristã (CSU) de terem estimulado a onda de racismo. Segundo ele, o racismo “foi alimentado por uma infame campanha” da CDU e CSU para desviar a atenção dos problemas que enfrenta o país.

Outra personalidade a se manifestar sobre o assunto foi o ministro do Meio Ambiente do estado de Hesse, Joschka Fischer, que responsabilizou Volker Ruehe, secretário geral da CDU, de ter propiciado a xenofobia na Alemanha por meio de declarações sensacionalistas sobre o fluxo de imigrantes.

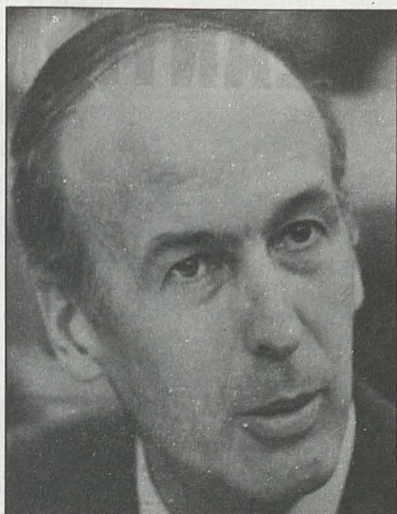
A política migratória tem sido o principal alvo dos movimentos de extrema-direita, como o Partido Republicano, que a consideram demasiado generosa. Segunda a atual Constituição alemã, o asilo é concedido a qualquer pessoa que alegue perseguição por razões políticas, religiosas ou raciais. Mas o processo não é rápido: a maioria espera de cinco a sete anos até que as cortes julguem seus processos.

mando, em conjunto ou individualmente, rígidas medidas para deter a imigração. A França aprovou um projeto que pune severamente quem dê trabalho a um imigrante clandestino (ver quadro), a Grã-Bretanha anunciou em novembro restrições na concessão de asilo político e a Espanha passou a exigir, desde maio passado, vistos para turistas dos países magrebinos (Argélia, Mauritânia, Líbia, Tunísia e Marrocos).

Preocupados com a abertura de fronteiras após a total integração da Comunidade Europeia, prevista para este ano, o Conselho de Ministros da CE recomendou aos 12 países membros que endurecessem suas políticas em relação à imigração ilegal e aos refugiados do Terceiro Mundo e Europa Oriental. Depois de abrir suas portas à imigração – nas décadas de 50 e 60, para enfrentar o déficit de mão-de-obra na sua indústria, e nos anos 70, para receber os refugiados políticos, sobretudo da América Latina – a Europa dos anos 90 se fecha em um casulo.

Ao mesmo tempo em que tentam deter o fluxo migratório, os países desenvolvidos começam a cortar a ajuda para as nações do Terceiro Mundo. Um dos últimos a anunciar tal decisão foi a Itália. A medida provocou reações até do ex-presidente do Banco Mundial, Robert McNamara. Ele criticou a decisão do governo italiano de reduzir a assistência para o desenvolvimento (de 0,40% do PIB para 0,32%), ao mesmo tempo que aumenta a ajuda à Europa do Leste. “É inconcebível para mim que um país como a Itália considere responsável reduzir a assistência para o desenvolvimento nessas circunstâncias”, afirmou.

As críticas de McNamara coincidiram com as de John Sewell, diretor do Conselho de Desenvolvimento em Ultramar, um dos mais influentes institutos de análise sobre política externa desde sua fundação em



Giscard: cansado dos “invasores”



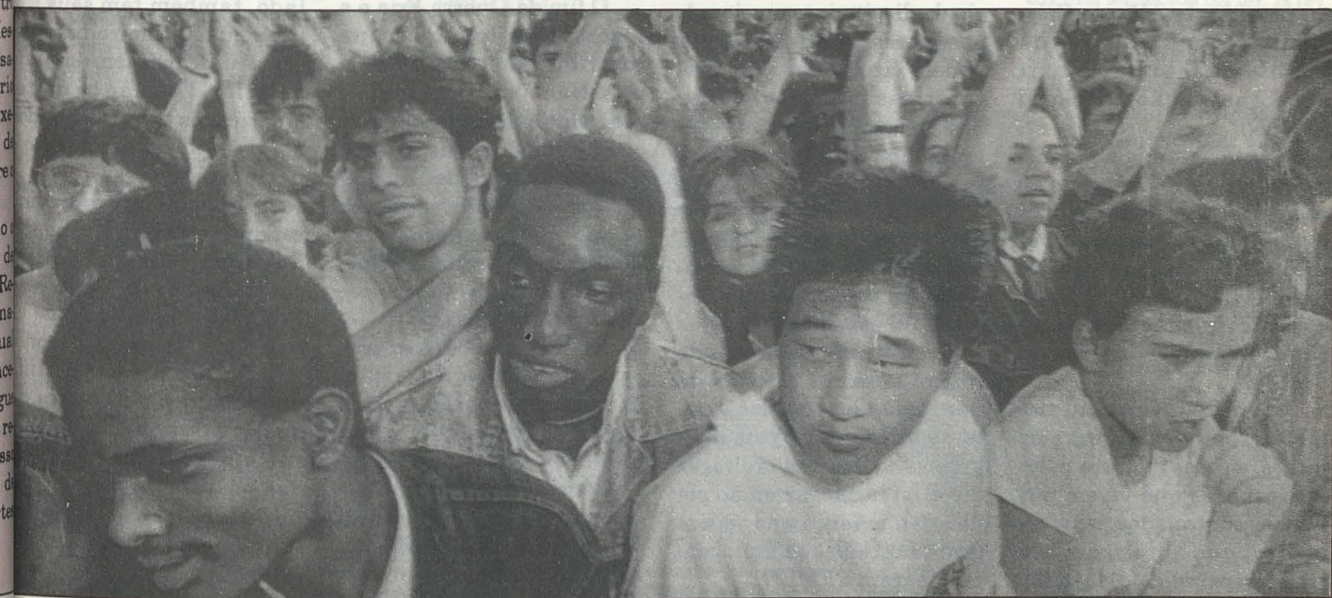
Mitterrand: cedendo às pressões

1969, em Washington. Segundo o funcionário, não se deve cortar a ajuda “quando as necessidades do Terceiro Mundo são maiores que nunca”.

O corte da assistência ao desenvolvimento, o fechamento das fronteiras, a perseguição aos imigrantes – com o respaldo de um discurso ultranacionalista – são todas peças de uma mesma engrenagem. Na poderosa máquina econômica que estão montando os países ricos europeus, não há lugar para estrangeiros, pobres e não-brancos. Resta saber que destino darão à enorme massa de imigrantes que acorre à Europa em busca de um novo Eldorado.

Milhares de jovens participam em Paris de um festival de música organizado pelo grupo SOS Racismo

Na verdade, a solução do problema passa por apenas duas alternativas: tratar de corrigir as distorções de um modelo de desenvolvimento que privilegiou um reduzido grupo de nações, em detrimento da maioria absoluta dos habitantes do planeta, ou tentar manter, por todos os meios possíveis, a atual concentração de riqueza em mãos do Primeiro Mundo.





A assinatura do acordo de paz (ao centro, o então secretário geral da ONU, Pérez de Cuellar) exigiu complexas negociações

EL SALVADOR Enfim, a paz

No apagar das luzes de 1991, a paz chegou a El Salvador depois de 11 anos de guerra civil. O menor país da América Central perdeu 75 mil pessoas no conflito, teve sua economia arrasada e agora enfrenta a paz num contexto de mudanças.

O acordo foi obtido em Nova Iorque entre o governo do presidente Alfredo Cristiani e os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

A luta armada acabou e os guerrilheiros entregarão as armas. O governo reduzirá as Forças Armadas e vai incorporar numa futura Polícia Civil (que substituirá os atuais órgãos de segurança) os guerrilheiros da FMLN.

Além disso, Cristiani prometeu regularizar, em seis meses, a posse da terra pelos camponeses que vivem nas regiões controladas pelos rebeldes, que abrangem boa parte do país de 21.041 quilô-

metros quadrados. A maioria da terra pertence a poucas famílias. A versão final do acordo foi assinada em 16 de janeiro passado.

Foi talvez o fato político mais importante do ano na América Latina e demonstra, nesses tempos de avanço do capitalismo e de euforia da direita internacional, que as forças progressistas podem fazer valer suas plataformas políticas, desde que se organizem e mantenham uma mínima unidade interna.

A história de El Salvador está marcada pela violência. Em março de 1980, o arcebispo pacifista dom Oscar Romero foi assassinado pelos esquadrões da morte quando rezava missa na catedral de San Salvador. A crise existente se acirrou, o país mergulhou no terror e militares direitistas chegaram ao poder. No mesmo ano, cinco grupos rebeldes se juntaram e formaram a FMLN.

A frente chegou a ter uma força militar considerável, além de forte presença política. Mas não conseguiu derrotar o exército e criou-se um impasse que sobreviveu a todos os anos do governo Reagan. O ex-ator e presidente norte-americano era obcecado pela idéia de derrotar a guerrilha de esquerda e investiu quatro bilhões de dólares em ajuda militar, o que permitiu o crescimento do exército salvadorenho de 10 mil para 60 mil homens.

O fim da Guerra Fria e a recessão norte-americana contribuíram para trazer a paz. Não existindo mais o confronto entre capitalismo e comunismo, o governo Bush quer parar de ajudar os militares salvadorenhos, que não só não venceram os guerrilheiros como também cometeram atentados flagrantes aos direitos humanos.

Eleito em 1984, o ex-presidente Napoleón Duarte, democrata-cristão, tentou negociar com a guerrilha, mas não tinha suficiente ascendência sobre a direita militar para fazê-lo. Quem conseguiu foi o atual presidente Alfredo Cristiani, eleito pe-

las forças mais conservadoras. No início, ele achou que poderia vencer os rebeldes mas a ofensiva da frente em 1989 (quando os guerrilheiros chegaram à capital e fizeram atos espetaculares com o objetivo de consolidar sua posição nas negociações), fez mudar de idéia. E ele acabou negociando.

Aos céticos, que acham ser este mais um acordo firmado para ser descumprido, a realidade mostra que agora é para valer. A paz, por outro lado, também tem seus passes: o dinheiro para reconstruir o país tem de vir do exterior. Estarão os norte-americanos tão interessados em investir na paz quanto fizeram na guerra?

A questão agora é como retomar o desenvolvimento. Segundo Alfonso Goiti, coordenador do Centro de Pesquisa e Ação Social de El Salvador, "os acordos econômicos e sociais vão definir um novo rumo da lógica de desenvolvimento, onde a satisfação das necessidades básicas da maioria da população será o objetivo fundamental a alcançar no futuro".

AMÉRICA CENTRAL

Luta pelo bem-estar social

Os conflitos armados estão quase no fim e a luta hoje é por melhores condições de vida. A conclusão é do XI Encontro dos Presidentes da América Central sobre Desenvolvimento Humano, Infância e Juventude, realizado na capital de Honduras, Tegucigalpa, em dezembro.

Para alcançar estes objetivos, os presidentes concordaram em que o Estado deve desempenhar um papel da maior importância. A proposta mais concreta foi a criação de uma zona de comércio livre no final deste ano.

A região tem uma população de 30 milhões de habitantes e um índice de analfabetismo de 45%. Seu comércio, prejudicado pelos confrontos armados, caiu para menos de 250 milhões em 1989. A guerra civil, que durou dez anos na Nicarágua, já acabou e o conflito em El Salvador entra numa fase final após os acordos de dezembro. Os governantes estão na hora da verdade: a guerra não é mais desculpa para manter as populações na miséria.

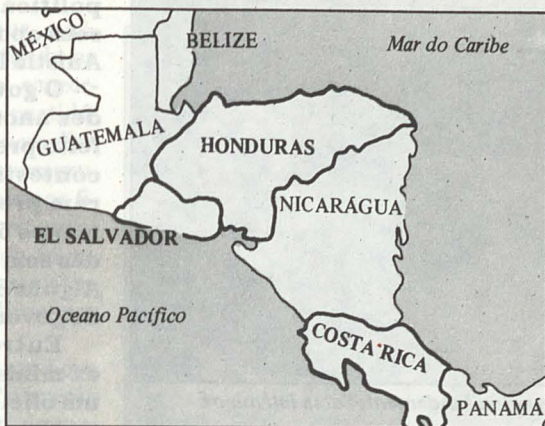
O presidente Jorge Serrano, da Guatemala, disse que é preciso acabar com o assistencialismo: "Todas as ações para favorecer os grupos de pobres se realizaram sob a ótica da caridade, mas agora se impõe um novo papel do Estado, com uma ação de justiça social."

Atualmente, a própria ONU prefere enfatizar o desenvolvimento humano, voltado para o bem-estar da maioria, em lugar do desenvolvimento econômico em benefício de poucos. A propósito, William Draper, administrador do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), enfatizou na reunião que é preciso reduzir gastos militares e investir no desenvolvimento social.

Sindicalistas e políticos uruguaios estão em campanha pela revogação parcial da lei de privatização de empresas públicas proposta pelo governo.

O processo de privatização prevê a passagem para iniciativa privada da Anatel, empresa nacional de telecomunicações; da Pluna, que cuida da navegação aérea, e das companhias de energia elétrica e gás. Enquanto durar a concessão dada pelo Estado a firmas particulares, estas terão direitos reais sobre os bens móveis úteis para a execução do serviço.

A oposição entende que o processo foi muito radical e pretende a revogação de



TRINIDAD-TOBAGO

O desemprego, que afeta 23% da população ativa, é o principal problema do novo governo de Trinidad-Tobago, país caribenho de 5.140 quilômetros quadrados na foz do rio Orinoco.

O primeiro-ministro Patrick Manning, que assumiu em dezembro, prometeu uma cruzada contra a pobreza. Trinidad vive hoje o outro lado do sonho petrolífero. Nos anos 70, o nível de vida era mais alto do que o da maioria das nações do Caribe. Hoje, o país amarga uma dívida externa de 2,5 bilhões de dólares e não tem como pagar.

Há 150 mil desempregados numa população de 1,3 milhão. Só algumas das 67 empresas estatais são viáveis e muitas subsidiadas com a venda do petróleo, que cobre 90% dos gastos do Estado. O governo anterior privatizou algumas, mas Manning, eleito pelo Movimento Nacional Popular, prometeu manter a propriedade estatal e não colocar o ônus da crise nos ombros dos trabalhadores.

URUGUAI Contra as privatizações



Montevideu: protesto contra a política econômica do governo

alguns aspectos da lei. A legislação foi aprovada em 22 de setembro e a privatização começa agora.

Os opositores pretendem recolher assinaturas em número suficiente para convocar um plebiscito.

No Uruguai, que tem três milhões de habitantes, existem 2.359.291 eleitores. Segundo a Constituição, nos 12 meses seguintes à promulgação de qualquer lei, uma petição assinada por 25% dos votantes pode levar a um plebiscito. Neste caso, serão necessárias 589.823 assinaturas.



O primeiro turno das eleições (foto) foi ganho pelos fundamentalistas islâmicos

ARGÉLIA

A ameaça do fundamentalismo

A decisão do Alto Conselho de Segurança da Argélia de suspender o segundo turno das eleições no país, marcado para o dia 16 de janeiro, além de dissolver o Parlamento e decretar o estado de emergência, impediu uma vitória esmagadora da Frente Islâmica de Salvação (FIS), nas primeiras eleições pluripartidárias desde que o país se tornou independente da França. O Conselho – formado pelo presidente interino e pelos chefes das Forças Armadas – tomou a decisão um dia após o primeiro-ministro Chadli Benjedid ter anunciado a sua renúncia ao cargo.

Em 26 de dezembro passado, a FIS conquistou quase a metade das cadeiras do Parlamento, no primeiro turno das eleições, derrotando a Frente de Libertação Nacional (FLN), no poder desde a independência do país do domínio francês, em 1962. No pleito, os argelinos expressaram seu descontentamento com a FLN, que não conseguiu dar melhores condições de vida à população e nem acabar com a corrupção, apesar de seu passado de luta contra o colonialismo. Do outro lado, a Frente Islâmica conseguiu sensibilizar os eleitores, principalmente a enorme massa de desempregados, para a sua proposta de estabelecer no país um Estado muçulmano radical, nos moldes do que governa o Irã há mais de 12 anos.

A situação no país ainda é incerta. Internamente, os fundamentalistas prometem recorrer até as armas para fazer prevalecer o resultado das eleições. Já na Europa, a maioria dos governos mal dissimulou o alívio pelo fato dos militares argelinos terem impedido, ainda que pela força, a chegada dos fundamentalistas islâmicos ao poder em um país situado a apenas uma hora de avião do continente.



TANZÂNIA

O líder oposicionista tanzaniano Oscar Kambona prepara-se para voltar ao seu país depois de 23 anos de exílio, a fim de liderar a luta pelo pluripartidarismo. Kambona, ex-chanceler e ministro da Defesa, renunciou em junho de 1967 por divergir do então presidente Julius Nyerere quanto ao sistema de partido único. Depois da queda dos regimes do Leste europeu e das mudanças na

URSS, o caminho está aberto para as reformas africanas. "A África não escapou à influência destes fatos", declarou Kambona em Londres. A Anistia Internacional, em seu relatório de 1991, apontou 120 presos na ilha de Zanzibar, na Tanzânia, dos quais pelo menos 40 seriam prisioneiros políticos. O governo de Ali Hassan Mwinye, que sucedeu Nyerere, negou que tenha feito detenções políticas e anunciou que vai dar um indulto para comemorar os 30 anos de independência do país.

GANÁ

O governo de Gana usa a prisão política para silenciar e intimidar seus opositores, segundo informe da Anistia Internacional.

O governo de Jerry Rawlings, há dez anos no poder, nega que tenha feito presos políticos, mas a Anistia contesta. "Centenas de pessoas foram presas por suas críticas e pelo menos 50 ainda se encontram detidas sem ter nunca ido a julgamento. Alguns estão na prisão desde o início do governo", diz o informe.

Entre os prisioneiros estão um ex-ministro, o diretor de um jornal e um oficial do Exército.

No plano econômico, a situação também é complicada. Entre 1988 e 1989, cerca de 1.200 indústrias fecharam suas portas porque seus produtos não puderam competir com os importados da China, Coreia do Sul e Formosa, depois que o governo liberou as importações.



Gana: difícil situação econômica

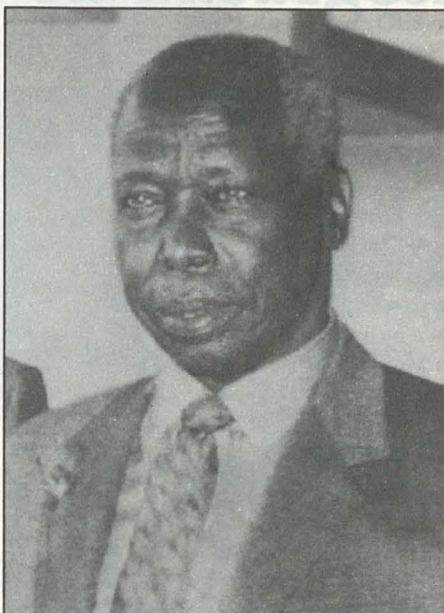
QUÊNIA

O fim do unipartidarismo

Numa guinada de 180 graus, o governo do Quênia, país situado na costa centro-oriental da África, concordou em instituir o sistema pluripartidário. A medida foi anunciada poucos dias depois da reunião, em Paris, de um grupo de países doadores e organismos financeiros internacionais, na qual decidiram suspender toda ajuda ao governo de Nairóbi enquanto persistissem o desrespeito aos direitos humanos e a corrupção oficial.

O grupo de países também condicionou a assistência econômica à "correção do mal uso dos fundos públicos", denunciado nos últimos meses pela imprensa ocidental, e que teria se manifestado em uma enorme fuga de capitais pertencentes a membros do partido único.

Reforçando as pressões dos países europeus, a embaixada norte-americana em Nairóbi anunciou que seu país estava disposto a oferecer 47 milhões de



Daniel Arap Moi: guinada de 180 graus

ajuda econômica este ano, mas devido à corrupção e falta de abertura política só outorgaria 19 milhões de dólares através de organizações não-governamentais.

No poder desde 1964, a União Nacional do Quênia (Kanu) governa de fato sem oposição desde 1969, quando a União Democrática Africana do Quênia (Kadu) decidiu voluntariamente se auto-dissolver. Treze anos depois, uma emenda constitucional proibiu a formação de outros partidos políticos, implantando o unipartidarismo.

Nos últimos meses, o presidente Daniel Arap Moi, que sucedeu ao herói da independência, Jomo Kenyatta, em 1978, vem enfrentando crescentes mobilizações da população, que exige maior abertura política neste país da costa oriental africana (ver **cadernos do terceiro mundo**, nº 145).

Em novembro passado, uma manifestação pedindo o fim do sistema de partido único foi reprimida pela polícia, que deteve os principais dirigentes do recém-criado Foro para o Retorno da Democracia (Forede).

ZÂMBIA

A decisão do novo ministro da Informação da Zâmbia, Stan Kristafor, de proibir a transmissão pela televisão de apresentações da popular cantora Tschala Muana e de suspender um programa de rádio semanal dedicado à religião islâmica

provocaram fortes críticas no país, inclusive por parte do vice-presidente Levy Mwanawasa.

As duas medidas terminaram sendo revogadas, mas deixaram em uma posição delicada o governo do Movimento pela Democracia Multipartidária (MDM), que havia prometido ao tomar posse, em novembro passado, defender os direitos humanos e a liberdade de expressão.

Entre os que criticaram o governo do presidente Frederick Chiluba estavam o diretor do semanário *Weekly Post*, Fred M'Membe, que afirmou que "todos estão de acordo com a liberdade de expressão. O problema surge quando essa liberdade vai contra os pontos de vista do governo. Aí, eles reagem", afirmou. A Zâmbia é um país de 752.614 quilômetros quadrados e 7 milhões de habitantes situado no centro da África.



Após a esmagadora vitória nas eleições (foto), o presidente Frederick Chiluba enfrenta as primeiras críticas a membros do seu governo

GÂMBIA

Depois de 30 anos no poder, o chefe de estado da Gâmbia, Dwada Jawara, anunciou que não se apresentará como candidato nas eleições deste ano, por considerar que é o momento de retirar-se.

Jawara, que liderou a luta deste país pela independência, ocorrida em 1965, foi o primeiro a ocupar o cargo de primeiro-ministro e o de presidente em 1970, quando a Gâmbia adotou uma Constituição republicana.

Seu partido, o Popular Progressista (PPP), tem ganho todas as eleições desde a independência e atualmente ocupa 31 das 36 cadeiras do Congresso. Há pouco tempo Jawara se queixou publicamente da falta de uma oposição efetiva no país e reafirmou seu compromisso de promover uma democracia pluripartidária.

UNIÃO SOVIÉTICA A desintegração do império

Foi o maior acontecimento internacional dos últimos tempos. O império soviético, que durante 68 anos foi uma das duas maiores potências do planeta, não existe mais. Não houve sangue e nem uma hecatombe nuclear: apenas as contradições internas que se acumularam fizeram ruir a União Soviética.

Uma aliança idealizada pelas repúblicas da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia e denominada Comunidade de Estados Independentes foi criada para substituí-la, recebendo a adesão de outras oito repúblicas (a União tinha 15). Os três países bálticos (Letônia, Lituânia e Estônia) preferiram manter-se à margem e a Geórgia até o momento não assinou o acordo.

E agora?, o mundo se pergunta. Os analistas políticos estão tão desacreditados (nenhum deles previu a queda do Leste europeu ou a Guerra do Golfo) que não adianta esperar por eles. Os mais pessimistas temem uma guerra civil parecida com a da Iugoslávia, com o agravante do componente nuclear. Afinal, quatro das repúblicas (Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão) possuem

armas nucleares estratégicas, de longo alcance, e as outras têm armamentos nucleares táticos, capazes de destruir pelo menos a república vizinha.

Os mais otimistas, entre eles Boris Yeltsin, vêem pela frente um período duríssimo de seis a oito meses, com a população dos novos Estados independentes sofrendo as agruras de uma adaptação violenta à economia de mercado. Outros, entre eles muitos partidários de Mikhail Gorbachev, falam



se a partir deste ano; o Canadá, Estados Unidos e México firmam acordos financeiros), a ex-URSS parece estar na contramão da história. Afinal, que sentido tem vários presidentes brigando porque um libera os preços e o outro fica indignado pois as empresas de

seu país vão deixá-lo desabastecido para ir vender no Estado vizinho?

É exatamente isto que acontece hoje entre a Rússia e a Ucrânia. E (o que seria cômico se não fosse trágico) o que dizer de altas patentes militares se degladiando para saber quem mo-

vimenta o submarino daqui para ali ou quem move o contratorpedeiro de lá para cá?

Os soviéticos deixam de ter duas nacionalidades (um conceito aprofundado por Lênin, que realçava as vantagens de o indivíduo ser, ao mesmo tempo, ucraniano e soviético, contando com a potência de uma união de repúblicas e mantendo sua individualidade étnica) e apostam num nacionalismo exacerbado que, como



num arrefecimento desconsolado durante o inverno e numa explosão de protestos de todo o tipo quando a primavera chegar.

Entende-se que repúblicas tão diferentes em termos de raça e cultura quisessem se livrar do jugo centralista. Mas há também outras conotações. Num momento em que o mundo inteiro tende a formar blocos com base em interesses econômicos, deixando de lado as questões ideológicas (a Europa unifica-

a história tem mostrado, acaba quase sempre mal.

No meio de tudo, fica a figura trágica e heróica de Mikhail Gorbachev. Nunca ninguém teve tantos poderes como ele. Se ele não quisesse, a Alemanha não teria se reunificado e a Guerra Fria ainda existiria. Reformista sincero e comunista convicto, a vitória de Gorbachev foi também a sua derrota. A liberdade e a democracia que ele defendeu foram responsáveis pela sua queda.

CORÉIA

As Coréias do Norte e do Sul, depois de terem acertado um histórico acordo de não-agressão que formalizando o fim da Guerra da Coréia (que matou quatro milhões de pessoas entre 1950 e 1953), fizeram também um pacto contra o uso da energia nuclear para fins militares.

Depois de décadas de desentendimentos, o Norte socialista e o Sul capitalista acabaram com o clima hostil e as restrições à circulação de mercadorias e habitantes entre os dois países no início de dezembro. Logo em seguida, o presidente da Coréia do Sul, Roh Tae-Woo, anunciou que todas as armas nucleares mantidas pelos Estados Unidos em seu país já haviam sido retiradas. E a Coréia do Norte se comprometeu não só a aceitar a inspeção de suas instalações nucleares por observadores internacionais como também a não possuir usinas de enriquecimento de urânio, que lhe permitiriam produzir armas.



O primeiro-ministro da Coréia do Norte, Yon Hyong-Muk (esq.), cumprimenta o presidente sul-coreano, Roh Tae-Woo

JAPÃO O trabalho mata

As longuíssimas jornadas de trabalho e os horários desumanos estão matando os chefes de família japoneses, alguns na casa dos 30 anos.



O mito da dedicação ao trabalho está em xeque

Várias famílias estão processando as empresas e isto trouxe à tona o lado oculto da tradição de trabalhar muito e descansar pouco. "O mundo quer imitar os japoneses, mas não conhece a terrível verdade", disse uma viúva na televisão.

Os casos de morte em consequência do excesso de trabalho, chamados *karoshi*, deram origem a um relatório mostrando que, na indústria automobilística, trabalha-se em média 2.400 horas e 250 dias por ano, em más condições e ganhando baixos salários. Mais de 30% dos entrevistados disseram sentir-se cronicamente cansados.

Um engenheiro mecânico de 37 anos da Hino, uma empresa que fabrica caminhões, morreu de hemorragia cerebral no trabalho. No julgamento do caso, em novembro passado, a viúva disse que seu marido saía às 6h30min, voltava depois da meia-noite e, em um ano, fez cerca de mil horas extras.

A maioria das empresas nega-se a reconhecer estes casos e o governo resolveu que o *karoshi* se caracteriza apenas se a vítima tiver trabalhado continuamente nas últimas 24 horas antes de sua morte ou pelo menos 16 horas durante os sete últimos dias. Advogados instalaram linhas telefônicas em todo o país para responder a consultas e o Ministério do Trabalho está fazendo uma campanha para aproximar os japoneses das 600 horas por ano trabalhadas em média no Ocidente.

PAQUISTÃO

No meio de muita controvérsia, a China anunciou que vai exportar uma usina nuclear de 300 megawatts para o Paquistão. Tanto chineses quanto paquistaneses garantiram que a usina será usada apenas para fins pacíficos, mas muitos analistas internacionais põem em dúvida essa afirmação.

Tendo travado, desde 1947, três guerras contra a Índia, o Paquistão quer ter armas nucleares para fazer frente aos indianos, que testaram sua bomba atômica em 1974. Os EUA, tradicionais aliados do Paquistão e que usaram seu território na década de 80 para mandar armas para a guerrilha do Afeganistão (na época em luta contra os soviéticos), estão receosos.

Washington suspendeu a maior parte da sua ajuda ao Paquistão em 1990 por causa do programa nuclear de Islamabad. Com o fim da Guerra Fria, o sul da Ásia é uma das áreas mais preocupantes do mundo em termos de armamentos atômicos.



Arquitetura do pânico

Alípio Paiva Mendes

Desde o começo dos anos 50, qualquer visão de Nova Iorque apontaria para um campo de confronto final entre os agentes da lei e da ordem e os promotores de barbárie. Com boas chances de impasse, o que seria uma vitória para os bandidos do submundo.

No centro do inferno de tensão, entretanto, pelo menos parte de um bairro dormia com janelas abertas e poucas vezes trancava portas além da fechadura normal. Apesar dos estupros e assaltos a cada piscar de olhos, crianças brincavam livres nas ruas. Os limites desse oásis não eram demarcados por qualquer muro nem os moradores eram importantes o suficiente para que merecessem proteção especial da segurança pública. O nome do milagre que afastava os bandidos era, paradoxalmente, *Cosa Nostra*. O "era" é uma capitulação à impossibilidade atual de batizá-la com termo preciso.

Nos Estados Unidos, a sobrevivência e a ascensão dependem da rapidez do aprendizado e da eficiência com que se vai aplicá-lo. A história da Máfia é um exemplo crucial de como o crime, se manipulando com habilidade, compensa. Hoje, praticamente, a *Onorata Società* já não movimentava dólares que não estejam "lavados". Os verdadeiros chefões fazem questão do anonimato e a expressão-chave de seus empreendimentos é "conhecimento técnico".

O romantismo do princípio comunitário que lhes deu impulso – "primeiro os sicilianos, depois os italianos e o resto que se dane" – ficou obsoleto. O mercado é o mundo. A *Little Italy* ("Pequena Itália"), com sua incoerente tranquilidade, canta com voz de cisne. Pouco mais é, hoje, que um monumento à cultura ítalo-americana: restaurantes, Festa de San Genaro, velhinhos de terno preto.

Cosa Nostra pós-moderna – ou Máfia contemporânea, ou *Onorata Società* – é hoje muito mais um modo de ser o poder oculto do que uma concreta estrutura de parentesco. Vem daí o desinteresse em bancar essa bobagem de solidariedade étnica. Tudo, absolutamente tudo que possa movimentar a roda do dinheiro e da dominação é passível de uma forma *mafiosa* de controle. Com ou sem italianos, sicilianos ou calabreses.

Em Nova Iorque, os próprios policiais revelam não ser possível uma repressão ao crime senão em meia dúzia de avenidas. O domínio tático da cidade é das gangues. No filme *Warriors, os selvagens da noite*, um dos líderes de quadrilha propôs uma unificação total para tomar a cidade. A ficção fez tremer pernas. O ambiente está terrível.

Os que não suportam, *in loco*, esse nível de violência

se afastam. E compram. Outros, iludidos com a esperança do isolamento e da neutralidade, creem que o reduto fortificado seja a solução. Há o que vender para eles também. Quase todas as portas das grandes cidades dos Estados Unidos possuem revestimento blindado e sistemas de trava em, pelo menos, seis pontos.

E existem, lógico, os sensíveis aos apelos da lei do Talião. Em qualquer lugar, os justiceiros de plantão se dispõem a exterminar supostos ladrõeszinhos baratos. Quem manda – realmente – sobretudo nos homens da lei, ninguém sabe e nem quer perder tempo em saber. A última investida do FBI contra a corrupção só não desativou todo o esquema de segurança pública do estado da Califórnia porque, alarmados, os investigadores pararam no meio do caminho.

Vale lembrar que todas as tentativas de desarmamento da população esbarram no *lobby* da todo-poderosa National Rifle Association. Ronald Reagan é um dos sócios ativos. Os fuzis de repetição e submetralhadoras, encontrados nas mãos dos traficantes sul-americanos, vêm quase todos de Miami. Não basta que, a cada dois anos, morram mais norte-americanos por armas de fogo do que em toda a guerra do Vietnã. Eles querem mortes por aqui também.

O capitalismo conseguiu, muito facilmente, suas mil "beirutes" dos ovos de ouro. Qualquer semelhança com a *Cosa Nostra*...

No Brasil, o obeso marketing da conflagração instalada ativou uma das mais prósperas indústrias de defesa privada. Em 1971, numa pesquisa encomendada pela revista *Realidade*, cerca de 70% das pessoas de classe média disseram ter, em casa, algum tipo de proteção especial contra ladrões.

Os condomínios fechados são o mais gritante exemplo de ocupação particular de logradouros públicos, inibindo direitos constitucionais de ir e vir. Para manter essa situação, pipocam empresas de segurança. Muitas, comandadas por especialistas em trabalhos de repressão política subterrânea.

Evidentemente, favores paralelos não poderiam faltar... É comum que queixas de vítimas de criminosos em delegacias acabem numa conversa de fundo de corredor, com o policial lamentando estar manietado para fazer diligências – "por culpa dessa história aí de direitos humanos" – e sugerindo um "servicinho por fora" de eliminação do "marginal safado".

Não há quem assuma o barco. No esteio da pressão, a sociedade tapa os ouvidos para as soluções estruturais e começa a ter idéias originais a respeito do uso da força.

Agora todo o mundo é verde.

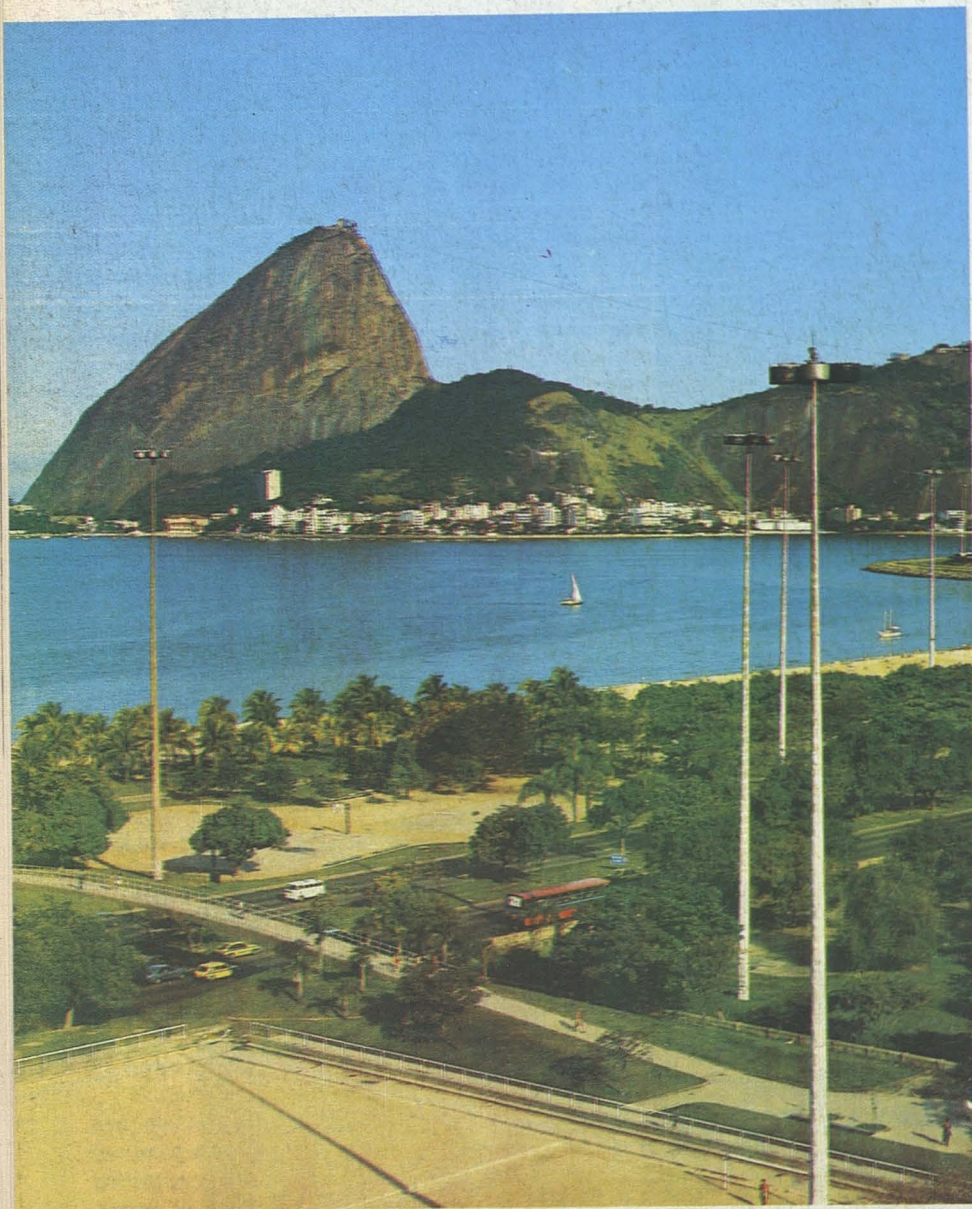


O Banerj sempre foi verde porque nasceu aqui.

BANERJ

NATURALMENTE LIGADO AO RIO

NATURALIZE-SE.



Prepare o seu coração para uma nova cidadania. O Rio de Janeiro está mudando e investindo para celebrar a vida e a qualidade de vida. Venha ser cidadão da natureza, acompanhando o tempo e as transformações da nossa Cidade. Ajude a fazer da RIO 92 uma grande festa de preservação do espírito carioca. A capital mundial da ecologia tem um encontro com você, na esquina do céu com o mar.



VENHA SER CIDADÃO DA NATUREZA. RIO 92.

RIO Prefeitura da Cidade

RIOTUR



Capital Mundial da Ecologia